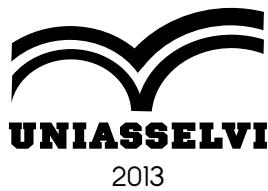


# SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

Prof.<sup>a</sup> Francieli Stano Torres

Prof.<sup>a</sup> Leila Carla Flohr





Copyright © UNIASSELVI 2013

*Elaboração:*

*Prof.<sup>a</sup> Francieli Stano Torres*

*Prof.<sup>a</sup> Leila Carla Flohr*

*Revisão, Diagramação e Produção:*

*Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI*

Ficha catalográfica elaborada na fonte pela Biblioteca Dante Alighieri  
UNIASSELVI – Indaial.

363.7

T693s Torres, Francielle Stano

Sociedade e meio ambiente / Francielle Stano Torres; Leila  
Carla Flohr. Indaial : Uniasselvi, 2013.

219 p. : il

ISBN 978-85-7830-722-6

1. Proteção ambiental.  
I. Centro Universitário Leonardo da Vinci.

# APRESENTAÇÃO

---

Prezado(a) acadêmico(a)!

A disciplina que você irá estudar nesse momento contempla as relações entre a sociedade e o meio ambiente. Para compreender essa relação nos dias atuais suscita lançarmos um olhar para o processo evolutivo das sociedades humanas, percorrer pelo contexto da exploração dos recursos naturais e suas consequências e então refletir sobre os direitos humanos e das demais formas de vida a alcançar a sustentabilidade.

Percebe-se que a sustentabilidade ao longo da história da sociedade humana passou por despercebida, dando o sentido de ausência de sustentabilidade. Os seres humanos estão cravados em sistemas culturais, agindo, quase sempre, de acordo com as realidades culturais de suas vidas. A exploração dos recursos naturais para a manutenção de níveis dos padrões culturais estabelecidos após a era da industrialização, com consumo cada vez mais alto, vem exercendo pressão crescente sobre os sistemas da Terra, e esse processo vem destruindo os sistemas ecológicos dos quais a humanidade e as demais formas de vida dependem.

As consequências passam pelas mudanças climáticas e somam com a poluição do ar, a destruição de milhões de hectares de floresta por ano, a produção anual de milhões de toneladas de dejetos perigosos, a erosão do solo, práticas trabalhistas abusivas movidas pelo desejo de produzir bens de consumo em maior quantidade e a preço mais baixo, obesidade, estresse crescente, desrespeito, desigualdade etc. A lista poderia continuar indefinidamente.

Mudanças expressivas em toda a formulação das sociedades humanas são necessárias e essenciais, desde mudar as atitudes para com o próximo e viver de forma coletiva ou em sociedade de verdade, bem como com a natureza. Fica claro que, embora a mudança em tecnologias e a estabilização populacional sejam essenciais para se construir sociedades sustentáveis, nada disso terá êxito sem mudanças consideráveis de atitude diante do meio ambiente e de seu semelhante.

A sociedade, a ciência e a tecnologia andam juntas e devem buscar soluções para a melhoria do meio ambiente e assim criar um mundo melhor. Manter, proteger, recuperar e melhorar é responsabilidade humana para que se possa viver de forma digna, saudável e segura.

Nesse contexto, a educação ambiental nos trouxe uma nova visão, uma nova ética para desenvolver uma sociedade sensível, consciente e

preocupada com o meio ambiente e com os problemas associados. Traz-nos o conhecimento, as habilidades, atitudes e compromisso para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para problemas existentes e para prevenir os futuros.

A educação ambiental está estreitamente ligada ao pleno exercício dos direitos e deveres da cidadania. Ela se destina a formar cidadãos que participam, buscam alternativas e soluções para a melhoria da qualidade de vida.

É dessa forma que o presente Caderno de Estudos trilha o conhecimento sobre as relações entre a sociedade e meio ambiente. Bom estudo!

Prof.<sup>a</sup> Francieli Stano Torres

Prof.<sup>a</sup> Leila Carla Flohr



Você já me conhece das outras disciplinas? Não? É calouro? Enfim, tanto para você que está chegando agora à UNIASSELVI quanto para você que já é veterano, há novidades em nosso material.

Na Educação a Distância, o livro impresso, entregue a todos os acadêmicos desde 2005, é o material base da disciplina. A partir de 2017, nossos livros estão de visual novo, com um formato mais prático, que cabe na bolsa e facilita a leitura.

O conteúdo continua na íntegra, mas a estrutura interna foi aperfeiçoada com nova diagramação no texto, aproveitando ao máximo o espaço da página, o que também contribui para diminuir a extração de árvores para produção de folhas de papel, por exemplo.

Assim, a UNIASSELVI, preocupando-se com o impacto de nossas ações sobre o ambiente, apresenta também este livro no formato digital. Assim, você, acadêmico, tem a possibilidade de estudá-lo com versatilidade nas telas do celular, tablet ou computador.

Eu mesmo, UNI, ganhei um novo *layout*, você me verá frequentemente e surgirei para apresentar dicas de vídeos e outras fontes de conhecimento que complementam o assunto em questão.

Todos esses ajustes foram pensados a partir de relatos que recebemos nas pesquisas institucionais sobre os materiais impressos, para que você, nossa maior prioridade, possa continuar seus estudos com um material de qualidade.

Aproveito o momento para convidá-lo para um bate-papo sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

Bons estudos!



Olá acadêmico! Para melhorar a qualidade dos materiais ofertados a você e dinamizar ainda mais os seus estudos, a Uniasselvi disponibiliza materiais que possuem o código *QR Code*, que é um código que permite que você acesse um conteúdo interativo relacionado ao tema que você está estudando. Para utilizar essa ferramenta, acesse as lojas de aplicativos e baixe um leitor de *QR Code*. Depois, é só aproveitar mais essa facilidade para aprimorar seus estudos!

# BATE SOBRE O PAPO ENADE!



Olá, acadêmico!



Você já ouviu falar sobre o ENADE?

Se ainda não ouviu falar nada sobre o ENADE, agora você receberá algumas informações sobre o tema.

Ouviu falar? Ótimo, este informativo reforçará o que você já sabe e poderá lhe trazer novidades.



Vamos lá!

Qual é o significado da expressão ENADE?



## EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Em algum momento de sua vida acadêmica você precisará fazer a prova ENADE.



Que prova é essa?



É **obrigatória**, organizada pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Quem determina que esta prova é obrigatória... O **MEC – Ministério da Educação**.



O objetivo do MEC com esta prova é o de avaliar seu desempenho acadêmico assim como a qualidade do seu curso.

**Fique atento!** Quem não participa da prova fica impedido de se formar e não pode retirar o diploma de conclusão do curso até regularizar sua situação junto ao MEC.

Não se preocupe porque a partir de hoje nós estaremos auxiliando você nesta caminhada.



Você receberá outros informativos como este, complementando as orientações e esclarecendo suas dúvidas.



Você tem uma trilha de aprendizagem do ENADE, receberá e-mails, SMS, seu tutor e os profissionais do polo também estarão orientados.

Participará de webconferências entre outras tantas atividades para que esteja preparado para #mandar bem na prova ENADE.



Nós aqui no NEAD e também a equipe no polo estamos com você para vencermos este desafio.

Conte sempre com a gente, para juntos mandarmos bem no ENADE!



# SUMÁRIO

UNIDADE 1 – AS SOCIEDADES HUMANAS: RELAÇÕES AMBIENTAIS E MULTICULTURALISMO .....	1
TÓPICO 1 – A REVOLUÇÃO NEOLÍTICA .....	3
1 INTRODUÇÃO .....	3
2 O PONTO DE VIRADA NA RELAÇÃO HOMEM – NATUREZA .....	3
3 NOSSO PASSADO ANDANTE .....	4
4 E A REVOLUÇÃO VERDE SE ESPALHOU PELO MUNDO .....	10
5 DA NATUREZA MÃE PARA A NATUREZA POSSE .....	12
6 DO HOMEM LIVRE AO HOMEM POSSE .....	15
LEITURA COMPLEMENTAR .....	16
RESUMO DO TÓPICO 1 .....	19
AUTOATIVIDADE .....	21
TÓPICO 2 – OS GRANDES AGLOMERADOS HUMANOS NA INTERFACE SOCIEDADE X NATUREZA .....	23
1 INTRODUÇÃO .....	23
2 REVOLUÇÃO URBANA .....	24
3 RESÍDUOS URBANOS NA ANTIGUIDADE E NA IDADE MÉDIA .....	27
LEITURA COMPLEMENTAR .....	29
RESUMO DO TÓPICO 2 .....	31
AUTOATIVIDADE .....	32
TÓPICO 3 – SOCIEDADE BRASILEIRA E MEIO AMBIENTE .....	33
1 INTRODUÇÃO .....	33
2 O CENÁRIO BRASILEIRO PRÉ-DESCOBRIMENTO .....	33
3 A CHEGADA DOS EUROPEUS .....	35
4 A ESCRAVIDÃO DA TERRA E A ESCRAVIDÃO DO HOMEM .....	39
4.1 OS ÍNDIOS .....	40
4.2 OS AFRICANOS .....	44
5 O BRASIL COMO QUINTAL DO MUNDO DESDE 1500 .....	50
5.1 O MILAGRE ECONÔMICO .....	51
5.2 ABERTURA ECONÔMICA .....	51
LEITURA COMPLEMENTAR .....	52
RESUMO DO TÓPICO 3 .....	55
AUTOATIVIDADE .....	56
TÓPICO 4 – BRASIL: NATURAL, CULTURAL E SOCIAL DE INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES .....	57
1 INTRODUÇÃO .....	57
2 AFRO-BRASILEIROS .....	57
2.1 CULTURA AFRO-BRASILEIRA .....	60
3 AÇÕES AFIRMATIVAS .....	66
LEITURA COMPLEMENTAR .....	68

<b>RESUMO DO TÓPICO 4 .....</b>	<b>71</b>
<b>AUTOATIVIDADE .....</b>	<b>72</b>
<b>UNIDADE 2 – DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>73</b>
<b>TÓPICO 1 – A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>75</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>75</b>
<b>2 DIREITOS HUMANOS, PARA QUÊ .....</b>	<b>76</b>
<b>3 DOCUMENTOS QUE PRECEDERAM A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM .....</b>	<b>78</b>
3.1 CILINDRO DE CIRO .....	79
3.2 CARTA MAGNA .....	79
3.3 <i>PETITION OF RIGHTS</i> .....	80
3.4 A DECLARAÇÃO NORTE-AMERICANA .....	80
3.5 A CONVENÇÃO DE GENEbra .....	82
3.6 A CONSTITUIÇÃO MEXICANA .....	84
<b>4 CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM .....</b>	<b>85</b>
<b>5 DUDH CLASSIFICAÇÃO EM GERAÇÕES .....</b>	<b>89</b>
<b>LEITURA COMPLEMENTAR .....</b>	<b>90</b>
<b>RESUMO DO TÓPICO 1 .....</b>	<b>94</b>
<b>AUTOATIVIDADE .....</b>	<b>95</b>
<b>TÓPICO 2 – DIREITOS HUMANOS NO BRASIL .....</b>	<b>97</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>97</b>
<b>2 HISTÓRICO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL .....</b>	<b>97</b>
<b>3 A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>104</b>
<b>4 AÇÃO POPULAR .....</b>	<b>105</b>
<b>5 DEFESA DAS MINORIAS .....</b>	<b>106</b>
<b>LEITURA COMPLEMENTAR .....</b>	<b>107</b>
<b>RESUMO DO TÓPICO 2 .....</b>	<b>111</b>
<b>AUTOATIVIDADE .....</b>	<b>112</b>
<b>TÓPICO 3 – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL .....</b>	<b>113</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>113</b>
<b>2 DIGNIDADE HUMANA .....</b>	<b>113</b>
<b>3 BRASIL DIREITOS HUMANOS STATUS QUO: SEGURANÇA, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>117</b>
3.1 SEGURANÇA .....	117
3.2 MEIO AMBIENTE .....	128
<b>4 A DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE COMO VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>133</b>
<b>5 CIDADANIA AMBIENTAL .....</b>	<b>136</b>
<b>LEITURA COMPLEMENTAR .....</b>	<b>137</b>
<b>RESUMO DO TÓPICO 3 .....</b>	<b>139</b>
<b>AUTOATIVIDADE .....</b>	<b>140</b>
<b>UNIDADE 3 – POLÍTICA AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE .....</b>	<b>141</b>
<b>TÓPICO 1 – FUNDAMENTOS POLÍTICOS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>143</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>143</b>
<b>2 QUESTÕES AMBIENTAIS – UMA REFLEXÃO SOCIOAMBIENTAL .....</b>	<b>143</b>

<b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>149</b>
3.1 MARCOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	151
3.2 AS POLÍTICAS AMBIENTAIS DO BRASIL .....	154
3.3 RESPOSTAS DE POLÍTICA PARA ASSEGURAR O MEIO AMBIENTE .....	156
<b>RESUMO DO TÓPICO 1 .....</b>	<b>159</b>
<b>AUTOATIVIDADE .....</b>	<b>160</b>
 <b>TÓPICO 2 – SUSTENTABILIDADE – DOS MARCOS HISTÓRICOS AOS PILARES DE ALICERCE .....</b> 161	
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>161</b>
<b>2 SUSTENTABILIDADE: SURGIMENTO .....</b>	<b>162</b>
2.1 A PRIMEIRA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O HOMEM E O MEIO AMBIENTE ...	164
2.2 COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO .....	165
2.3 RELATÓRIO BRUNDTLAND OU “NOSSO FUTURO COMUM .....	165
2.4 CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO – RIO-92 .....	167
2.4.1 Agenda 21 .....	167
2.5 CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	168
2.6 CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – RIO+20 .....	169
<b>3 SUSTENTABILIDADE EM DEFINIÇÃO .....</b>	<b>169</b>
3.1 OS PILARES DA SUSTENTABILIDADE .....	173
<b>LEITURA COMPLEMENTAR .....</b>	<b>175</b>
<b>RESUMO DO TÓPICO 2 .....</b>	<b>180</b>
<b>AUTOATIVIDADE .....</b>	<b>182</b>
 <b>TÓPICO 3 – FERRAMENTAS INTERNACIONAIS PARA A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS .....</b> 183	
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>183</b>
<b>2 DIRETRIZES DE SUSTENTABILIDADE E DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL .....</b>	<b>184</b>
<b>3 AS FERRAMENTAS PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL .....</b>	<b>186</b>
3.1 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU .....	187
3.2 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT .....	187
3.3 PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD .....	188
3.4 PACTO GLOBAL .....	188
3.5 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO – ODM .....	189
3.6 CARTA DA TERRA .....	190
3.7 PROTOCOLO DE KYOTO .....	191
3.8 ABNT NBR 14064 – INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA .....	192
3.9 ABNT NBR 16001 – RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	193
<b>4 TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS .....</b>	<b>193</b>
<b>LEITURA COMPLEMENTAR .....</b>	<b>195</b>
<b>RESUMO DO TÓPICO 3 .....</b>	<b>203</b>
<b>AUTOATIVIDADE .....</b>	<b>204</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>207</b>
 <b>ANEXO A .....</b>	<b>213</b>



# UNIDADE 1



## AS SOCIEDADES HUMANAS: RELAÇÕES AMBIENTAIS E MULTICULTURALISMO

### OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

**A partir do estudo desta unidade você será capaz de:**

- avaliar o que a revolução neolítica representou para a humanidade e para o ambiente natural;
- relacionar, nas diversas civilizações, as causas e os efeitos da posse da terra e da economia escravocrata;
- entender o impacto dos grandes aglomerados humanos no meio ambiente e na saúde humana;
- identificar os efeitos do colonialismo europeu no ambiente natural brasileiro e os efeitos nefastos sobre a população ameríndia e africana traficada;
- conhecer alguns aspectos do legado cultural indígena e afro-brasileiro e as ações que visam reparar o prejuízo social, econômico e cultural destes povos.

### PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em quatro tópicos, e no final de cada um deles você encontrará atividades que o(a) ajudarão a refletir e a fixar os conhecimentos abordados.

**TÓPICO 1 – A REVOLUÇÃO NEOLÍTICA**

**TÓPICO 2 – OS GRANDES AGLOMERADOS HUMANOS NA INTERFACE  
SOCIEDADE X NATUREZA**

**TÓPICO 3 – SOCIEDADE BRASILEIRA E MEIO AMBIENTE**

**TÓPICO 4 – BRASIL: NATURAL, CULTURAL E SOCIAL DE INDÍGENAS E  
AFRODESCENDENTES**



## A REVOLUÇÃO NEOLÍTICA

### 1 INTRODUÇÃO

Compreender as relações entre sociedade e natureza nos dias atuais suscita lançarmos um olhar para o processo evolutivo das sociedades humanas. Há 12 mil anos, aproximadamente, o gênero humano mudou radicalmente o seu modo de vida. Esta mudança compreendeu basicamente a passagem de uma economia baseada na coleta e caça de animais para uma economia que passou a utilizar a terra de maneira intensiva, muitas vezes, para além da sua capacidade de renovação. Veremos que esta mudança significará ao gênero humano um salto em cultura e civilização jamais visto. Entretanto, de filho da terra, o homem passa a ser o senhor da terra, muitas vezes, utilizando-a ao limite da exaustão, ao mesmo tempo em que, em muitas sociedades, como você verá no decorrer deste tópico, o uso exaustivo dos recursos naturais se estenderá também à exploração do gênero humano.

### 2 O PONTO DE VIRADA NA RELAÇÃO HOMEM - NATUREZA

A história conhecida da passagem humana sobre a Terra mostra que a relação homem X natureza estreitou-se há aproximadamente 10 a 12 mil anos, na Revolução Neolítica, quando comunidades nômades passaram a se fixar em locais estabelecidos, dedicando-se à prática da agricultura e da pecuária. Antes deste evento, o homem, em constante migração, ia se apropriando dos recursos e migrando à medida que os mesmos escasseavam.

O processo de sedentarização das comunidades humanas não se deu de maneira uniforme. Isto é, nem todas as comunidades nômades resolveram fixar-se a um mesmo tempo. Alguns grupamentos humanos ainda iriam vagar por muitas centenas de anos, depois que os primeiros homens se fixaram no Vale da Mesopotâmia, que, segundo estudiosos, foi um dos primeiros lugares a ter moradores fixos. Na figura a seguir apresentamos um mapa do Vale da Mesopotâmia. Note que se trata de uma estreita área, ladeada pelos rios Tigre e Eufrates.



O nome MESOPOTÂMIA significa terra entre rios.

FIGURA 1 – VALE DA MESOPOTÂMIA



FONTE: Disponível em <[http://oseiasgeografo.blogspot.com.br/2010\\_09\\_05\\_archive.html](http://oseiasgeografo.blogspot.com.br/2010_09_05_archive.html)>. Acesso em: 11 fev. 2013.

### 3 NOSSO PASSADO ANDANTE

Hoje, somos aproximadamente sete bilhões de habitantes no planeta Terra, mas, durante quase toda a história do gênero humano, os grupos nômades contavam com poucos indivíduos. A obtenção de alimentos era baseada na coleta e na caça. A respeito do nomadismo, “alguns especialistas consideram esse período o mais flexível e bem-sucedido já adotado pelos seres humanos”. (PONTING, 1995, p. 45).

Considerando o período total da trajetória humana sobre o planeta Terra, o nomadismo ocupa 99% deste tempo. Ironicamente, é neste 1% de sedentarismo que se dará quase a totalidade dos impactos que o gênero humano imprimirá ao planeta Terra. Você já pensou sobre isto?

Mas, por que o nomadismo é considerado um período bem-sucedido?

Certamente pela possibilidade de uma relação de pouquíssimo impacto com o ambiente natural. O homem nômade deixava no ambiente natural um impacto muito próximo ao de outros animais. “Os grupos humanos passaram por uma série

de adaptações ao ambiente natural, algumas vezes com uma mistura complexa de estratégias e, ao que parece, viviam em estreita harmonia com o ambiente, provocando mínimos danos aos ecossistemas” (PONTING, 1995, p. 67).

Na figura a seguir, a pintura rupestre no complexo de cavernas Lascaux, na França. Com datação estimada em 15.500 anos, aproximadamente, marca a passagem de nossos ancestrais viajantes.

FIGURA 2 – PINTURA RUPESTRE EM LASCAUX (FRANÇA)



FONTE: Disponível em: <[http://oseiasgeografo.blogspot.com.br/2010\\_09\\_05\\_archive.html](http://oseiasgeografo.blogspot.com.br/2010_09_05_archive.html)>. Acesso em: 20 fev. 2013.

Contudo, devemos considerar que nossos ancestrais nômades, apesar de não imprimirem grandes impactos ao meio ambiente, deixaram marcas de sua passagem sobre a Terra. A este respeito, vale destacar um evento determinante na trajetória do troglodita viajante, que foi o domínio do fogo. Fosse porque permitia uma refeição mais asséptica e uma noite mais tranquila, mas também porque, pela primeira vez, um grupo de seres vivos deixava na atmosfera mais dióxido de carbono do que aquele proveniente da sua respiração. O fogo, antes da Revolução Neolítica, foi o acontecimento mais determinante e definitivo que iria possibilitar a permanência e a primeira revolução cultural humana.

Mesmo antes de nos transformarmos em homens modernos (ou *Homo sapiens sapiens*), aprendemos coisas que nenhum animal aprende. Uma delas é criar ferramentas. Um primata até pode saber usar um pedaço de pau ou uma pedra, mas não saberá usar uma ferramenta para adequar essa pedra ou esse pau ao objetivo a que se destina. Outra é a administração do fogo. Dominando o fogo, o homem teve vantagens simbólicas e objetivas. Assando a carne, tornou-a mais digestiva, conseguindo dessa forma controlar melhor o sono, mesmo após refeições pantagruélicas. Dormindo em volta do fogo também descansava melhor, sem tantos sobressaltos, pois sabia que as feras temiam aproximar-se daquela luminosidade mágica. (PINSKY, 2011, p. 41).



Pantagruélicas: Adj. Relativo a Pantagruel, personagem caricatural de um romance de Rabelais, o qual se singulariza por ser amante da boa mesa e do bom vinho. Abundante em comidas e bebidas. Sin.: comilão, glutão. Dicionário online português.

Por esse motivo, não podemos considerar o nomadismo como um período inócuo ou sem significado na alteração do ambiente natural. Ponting (1995, p. 67) considera que, “apesar de mínimos, também se tem registros de alguns impactos ambientais locais causados por este modo de vida, como desmatamentos, queimadas e impactos nas populações animais”.

De todo modo, qualquer interferência provocada pelo nosso primo nômade jamais se assemelhará às mudanças provocadas pelo nosso parente com morada fixa. No sedentarismo, surge a agricultura, o domínio dos animais, o conceito de propriedade que se estende desde áreas de terra a seres humanos – nas sociedades escravocratas. Posteriormente, e também já na denominada Idade dos Metais, o homem passa a vasculhar as entradas da terra, na busca dos minérios que servirão na manufatura de enxadas, foices, arados, espadas, morteiros, guilhotinas, âncoras, armas de fogo, automóveis, bombas atômicas, naves espaciais e computadores. Tudo isso, neste 1% da história dos seres humanos sobre o planeta Terra.

Por esse motivo, sempre que quisermos fazer a sobreposição sociedade X meio ambiente, devemos habilitar nossa mente para lidar com diferentes escalas de tempo. A relação das escalas de tempo da Geologia e da Biologia, contadas em bilhões e milhões de anos, e a escala de tempo das sociedades humanas, que é da ordem de alguns milhares, centenas ou dezenas de anos, apenas.

A este respeito, Peter Russel, em seu filme **Um buraco branco no tempo**, baseado na obra homônima, nos apresenta de maneira extremamente talentosa uma metáfora que explica essas diferentes escalas de tempo. O World Trade Center, prédio de 110 andares, cujas torres gêmeas foram destruídas por um atentado terrorista em setembro de 2001, seriam, para Russel, todo o tempo geológico do planeta Terra. Russel, comparando os andares do prédio aos eventos biológicos mais marcantes de nosso planeta, nos dá uma noção de quão ínfimo é o tempo de nossa passagem aqui na Terra quando comparado ao tempo que o planeta levou para se construir. Observe o relato:

Imagine os bilhões de anos da evolução biológica registrados na lateral do World Trade Center, o prédio mais alto de Nova York, com 400 metros de altura. As células vivas mais simples só aparecem no 25º dos 108 andares do edifício. Células mais complexas aparecem em torno do andar 70. Organismos multicelulares surgem dez andares acima deste. Os peixes aparecem no andar

97 e se arrastam para terra firme no andar 99. Dinossauros reinam do andar 104 ao 107. Mas, os mamíferos vivem apenas na cobertura. Para encontrarmos a nós mesmos, precisamos olhar muito mais de perto. O *Homo erectus* aparece apenas a umas poucas polegadas do topo. Levou 99.9% da jornada de evolução da vida até este ponto. Mas, a humanidade está apenas começando. A  $\frac{1}{4}$  de polegada do topo surge a linguagem. Aproximando de novo, nós encontramos as primeiras civilizações a um centésimo de polegadas do topo. A Renascença surge no último milésimo de polegada e toda a história moderna ocupa menos que a espessura de uma camada de tinta. E, nessa camada de tinta, a evolução da cultura humana continua a acelerar. Aonde quer que estejamos indo, estamos indo rápido.

FONTE: RUSSEL, Peter. O buraco branco no tempo. Disponível em: <<http://www.peterrussell.com/GB/WHITtext.php>>. Acesso em: 23 jan. 2013.



### PARA REFLETIR

<b>Eletropaulo</b> Presa(a) Cliente:		Número da Referência: 66399534   Data m / 2002 NOME FISCAL: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A   CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA Pça. 17 de Outubro, 114 - Centro - CEP 01040-000 - SP - BRASIL C.P.F.: 01.055.873/0001-00   Inscrição Estadual: 29/04/2002 EMISSÃO: 29/04/2002		
De acordo com a Resolução nº 771, de 07 de fevereiro de 2002, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, passa a vigorar nas contas de energia elétrica com data de leitura a partir de 1º de março de 2002, o ENCAHSGO que visa garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica no país, evitando o risco de um novo racionalismo.				
O ENCAHSGO será aplicado entre os consumidores:				
Os encargos criados pelo Governo Federal são do tipo Ipo:				
• ECE – Encargo de Capacidade Emergencial – cobrado a partir de 01/03/2002 de todos os clientes de consumo residencial, exceto aqueles cadastrados na Eletropaulo como "Baixa Renda".				
• EAEEE – Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial.				
• EELAM – Encargo de Energia Livre Adquirida no Mercado Abastecido de Energia – MAC.				
Os valores dos encargos EAEEE e EELAM e a data de início da cobrança não foram, ainda, definidos pela ANEEL.				
Esses encargos, EAEEE e EELAM, serão cobrados de todas as classes de consumidores, exceto aqueles cadastrados na Eletropaulo como "Baixa Renda" e os consumidores das classes residencial e rural com consumo mensal menor que 300 kWh.				
Para esclarecimentos adicionais, retorno à sua disposição através do telefone 0800 77 123 93				
A ligação é gratuita.				
Atenciosamente, Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A.				
Autorizada mediante PATUADO PELA TAXA R\$ 250,00				
<b>EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA</b> O TOTAL DE R\$ 5,10 SERÁ INCLUIDO, SEM ACRESCIMO, NA PRÓXIMA CONTA SR. CAIXA - FAVOR NÃO RECEBER				

Você, muito provavelmente, já teve de apresentar um documento semelhante a esta conta de energia elétrica a alguma instituição, para fins cadastrais. Esses comprovantes são comumente solicitados por instituições comerciais e financeiras, a fim de que seus usuários comprovem residência. É bem provável que o gerente se recuse a abrir sua conta no banco, caso não apresente um comprovante de residência. É frequente ainda, em alguns cadastros, perguntarem quanto tempo você mora no endereço.

Agora tente imaginar um homem no paleolítico tentando abrir conta em um banco, ou tentando parcelar em crediário a compra de um casaco de pele de mamute para sua companheira. Não seria sem constrangimento que o gerente se dirigiria a nosso primo troglodita informando que a um sujeito que no decorrer de um semestre faz migrações intercontinentais será impossível abrir a linha de crédito.

Brincadeiras à parte, o que queremos é nos referir a essa forma diversa de vida do gênero humano durante o paleolítico. Uma forma de vida que prescindia de quaisquer artifícios sem os quais a vida, para nós, seria impensável. Contudo, convém lembrar que ainda somos o mesmo homem. Pertencemos à mesma espécie, temos os mesmos instintos e apresentamos comportamentos semelhantes. No fim, tudo o que nos difere do nômade é aquilo que o desenvolvimento cultural no regime de sedentarismo nos proporcionou, desde a lavoura e os animais domesticados, às roupas de tecido e contas em banco.

### Um dia na pré-história

Aqui, em uma curva da corrente, vemos um pequeno agrupamento humano, cinco fêmeas adultas e um aglomerado de crianças e jovens. Eles são de estatura atlética e fortes. Estão conversando alto, alguns deles trocam observações sociais óbvias, alguns discutem os planos para o dia. Mais cedo, antes do nascer do Sol, quatro machos adultos do grupo haviam partido em busca de carne. O papel das fêmeas é coletar alimentos vegetais, que todos percebem ser o principal produto econômico em suas vidas. Os machos caçam, as fêmeas coletam; é um sistema que funciona espetacularmente bem para o nosso grupo e por tanto tempo quanto qualquer um é capaz de lembrar-se.

Três das fêmeas agora estão prontas para partir nuas exceto por uma pele de animal jogada sobre os ombros que tem o papel dual de servir para transportar o bebê, e mais tarde para transportar o alimento. Elas levam consigo bastões curtos e pontiagudos, que uma das fêmeas preparara antes usando lascas de pedra afiadas para aparar galhos fortes.

Para trás junto à corrente, as duas fêmeas restantes repousam tranquilamente sobre a areia macia sob uma acácia alta, observando os trejeitos de três jovens. Muito velhos para serem carregados na pele de animal, muito jovens para caçar ou coletar, estes fazem o que todos os jovens fazem: eles fazem brincadeiras que prenunciam sua vida adulta.

Obter lascas afiadas é mais difícil do que parece, e a habilidade é ensinada principalmente por meio do exemplo, e não pela instrução verbal. A garota tenta novamente, desta vez sua ação é sutilmente diferente. Uma lasca afiada destaca-se do seixo, e a garota deixa escapar um grito de triunfo. Ela apodera-se da lasca, mostra-a para a mulher soridente e então corre para exibila aos seus colegas de folguedos. Eles prosseguem juntos com a brincadeira, armados agora de um implemento da maturidade. Eles encontram um pau, que a aprendiz de britadeira desbasta até obter uma ponta aguçada, e então eles formam um grupo de caça, em busca de um peixe para matá-lo com a lança.

Em breve, o som distante de vozes que se aproximam avisa às mulheres que os homens estão retornando. E, a julgar pelo tom de excitação na conversação

destes, eles estão retornando após terem sido bem-sucedidos. Na maior parte do dia os homens estiveram silenciosamente tocajando um pequeno rebanho de antílopes, observando que um dos animais parecia coxejar ligeiramente. Repetidamente, este indivíduo era deixado para trás pelo rebanho e tinha que fazer tremendos esforços para juntar-se a ele.

Finalmente, uma oportunidade apresentou-se e, sem dizer uma palavra, de comum acordo, os três homens moveram-se para posições estratégicas. Um deles atirou uma pedra com força e precisão, obtendo um impacto estonteante; os outros dois correram para imobilizar a presa. Uma estocada rápida com um pau curto e pontiagudo fez correr uma torrente de sangue da jugular do animal. O animal lutou, mas em pouco tempo estava morto.

Mais tarde, naquela noite, há quase um sentido de ritual no consumo da carne. O homem que conduziu o grupo de caça corta os pedaços e os entrega para as mulheres que sentam em torno dele e para os outros homens. As mulheres dão pedaços para as suas crianças, que os trocam alegremente entre si. Os homens oferecem pedaços para seus colegas, que oferecem outros pedaços em troca. O ato de comer carne é mais do que o sustento; é uma atividade de comunhão social.

A excitação do triunfo na caça agora evanesce, os homens e mulheres trocam relatos de seus dias separados. Há uma compreensão de que eles em breve terão que deixar este acampamento agradável, pois as chuvas crescentes nas montanhas distantes em breve farão com que a corrente inundue suas margens. Por agora, eles estão contentes.

FONTE: LEAKY, Richard. *A origem da espécie humana*. Tradução: Alexandre Tort. Rio de Janeiro, 1997. p. 79-82.

## AUTOATIVIDADE



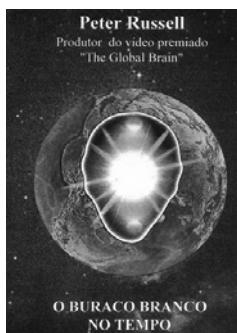
### REFLEXÃO

Seu desafio agora é escrever um breve texto que busque traçar um paralelo de algum trecho do relato '*Um dia na pré-história*' com o dia a dia de uma família na pós-modernidade.





### Dica de filme: O buraco branco no tempo



O autor Peter Russell tece sua combinação característica de física, psicologia e filosofia para desenhar um novo quadro da humanidade e dos tempos que estamos atravessando. Em **O Buraco Branco no Tempo** ele explora os padrões evolucionários que estão detrás de nosso desenvolvimento em contínua aceleração e pergunta: “porque é que uma espécie que é, de tantas formas, muito inteligente pode também se comportar de maneira aparentemente tão insana? Utilizando centenas de imagens que cobrem a extensão da criação, esta bela e comovente produção audiovisual mostra que a crise global que agora enfrentamos é, na sua raiz, uma crise de consciência. A próxima grande fronteira não é o espaço exterior, senão o espaço interior. Nós poderíamos, ele conclui, estar no umbral de um momento para o qual a vida tem sido construída ao longo de bilhões de anos – um clímax evolucionário muito mais profundo do que a maioria de nós sequer ousou imaginar”.

## 4 E A REVOLUÇÃO VERDE SE ESPALHOU PELO MUNDO

No Vale da Mesopotâmia, considerado o berço do novo homem, devemos considerar que as relações do homem com a natureza e do homem com o próprio homem mudam sobremaneira. Uma das mudanças mais marcantes é a fixação do homem à terra, que dá origem à propriedade, fenômeno que de certa maneira será o pivô de toda uma história de terror e glória que está por vir.

Segundo pesquisadores, acredita-se que as primeiras atividades agrícolas tenham iniciado na região de Jericó, Cisjordânia (Israel), há aproximadamente 10 mil anos. Em outras regiões do mundo, sucessivamente, o gênero humano foi fixando suas raízes. Segundo Pinsky (2011), grupos humanos sofreram essa transformação em momentos diferentes, com intensidade diferente, em diferentes locais do mundo:

QUADRO 1 – TRANSFORMAÇÕES EM MOMENTOS DIFERENTES

Região	Revolução agrícola
Israel	10 mil anos atrás
Índia	9 mil anos atrás
China	7 mil anos atrás
Europa	6,5 mil anos atrás
África tropical	5 mil anos atrás
Américas	4,5 mil anos atrás

FONTE: Pinsky (2011, p. 46)

A escolha dos pesquisadores pelo termo Revolução Agrícola justifica-se pelo impacto desta nova forma de vida na história do homem e do meio ambiente. Com o cultivo do solo, os grupos se tornam maiores, normalmente estabelecidos pelo limite de fertilidade do solo. Por esse motivo, atribui-se ao Crescente Fértil, uma região do Oriente Médio que cobre de 400.000 a 500.000 km<sup>2</sup>, irrigada pelos rios Jordão, Eufrates, Tigre e Nilo, o berço da primeira explosão demográfica humana.

Entretanto, a prática da agricultura não fixou o homem em definitivo ao solo, em um período inicial ela apenas estabelece uma alternância entre períodos de coleta/cultivo e criação de rebanhos/caça. O termo *transumância* é usado para designar o fenômeno de deslocamento sazonal de rebanhos para áreas com mais recursos. Assim, podemos dizer que ainda durante algumas centenas de anos, a humanidade desenvolveu-se no que poderíamos chamar de um regime seminômade.

É apenas à medida que as áreas cultivadas e os rebanhos se tornam maiores que surge a necessidade de se fixar, pois abandonar a terra significava abandonar o trabalho a ela dedicado. Paralelamente ao desenvolvimento da agricultura e a criação de animais, destacam-se ainda como inovações tecnológicas do neolítico a invenção da roda, a cerâmica, sendo esta última de fundamental importância em relação à questão ambiental, já que representa a primeira transformação físico-química de elementos naturais, realizada de forma consciente pelo homem, gerando elementos “artificiais” (FIGUEIREDO, 1995).

Nas aldeias, além das atividades agropastoris há uma crescente diversificação de outros bens: ferramentas para o cultivo da terra, recipientes cerâmicos, fornos, pilões, roupas. A diversificação seguida da especialização fez com que surgissem centros de troca de produtos agrícolas e manufaturados.

Não tardaria muito para que um período chamado Idade dos Metais imprimisse um novo marco nas relações do homem com a natureza. Inicialmente com o cobre, depois o bronze e mais tarde, por volta de 3,5 mil anos atrás, o ferro. Convém lembrar que de arados a enxadas, da fundição de metais forjaram-se as primeiras armas brancas, que num futuro próximo será a extensão da mão humana na defesa e conquista da terra.

Todas estas inovações, conjugadas ao aumento crescente de excedentes agrícolas, conferem extremo valor ao trabalho humano. Afinal, havendo enxadas, arados e espadas, haveriam de existir os braços que os manejassem. Acredita-se que essa valorização do trabalho humano tenha sido a base das primeiras sociedades escravagistas. Veja que agora, além da conquista de terras e do saque de riquezas, as guerras também servem ao aprisionamento de vencidos para o trabalho escravo.

Conforme Figueiredo (1995, p. 88), “o sucesso da revolução neolítica, caracterizada pelo desenvolvimento progressivo das atividades agrícolas e pastoris, foi responsável pela significativa multiplicação da espécie humana

nesto período". A conjugação de fatores como a melhora nas condições de vida e o aumento da expectativa de vida culminou com o aumento significativo nas concentrações humanas.

Nestes aglomerados urbanos "primitivos", com populações da ordem de 1.500 a 2.000 habitantes, já se observava o desenvolvimento de atividades tipicamente urbanas, como o artesanato e o comércio, caracterizando assim um modo de vida distinto do modo rural. O aparecimento dos primeiros aglomerados urbanos implicou profundas alterações nas relações sociais e na necessidade de produção de alimentos para o abastecimento destas comunidades. (FIGUEIREDO, 1995, p. 87).



O **LEGADO MESOPOTÂMICO**. Devemos aos mesopotâmicos vários elementos de nossa civilização. Vejamos alguns:

- o ano de 12 meses e a semana de 7 dias;
- a divisão do dia em 24 horas;
- a crença nos horóscopos e os 12 signos do zodíaco;
- hábito de fazer o plantio de acordo com as fases da Lua;
- o círculo de 360 graus;
- o processo aritmético da multiplicação.

FONTE: Disponível em: <<http://zuani1f.wordpress.com/mesopotamia/>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

## 5 DA NATUREZA MÃE PARA A NATUREZA POSSE

No Vale da Mesopotâmia, constituído pelas terras férteis entre os rios Tigre e Eufrates, as primeiras comunidades emergiram. O cultivo da terra originou-se na zona do que se convencionou chamar de **Crescente Fértil** (figura a seguir), onde as periódicas inundações causadas pelo transbordamento dos rios fertilizavam a terra e fizeram desta região não apenas o local de surgimento de um novo homem, mas também o berço de uma civilização.

FIGURA 3 – CRESCENTE FÉRTIL



FONTE: A Antiguidade Oriental. Prof. Vicente. Disponível em: <<http://dc.366.4shared.com/doc/-gIM9UsK/preview.html>>. Acesso em: 20 jan. 2013.



O termo «Crescente Fértil» foi criado por um arqueólogo, da Universidade de Chicago, em referência ao fato de o arco formado pelas diferentes zonas assemelhar-se a uma Lua crescente.

Revezaram-se neste generoso trecho do Oriente Próximo: sumérios, seguidos pelos acádios, babilônios, hititas e cassitas. É importante lembrar que a sucessão de povos no vale mesopotâmico não se deu de maneira harmoniosa. A fertilidade e a possível prosperidade associada a este estreito pedaço de terra fizeram aflorar no gênero humano a cobiça e a disputa por bons recursos para a descendência. Entretanto, comportamentos como este já estavam impressos na personalidade humana desde longa data. Aliás, derivam do instinto de defesa e permanência da prole, comportamentos que contribuíram para com a permanência do gênero humano na face da Terra.

O sedentarismo, de modo geral, constitui essa nova forma de vida que permitiu que o homem controlasse sua provisão de alimentos, estando, desta forma, livre do jugo e das leis da natureza. A disponibilidade de alimento para o abastecimento agora depende do trabalho humano e não mais dos caprichos da mãe natureza. Como consequência desta forma de vida menos fortuita, os

aglomerados humanos começaram a aumentar, sendo necessário que uma área maior de terra fosse cultivada.

Da delimitação das áreas cultivadas, nasce o conceito de propriedade. Mais do que a defesa do território, já praticada por grupamentos humanos primitivos e até mesmo animais, a propriedade implica um reconhecimento formal e coletivo de que o direito a um determinado trecho de terra, a um animal e até mesmo a um ser humano, pertence a um indivíduo.



Propriedade, segundo o artigo 1225 do Código Civil Brasileiro, é um direito real. Os direitos reais garantem ao seu titular um poder direto e imediato sobre a coisa, sobretudo, o direito de sequela, que é o direito de buscar sua coisa de quem injustamente a possua ou a detenha. Os direitos reais possuem efeitos “erga omnes”, ou seja, contra todos.

Desta forma, tão antigos quanto as mudanças na relação com a terra, oriundas da revolução agrícola, são os acordos, em princípio não escritos, que regiam o direito à propriedade. Um destes acordos, talvez o mais famoso, é o Código de Hamurábi, que embora tenha sido escrito pelo rei babilônico Hamurábi há apenas 38 séculos, compilava leis que na prática regiam nossos ancestrais desde a aurora do sedentarismo. Alguns historiadores defendem que longe de ser um legislador, Hamurábi não criara leis inéditas e inovadoras, apenas sintetizara práticas sociais comuns de outros povos da região, cabendo-lhe apenas o mérito de reuni-las e unificar uma legislação. Contudo, o código rendeu a Hamurábi uma eficiente mídia, superestimando o chefe militar e marcando sobremaneira a cultura babilônica, ao destacá-la de outras que a antecederam e sucederam.

O Código de Hamurábi era, sobretudo, um tratado sobre as leis da propriedade. **Olho por olho, dente por dente** é a máxima que define o código de leis e conduta que priorizava o direito à propriedade, à defesa da vida, à honra e dignidade familiar. A transgressão levava seus autores a castigos que iam desde a amputação de partes do corpo até o pagamento com a vida. Convém destacar que, mesmo após a queda do império babilônico, as civilizações que se sucederam continuaram a utilizar o Código de Hamurábi.

Se analisarmos o Código de Hamurábi, veremos que ele se constitui em um rol de procedimentos e regras de conduta que irão controlar os resquícios de selvageria que ainda habitavam o homem. De certa forma, é o que tornará possível a vida em sociedade, a proteção do bem familiar e, até onde possível, evitará a barbárie.

## 6 DO HOMEM LIVRE AO HOMEM POSSE

De um modo geral, as leis de propriedade que vão impactar sobre o ambiente natural vão se estender ao ente humano. À medida que a relação homem-terra muda, a relação homem-homem muda também, para uma relação de dono e propriedade. Entenda melhor acompanhando a leitura deste subtópico.

Desde que surgiram os primeiros aglomerados humanos na região da Mesopotâmia e à medida que estes foram se organizando do ponto de vista político e econômico, por meio da prática da agricultura, da criação de animais e do artesanato, o valor do trabalho humano torna-se uma moeda preciosa.

A construção dos diques e canais de irrigação que possibilitaram o sucesso das atividades agropastoris dependeu de legiões de trabalhadores. Como nas pequenas cidades às margens do rio Nilo a sociedade de classes já estava estabelecida, o modelo escravocrata torna-se uma prática comum.

Desde o servo que perdia parte de sua liberdade, trabalhando para a glória de *deus*, até o prisioneiro de guerra, o escravo era aquele que realizava um trabalho compulsório, o que também contribuiu para impulsionar a economia das primeiras civilizações.

Conforme veremos, ao longo da história da humanidade, uma pessoa poderia ser privada de sua liberdade por diversos motivos: por ser um prisioneiro de guerra, por adquirir uma dívida, como punição por um crime, voluntariamente, em troca de alimento para si e para a sua família, ou por ser considerado culturalmente inferior. Na modernidade, entretanto, veremos que a escravidão está mais fortemente ligada ao preconceito racial, baseado na ideia de inferioridade étnica.

O que desejamos destacar, portanto, é que a escravidão do homem é um fenômeno que ocorre junto à posse e ao uso da terra, sempre para a glória de alguém, seja um poder tangível ou um ente espiritual, representado por um sacerdote. O escravo, por constituir uma propriedade, pode ser negociado, vendido, alugado e até morto.

Em muitas sociedades, como veremos, o escravo torna-se também um bem mercantil, uma mercadoria, cujo preço varia conforme as condições físicas, aptidões profissionais, procedência, idade, sexo.



Escravo, segundo o **Dicionário Eletrônico Houaiss**, em sua primeira acepção, é “quem ou aquele que, privado da liberdade, está submetido à vontade absoluta de um senhor, a quem pertence como propriedade”.

Desde os seus primórdios e enquanto durar legalmente, a força do trabalho escravo tornará possível uma grande acumulação de riquezas, sendo grande responsável pelo desenvolvimento econômico e cultural de muitos povos, principalmente à medida que o homem passa a dominar técnicas que possibilitavam uma atuação mais intensa sobre o meio natural.

O uso otimizado da terra vai gerar, além do estritamente necessário à sobrevivência do grupo, o excedente econômico. Aquino et al. (1980, p. 73) defendem que “as diversas comunidades primitivas passaram por esse processo, não exatamente ao mesmo tempo, nem exatamente da mesma maneira”. A forma de administrar a produção e o excedente dependeu das características do meio, das necessidades e dos traços culturais de cada grupo. Quanto a isso, Aquino et al. (1980, p. 73) enfatizam que “ao evoluir, essas comunidades assumiram dois caminhos distintos: um, por exemplo, levou à formação, no Oriente Próximo, das sociedades de regime de servidão coletiva; o outro levou à formação, na Grécia e em Roma, das sociedades escravistas”.

Se analisarmos minuciosamente a história, veremos que entre a escravidão absoluta e outras formas de servidão humana haverá uma alternância de tipos e modalidades de exploração do homem pelo homem que irá variar conforme a época, a cultura e as condições do meio.

Uma destas variantes, a **Corveia Real**, é apontada pelos historiadores como a forma mais utilizada de trabalho compulsório no antigo Egito. Nesta modalidade de escravismo, a população podia ser convocada para períodos de servidão. O período de servidão durava até que a obra a ser realizada fosse concluída. Para quem tentasse fugir, estavam reservados castigos, que iam desde a mutilação de membros até a pena de escravidão definitiva.

Afora a escravidão declarada, a relação homem-terra-trabalho será também permeada por outras formas de exploração, que, embora não classificadas dentro da economia escravista, produzirão efeitos semelhantes, como a subjugação do homem por meio do controle dos meios de produção, a alienação e a erosão cultural.

## LEITURA COMPLEMENTAR

### CÓDIGO DE HAMURÁBI

Como nosso objetivo é compreender como se dá a passagem do homem da natureza para o homem proprietário desta, queremos apresentar um trecho do código que evidencia o quanto o estabelecimento da propriedade privada e suas regras eram importantes nesse capítulo da história humana.

#### II - CRIMES DE FURTO E DE ROUBO, REIVINDICAÇÃO DE MÓVEIS

6º - Se alguém furtar bens do Deus ou da Corte deverá ser morto; e mais quem recebeu dele a coisa furtada também deverá ser morto.

7º - Se alguém, sem testemunhas ou contrato, compra ou recebe em depósito ouro ou prata ou um escravo ou uma escrava, ou um boi ou uma ovelha, ou um asno, ou outra coisa de um filho alheio ou de um escravo, é considerado como um ladrão e morto.

8º - Se alguém rouba um boi ou uma ovelha ou um asno ou um porco ou um barco, se a coisa pertence ao Deus ou à Corte, ele deverá dar trinta vezes tanto; se pertence a um liberto, deverá dar dez vezes tanto; se o ladrão não tem nada para dar, deverá ser morto.

9º - Se alguém, a quem foi perdido um objeto, o acha com um outro, se aquele com o qual o objeto perdido é achado, diz: - "um vendedor me vendeu diante de testemunhas, eu o paguei" - e o proprietário do objeto perdido diz: "eu trarei testemunhas que conhecem a minha coisa perdida" - o comprador deverá trazer o vendedor que lhe transferiu o objeto com as testemunhas perante as quais o comprou e o proprietário do objeto perdido deverá trazer testemunhas que conhecem o objeto perdido. O juiz deverá examinar os seus depoimentos, as testemunhas perante as quais o preço foi pago e aquelas que conhecem o objeto perdido devem atestar diante de Deus reconhecê-lo. O vendedor é então um ladrão e morrerá; o proprietário do objeto perdido o recobrará, o comprador recebe da casa do vendedor o dinheiro que pagou.

10º - Se o comprador não apresenta o vendedor e as testemunhas perante as quais ele comprou, mas o proprietário do objeto perdido apresenta um testemunho que reconhece o objeto, então o comprador é o ladrão e morrerá. O proprietário retoma o objeto perdido.

11º - Se o proprietário do objeto perdido não apresenta um testemunho que o reconheça, ele é um malvado e caluniou; ele morrerá.

12º - Se o vendedor é morto, o comprador deverá receber da casa do vendedor o quíntuplo.

13º - Se as testemunhas do vendedor não estão presentes, o juiz deverá fixar-lhes um termo de seis meses; se, em seis meses, as suas testemunhas não comparecerem, ele é um malvado e suporta a pena desse processo.

14º - Se alguém rouba o filho impúbere de outro, ele é morto.

15º - Se alguém furtá pela porta da cidade um escravo ou uma escrava da Corte ou um escravo ou escrava de um liberto, deverá ser morto.

16º - Se alguém acolhe na sua casa um escravo ou escrava fugidos da Corte ou de um liberto e depois da proclamação pública do mordomo, não o apresenta, o dono da casa deverá ser morto.

17º - Se alguém apreende em campo aberto um escravo ou uma escrava fugidos e os reconduz ao dono, o dono do escravo deverá dar-lhe dois ciclos.

18º - Se esse escravo não nomeia seu senhor, deverá ser levado a palácio; feitas

todas as indagações, deverá ser reconduzido ao seu senhor.

19º - Se ele retém esse escravo em sua casa e em seguida se descobre o escravo com ele, deverá ser morto.

20º - Se o escravo foge àquele que o apreendeu, este deve jurar em nome de Deus ao dono do escravo e ir livre.

21º - Se alguém faz um buraco em uma casa, deverá diante daquele buraco ser morto e sepultado.

22º - Se alguém comete roubo e é preso, ele é morto.

23º - Se o salteador não é preso, o roubado deverá diante de Deus reclamar tudo que lhe foi roubado; então a aldeia e o governador, em cuja terra e circunscrição o roubo teve lugar, devem indenizar-lhe os bens roubados por quanto foi perdido.

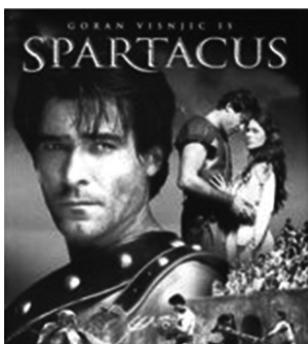
24º - Se eram pessoas, a aldeia e o governador deverão pagar uma mina aos parentes.

25º - Se na casa de alguém aparecer um incêndio e aquele que vem apagar lança os olhos sobre a propriedade do dono da casa, e toma a propriedade do dono da casa, ele deverá ser lançado no mesmo fogo.

FONTE: Disponível em: <<http://www.cpihts.com/PDF/C%C3%B3digo%20hamurabi.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2013.



Sugestão de filme:



**ORIGINAL:** Spartacus (2004)

**TAGS:** ação, aventura, épico,

**LIVRO DE:** Howard Fast

**DIRETOR:** Robert Dornhelm

**ROTEIRISTA:** Robert Schenkkan

**TRILHA:** Randy Miller

**SINOPSE:** Condenado a passar o resto de sua vida trabalhando sob o sol do deserto, o escravo Spartacus já havia perdido toda a esperança de liberdade. Comprado por um agente de gladiadores, é obrigado a lutar até a morte para divertimento da elite. Revoltado com sua condição, ele lidera uma revolução de escravos que vai ameaçar o Império Romano e lhe render poderosos inimigos.

# RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico você estudou que:

- Um dos pontos mais significativos da trajetória humana sobre o planeta Terra foi a Revolução Neolítica, quando o homem inicia um processo de fixação à terra, denominado sedentarismo.
- Com o cultivo do solo na revolução agrícola, os grupos humanos se tornam maiores, normalmente estabelecidos pelo limite de fertilidade do solo.
- Nas aldeias, além das atividades agropastoris há uma crescente diversificação de outros bens: ferramentas para o cultivo da terra, recipientes cerâmicos, fornos, pilões, roupas. A diversificação seguida da especialização fez com que surgissem centros de troca de produtos agrícolas e manufaturados.
- O processo de sedentarização irá gerar o fenômeno da posse, que se estenderá desde áreas de terra até seres humanos. Inicia aí a economia escravocrata em suas várias formas; as diferenças entre o nomadismo e o sedentarismo vão impactar seriamente no uso da terra e nas relações sociais, conforme mostra quadro-síntese a seguir:

QUADRO 2 – DIFERENÇAS ENTRE O NOMADISMO E O SEDENTARISMO

	<b>Nomadismo</b>	<b>Sedentarismo</b>
<b>Atividades principais</b>	Caça, pesca e coleta de frutos, sementes e raízes.	Agricultura e pecuária.
<b>Artefatos</b>	Lascas de osso e pedra.	Cerâmica, cestaria, tecelagem.
<b>Economia</b>	Coletora.	Produtora.
<b>Instrumentos</b>	Biface, arco e flecha, seixo partido, arpão, anzol e agulha.	Machado, sachola, foice, cesto, vaso, mó, tear.
<b>Arte</b>	Pintura rupestre e estátuas de fertilidade.	Dolmens, antas.
<b>Moradia</b>	Cavernas, cabanas, tendas de ossos e pele de mamute e abrigos construídos com galhos e folhas.	Pequenas casas de tijolos de barro.
<b>Propriedade</b>	Instrumentos de caça e pesca de uso comum pelo grupo.	Extensões de terra, teares, moendas, animais e pessoas.
<b>Regime de liderança</b>	Um líder masculino no clã em alternância com um regime matrifocal*.	Familiar patriarcal.

<b>Poder</b>	Sem poder centralizado.	Centralização do poder, primeiramente pelos sacerdotes e depois reis.
<b>Religiosidade</b>	Monoteísmo. Entidades predominantemente femininas.	Politeísta com entidades predominantemente masculinas.
<b>Uso dos recursos naturais</b>	Rodízio.	Intensivo / exaustivo.

FONTE: As autoras

- Matrifocal: segundo a historiadora Rose Marie Muraro, é a divisão do poder nas primeiras sociedades nômades, que era partilhado por lideranças femininas e masculinas. O termo *matrifocal* é especialmente escolhido porque difere em essência do seu correspondente masculino (patriarcal). Por esse motivo, não se usa sociedade matriarcal e sim matrifocal, onde a dominância era conferida aos membros femininos, sendo estes de suma importância na manutenção da união no clã, quando da retirada dos homens para longos períodos de caça (MURARO, 1992).

## AUTOATIVIDADE



1 Compare o período Paleolítico com o Neolítico levando em consideração os seguintes critérios: atividades, propriedade e regime de liderança.



2 Qual é a relação do modo de vida sedentário com o fenômeno da posse?





## OS GRANDES AGLOMERADOS HUMANOS NA INTERFACE SOCIEDADE X NATUREZA

### 1 INTRODUÇÃO

Neste tópico versaremos especialmente sobre a evolução da cultura urbana e seu impacto para o meio ambiente. Você verá que a necessidade de centros de troca para produtos excedentes e a crescente diversificação dos bens de consumo são responsáveis pelo aparecimento dos primeiros aglomerados humanos (figura a seguir). Já na idade antiga, observamos as primeiras cidades densamente povoadas, como é o caso de Roma e Alexandria. No entanto, a falta de cuidados sanitários nos povoados tem consequências funestas, principalmente na Idade Média. Mais uma vez se vê que o caos ambiental culmina com o caos social.



Funesto: adj. Que provoca a morte, a desgraça: acidente funesto. Nocivo, fatal.  
Dicionário online Português.

FIGURA 4 – PRINCIPAIS CIDADES DA ANTIGUIDADE



Adap.: FRANCO JÚNIOR, Hélio; ANDRADE FILHO, Ruy de O. *Atlas história geral*. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2000. p. 4.

FONTE: Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/historia-das-cidades/historia-das-cidades-4.php>>. Acesso em: 11 fev. 2013.

## 2 REVOLUÇÃO URBANA

A partir das primeiras aldeias, territórios onde foram construídas as primeiras habitações sólidas, cujo objetivo era a permanência em áreas próximas às áreas de cultivo e pastagem de rebanhos, surgem os primeiros aglomerados humanos.

A crescente diversificação de bens de consumo nas primeiras aldeias e a necessidade de dar vazão ao excedente agrícola fizeram nascer os centros de troca de produtos agropecuários e de manufaturas.

Estima-se que tenha sido também a Mesopotâmia o cenário onde surgem as cidades de Catal Huyuk e Jericó, há aproximadamente sete mil anos. Entretanto, o motivo que leva à emergência das cidades também não é tão simples. Pinsky (2011) defende que a urbanização se deu prioritariamente em locais predispostos à fertilidade, mas que exigiram um trabalho zeloso para domar a disponibilidade de

água, dada a imprevisibilidade dos rios. Para se construírem diques e reservatórios para “domar” a água, principalmente no sul do Egito e na Mesopotâmia, foi necessário um trabalho sistemático, organizado e de grande magnitude.

A necessidade é a mãe das invenções. Nos vales e encostas férteis e relativamente chuvosos, a vida corria normalmente e as pessoas não precisavam tornar mais complexas suas relações de trabalho. Mas construir diques, cavar valetas, estabelecer regras sobre a utilização da água (para que quem tivesse terras perto dos diques não fosse o único beneficiário) significava controlar o rio, fazê-lo trabalhar para a comunidade. Claro que isso demandava trabalho e organização. O resultado, no entanto, foi fertilidade para a terra e alimento abundante para os homens. Essa foi a base das primeiras civilizações. (PINSKY, 2011, p. 60).

Perceba você que, segundo o que defende o autor citado anteriormente, os primeiros centros urbanos nascem como uma consequência de uma intervenção mais intensa no ambiente natural. Em outras palavras, o assentamento das cidades tem como condição a sujeição do meio natural às necessidades de vida do grupo humano, que requer que a terra produza mais e melhor do que estava acostumada a produzir. E isto só é possível com o uso de tecnologias.

Tudo leva a crer que o desenvolvimento de uma tecnologia eficiente de irrigação foi o fator decisivo na fundação das primeiras cidades no Oriente Próximo.



Em última análise, o que entra em choque de incompatibilidade é a natureza X o intelecto humano, que por ironia é produto de uma evolução natural. Questionamos, então, se este mesmo intelecto que entra em choque com o ambiente natural, destruindo-o à medida que serve a seus caprichos, também será capaz de trabalhar em prol deste ambiente natural, revertendo ou suavizando os efeitos dos últimos séculos de exploração. Poderá o homem pós-moderno reconciliar-se de alguma forma com a natureza?

Voltando ao evento das primeiras cidades, pesquisadores indicam Jericó, na Palestina, como a cidade mais antiga do mundo. Escavações encontraram muros a cerca de 15 metros de profundidade (conforme ilustrado na figura a seguir) sob o entulho de cidades posteriores.

FIGURA 5 – RUÍNAS DE JERICÓ



FONTE: Disponível em <<http://www.santovivo.net/gpage212.aspx>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

As primeiras cidades caracterizavam-se pela presença de várias aldeias em torno de um templo, onde se reverenciava o principal deus totêmico da comunidade, cujo intérprete era um sacerdote que acumulava a função de dirigir a cidade, além de supervisionar as colheitas, orientar o armazenamento dos grãos, a distribuição das sementes e da água.

A ascensão das cidades também demandou uma organização mais eficaz nos transportes. Para mover madeira, pedra, produtos agrícolas de partes longínquas, o aperfeiçoamento do transporte terrestre, com a roda e a tração animal, e o transporte fluvial com o posterior uso de embarcações à vela.

Com o passar do tempo, além da agricultura, o aprimoramento das técnicas de torno de metais constituiu profissão especializada cujos serviços eram procurados nas cidades. Além dos metalúrgicos e ourives, outra profissão que não tarda a emergir nas cidades é a do mercador. Sujeito que fazia e intermediava trocas de mercadorias, tendo o gado como unidade de troca.

À grande transformação econômica da Idade do Bronze dá-se o nome de Revolução Urbana. Correspondeu à passagem das comunidades agrícolas autossuficientes para cidades com comércio e artesanato especializado. A agricultura continuou como a principal atividade econômica, mas a economia, antes agrícola e pastoril, ganhou maior diversidade e complexidade com a multiplicação dos ofícios ou profissões e com o estabelecimento de um sistema regular de trocas. (AQUINO et al., 1980, p. 78).

A proliferação das especialidades (sacerdotes, escribas, mercadores, camponeses, artesãos e soldados) dá origem a uma forma de classificação dos cidadãos, culminando também com uma distribuição desigual das riquezas.

Mais uma vez a propriedade surge como fator determinante das diferenças entre os cidadãos, fazendo emergir um sistema de leis e forças para que se fizessem cumprir. A liderança, antes exercida naturalmente pelos mais velhos, cede lugar a um governo de um único administrador. Neste contexto surgem as cidades-estados, cujo poder era exercido por um sacerdote ou por um chefe guerreiro.

Já na antiguidade surgem grupamentos humanos bastante densos. Alexandria, séc. I a.C., teve 700.000 habitantes, enquanto Roma, no séc. II d.C., chegou a ter mais de um milhão. Na maioria das cidades da antiguidade clássica a água potável era armazenada em reservatórios públicos. O saneamento básico tornou-se um sério problema, muitos apenas jogavam seu lixo nas ruas, o que ocasionava muitas doenças, por causa da contaminação do solo, da água e dos alimentos. Os períodos de alta pluviosidade agravavam ainda mais a situação, quando se dispersava a contaminação. Uma prática bastante usada foi a deposição de lixo do lado de fora das muralhas da cidade. Roma, até o início da Idade Média, foi um exemplo de saneamento básico cuja tecnologia foi superada apenas no séc. XIX.

### 3 RESÍDUOS URBANOS NA ANTIGUIDADE E NA IDADE MÉDIA

O lixo, ou resíduo, é produzido mesmo nas mais simples atividades humanas. Das partes não aproveitáveis dos alimentos aos dejetos humanos, a coleta e destinação do lixo é uma questão séria que acerca a civilização humana desde os seus primórdios. No passado, algumas cidades tiveram que ser abandonadas pelas condições geradas pela inadequada destinação dos resíduos.

Já na antiguidade, um caso clássico que ilustra a gravidade dos problemas sanitários da época foi o surgimento da peste bubônica em Roma em 150 d.C. Motivada por esses problemas, nos séculos seguintes, até o início da Idade Média, Roma se tornará um exemplo em saneamento básico, tanto em distribuição de água potável, como pelo escoamento dos resíduos produzidos na cidade.

Por volta de 300 d.C., Roma dispunha de 144 latrinas públicas com água corrente. Também mictórios foram construídos por Vespasiano, cerca de 403 d.C. A disseminação de latrinas públicas era necessária não só para quem não as possuísse em casa, mas igualmente para os locais de festividade e concentração pública. Algumas eram luxuosas. (EIGENHEER, 2009, p. 35).

A queda do Império Romano no Ocidente, em 476 d.C, levou consigo muitos avanços nas condições sanitárias da cidade. A não conservação dos sistemas de canais de distribuição e escoamento trouxe consequências graves para a saúde da população.

O rápido aumento no número de cidades na Baixa Idade Média (período), com o aumento populacional, ocasionado pelo êxodo rural, fazia com que as construções, dentro dos limites das muralhas que as circundavam, ficassem muito próximas umas às outras. Outro fator era o alto preço dos terrenos no espaço urbano, que motivava construções de madeira dotadas de andares superiores.

O eminente crescimento demográfico comprometia condições mínimas de higiene e conforto. Os detritos oriundos das atividades humanas eram despejados nas estreitas ruas, contaminando todo o ambiente. Neste período são altos os registros de doenças de veiculação hídrica.

Em Paris era comum lançar-se água e dejetos pela janela. Segundo Eigenheer (2009, p. 48), até 1372 era permitido em Paris “lançar-se água” direto das janelas, bastando que se gritasse três vezes: “Gardez l'eau!” <Vai água!>.

Dadas as péssimas condições de saneamento das cidades na Idade Média, ressurge, entre 1345 e 1349, a peste bubônica, agora apelidada de peste negra. Ocasionada pela proliferação de ratos nas cidades, a doença dizima milhões de pessoas na Europa. Estima-se a morte de pelo menos um terço de toda a população europeia na época.

Os vivos, de fato, quase não conseguiram enterrar os mortos, ou os evitavam com horror. Um terror tão grande tinha se apoderado de quase todo o mundo, de tal maneira que no momento que aparecia em alguém uma úlcera ou um inchaço, geralmente embaixo da virilha ou da axila, a vítima ficava privada de toda assistência, e mesmo abandonada por seus parentes. O pai deixava o filho em seu leito, e o filho fazia o mesmo com o pai. (PEDRERO-SÁNCHEZ, 2000, p. 194).

FIGURA 6 – GRAVURA A PESTE NEGRA



FONTE: Disponível em: <[http://web.educastur.princast.es/projetos/grupotecne/asp1/investigacion/vermensajebbbb.asp?idmensaje=2937](http://web.educastur.princast.es/proyectos/grupotecne/asp1/investigacion/vermensajebbbb.asp?idmensaje=2937)>. Acesso em: 16 mar. 2013.

Após tantas fatalidades, no final do século XIV criam-se algumas ações de saúde pública nas cidades. A instituição de sanções para quem despejasse resíduos nas ruas resultou em relativa melhora das condições higiênicas das cidades europeias.

Ninguém deve ter canos ou goteiras que desemboquem numa rua pública pelos quais a água poderia escorrer para a rua, com exceção da água de chuva ou de fonte... Do mesmo modo, ninguém deve jogar na rua líquido fervente, nem argueiros de palha, nem detritos de uva, nem excrementos humanos, nem água de lavagem, nem lixo algum. Não se deve tampouco jogar nada na rua na frente da casa. (LE GOFF apud EIGENHEER, 2009, p. 46).

Após nossa explanação, espero que você tenha compreendido a direção que a humanidade foi tomando ao delinear os centros urbanos e os modos de vida. É notório que a instalação do caos ambiental, como se vira nas cidades medievais, desencadeava logo o caos e o colapso social.

## LEITURA COMPLEMENTAR

### A PESTE NEGRA

A peste negra ficou conhecida na história como uma doença responsável por uma das mais trágicas epidemias que assolararam o mundo ocidental. Chegando pela Península Itálica, em 1348, essa doença afligiu tanto o corpo quanto o imaginário de populações inteiras que sentiam a mudança dos tempos por meio de uma manifestação física. Assim como a AIDS, a peste negra foi considerada por muitos um castigo divino contra os hábitos pecaminosos da sociedade.

Conforme alguns pesquisadores, a peste negra é originária das estepes da Mongólia, onde pulgas hospedeiras da bactéria *Yersinia pestis* infectaram diversos roedores que entraram em contato com zonas de habitação humana. Na Ásia, os animais de transporte e as peças de roupa dos comerciantes serviam de abrigo para as pulgas infectadas. Nos veículos marítimos, os ratos eram os principais disseminadores dessa poderosa doença. O intercâmbio comercial entre o Ocidente e o Oriente, reavivado a partir do século XII, explica a chegada da doença na Europa.

O contato humano com a doença desenvolve-se principalmente pela mordida de ratos e pulgas, ou pela transmissão aérea. Em sua variação bubônica, a bactéria cai na corrente sanguínea, ataca o sistema linfático provocando a morte de diversas células, e cria dolorosos inchaços entre as axilas e a virilha. Com o passar do tempo, esses inchaços, conhecidos como bubões, se espalham por todo o corpo. Quando ataca o sistema circulatório, o infectado tem uma expectativa de vida de aproximadamente uma semana.

Além de atacar o sistema linfático, essa doença também pode atingir o homem pelas vias aéreas, atacando diretamente o sistema respiratório. Essa segunda versão da doença, conhecida como peste pneumônica, tem um efeito ainda mais devastador e encorta a vida do doente em um ou dois dias. Em outros casos, a peste negra também pode atingir o sistema sanguíneo. Desprovida de todo esse conhecimento científico sobre a doença, a Europa medieval explicava e tratava da doença de formas diversas.

Desconhecendo as origens biológicas da doença, muitos culpavam os grupos sociais marginalizados da Baixa Idade Média por terem trazido a doença à Europa. Alguns registros da época acusavam os judeus, os leprosos e os estrangeiros de terem disseminado os horrores causados pela peste negra. No entanto, as condições de vida e higiene nos ambientes urbanos do século XIV são apontadas como as principais propulsoras da epidemia.

Na época, as cidades medievais agrupavam desordeiramente uma grande quantidade de pessoas. O lixo e o esgoto corriam a céu aberto, atraindo insetos e roedores portadores da peste. Os hábitos de higiene pessoal ofereciam grande risco, pois os banhos não faziam parte da rotina das pessoas. Além disso, os aglomerados urbanos contribuíram enormemente para a rápida proliferação da peste. Ao chegar a uma cidade, a doença se instalava durante um período entre quatro e cinco meses.

Depois de ceifar diversas vidas, esses centros urbanos ficavam abandonados. Os que sobreviviam à doença tinham que, posteriormente, enfrentar a falta de alimentos e a crise socioeconômica instalada no local. Por isso, muitas cidades tentavam se precaver da epidemia criando locais de quarentena para os infectados, impedindo a chegada de transeuntes e dificultando o acesso aos perímetros urbanos. Sem muitas opções de tratamento, os doentes se apegavam às orações e rituais que os salvassem da peste negra.

A intensidade com que a epidemia afetou os centros urbanos europeus era bastante variada. Em casos mais extremos, cerca de metade de uma população inteira não resistia aos efeitos devastadores da epidemia. Estudiosos calculam que cerca de um terço de toda população europeia teria sucumbido ao terror da peste. Ao mesmo tempo em que a peste negra era compreendida como um sinal de desgraça, indicava o colapso de alguns valores e práticas do mundo feudal.

FONTE: Disponível em <<http://www.brasilescola.com/historiag/pandemia-de-peste-negra-seculo-xiv.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

# RESUMO DO TÓPICO 2

**Neste tópico você estudou que:**

- A crescente diversificação de bens de consumo nas primeiras aldeias e a necessidade de dar vazão ao excedente agrícola fizeram nascer os centros de troca de produtos agropecuários e de manufaturas.
- O assentamento das cidades tem como condição a sujeição do meio natural às necessidades de vida do grupo humano, que requer que a terra produza mais e melhor do que estava acostumada a produzir.
- A proliferação das especialidades: sacerdotes, escribas, mercadores, camponeses, artesãos e soldados, dá origem a uma forma de classificação dos cidadãos, culminando também com desigualdades de riquezas.
- Um dos problemas mais graves dos grandes aglomerados humanos é a falta de saneamento. Na Antiguidade e na Idade Média, muitas cidades sucumbiram ao caos por causa de doenças decorrentes da falta de saneamento.

## AUTOATIVIDADE



1 Quais foram os fatores que culminaram com o aparecimento dos primeiros centros urbanos?



2 Como você pode ver, a sociedade de classes e as desigualdades são fenômenos que acompanham a humanidade desde longa data. Como se origina a classificação dos cidadãos?



3 Discorra sobre os motivos que levaram grandes cidades ao colapso ambiental e social na Antiguidade e na Idade Média.



## SOCIEDADE BRASILEIRA E MEIO AMBIENTE

### 1 INTRODUÇÃO

Este tópico traz à luz os elementos étnicos e culturais que formaram a sociedade brasileira a partir de 1500. Você verá, especialmente, quais foram os ciclos econômicos que se revezaram na história social e econômica do Brasil e seus respectivos atores. Cabe-nos antecipar que compreender a relação entre índios, negros e europeus, que formaram o tripé da sociedade brasileira, os ciclos econômicos e sua conjugação com a degradação ambiental, é um elemento-chave para a compreensão do cenário brasileiro atual.

### 2 O CENÁRIO BRASILEIRO PRÉ-DESCOBRIIMENTO

Em nosso objetivo de falar sobre a sociedade brasileira e meio ambiente, queremos de antemão esclarecer de que sociedade brasileira vamos falar. Pela falta de estudos precisos sobre os primeiros – e autênticos – descobridores do Brasil, vamos falar apenas daqueles que aqui estavam quando, no fim de tarde de uma quarta-feira do dia 22 de abril do ano de 1500, aproximaram-se da costa brasileira naus vindas de além-mar, trazendo a civilização.

Embora venhamos iniciar a história a partir destes, não ignoramos as sociedades que se revezaram neste fértil pedaço de terra até o ano de 1500. Eduardo Bueno (2003) esclarece que:

[...] os arqueólogos passaram a trabalhar, a partir de 1996, com o chamado “modelo das Quatro Migrações”. De acordo com essa nova hipótese – que tem ganhado cada vez mais força entre os especialistas –, a América teria sido colonizada a partir de quatro fluxos migratórios. Os três últimos foram, todos eles, empreendidos por populações mongóis (cujo DNA é o mesmo das populações indígenas atuais). Anteriormente aos três fluxos dos mongóis, no entanto, teria havido um ciclo migratório de povos não mongóis, cujos traços eram muito similares aos dos atuais africanos e aborígenes australianos. Esse grupo ancestral – que também povoara a Ásia em tempos remotos – teria sido assimilado, ou substituído, pelas levas mongóis. (BUENO, 2003, p. 14).

Quanto ao cenário natural no qual se desenrola a História do Brasil, podemos dizer que tem como pano de fundo uma ossatura rochosa de blocos maciços que fizeram parte do Gondwana, uma das grandes porções continentais que junto com a Laurásia formavam o Pangeia, um supercontinente ancestral. Bueno (2003, p. 10) infere que: “É curioso perceber que, em tempos históricos, os navegadores portugueses restabeleceriam, por mar, a conexão que, em eras remotas, unira o Brasil à África e à Índia”.

Graças a grandes derrames basálticos ocorridos no mesozoico – cerca de 220 milhões de anos – e a sedimentos provenientes de uma ação erosiva ao longo de milhões de anos, a rocha-mãe granítica do Gondwana, em sua rica variação de plataformas de relevo, fora coberta por um sedimento fértil em sua maioria. As espécies que ocorreram ao longo deste relevo, associado ao clima que vai do equatorial – no extremo norte do país – ao subtropical continental – no extremo sul –, fizeram desta parte da América do Sul uma espécie de vitrine biológica do que a mãe natureza fora capaz de criar. Dean (1996) exalta que:

Na costa leste da América do Sul, estendia-se outrora uma imensa floresta ou, mais precisamente, um complexo de tipos de florestas, em geral latifoliadas, pluviais e de tropicais a subtropicais. Entre oito e 28° de latitude sul, interiorizava-se a cerca de cem quilômetros da costa no norte e alargava-se a mais de quinhentos quilômetros no sul. No total, a floresta cobria cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados. Esse complexo tem sido chamado de Mata Atlântica brasileira, associado à outra, muito maior, a Floresta Amazônica, mas distinto dela. Em conjunto, as duas florestas formavam uma zona biogeográfica diferente e mais rica em espécies que as outras florestas tropicais do planeta, situadas na África e no Sudeste Asiático. A Mata Atlântica era em si mesma uma diversidade extraordinária, levando-se em conta seu tamanho relativamente modesto. E continha um número impressionante de espécies endêmicas – isto é, formas de vida peculiares – ainda que partilhasse com a Floresta Amazônica a mesma geomassa continental e estivesse, em longos períodos geológicos, em contato parcial com ela. (DEAN, 1996, p. 24-25).

A formação populacional brasileira, a partir do século XV, foi composta pelos índios, que aqui já estavam, pelos europeus, inicialmente portugueses, espanhóis, franceses e holandeses, e africanos. A mistura de povos de três continentes distintos – América, África e Europa – rendeu ao Brasil uma rica diversidade cultural, que viria a ser incrementada, a partir do século XIX, pela vinda de outras levas de europeus – italianos, espanhóis, alemães –, árabes – sírios e libaneses – e asiáticos – japoneses. Contudo, o tripé da sociedade brasileira foi formado basicamente pelo índio, pelo africano e pelos europeus.

Cada etnia, com seus costumes, sua religião, folclore, língua, culinária e vestimentas, contribuiu à sua maneira para a formação desta sociedade multicultural. Outro fator que contribuiu para a formação de nossos modos e costumes foi o *status* de cada um destes elementos formadores da nossa sociedade. A primeira leva de europeus era representada principalmente pelos portugueses,

na condição de exploradores e senhores desta terra; os índios, entes a serem escravizados, domesticados e reduzidos; já os africanos, braços para as lavouras, engenhos e mineração. Os escravos africanos foram a grande força motriz da economia brasileira.

No próximo subtópico procuraremos apresentar fatos que objetivam esclarecer a condição e a contribuição de cada uma das principais etnias formadoras da sociedade brasileira.

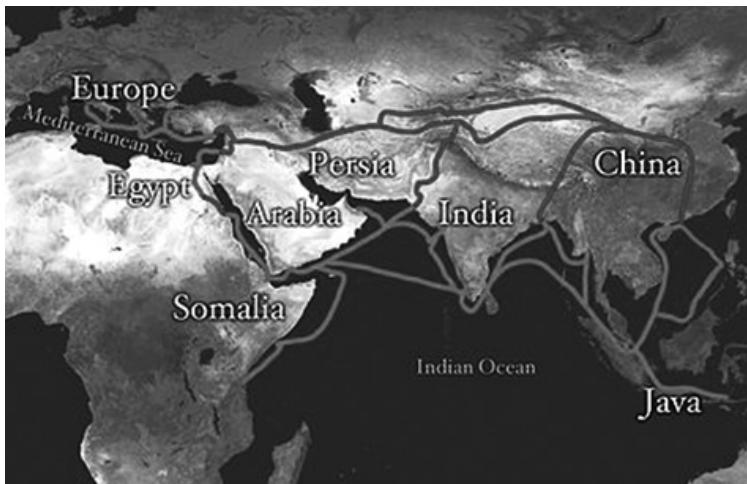
### 3 A CHEGADA DOS EUROPEUS

Mas, você já se perguntou o que trouxe estes homens de pele alva d’além-mar? Quais os motivos levavam a corte portuguesa a financiar a ida de seus homens nas custosas naus, sem garantia de retorno?

Quando o Brasil foi descoberto pelos portugueses, em 1500, toda a Europa, sobretudo Espanha e Portugal, já havia iniciado há um século sua expansão marítima em busca de novas rotas comerciais. O que buscavam? Não é difícil depreender que o ouro fosse o motivo maior que impulsionou o velho mundo a aventurar-se em mares desconhecidos. Contudo, havia outro ingrediente importante para uma civilização já avançada e bem estabelecida. As especiarias!

Durante as Cruzadas, o contato com os povos orientais revela formas engenhosas de se conseguir retardar a deterioração dos alimentos, sobretudo os de origem animal, como a carne. A Índia, por consistir uma rota segura, pelo menos até a queda do Império Romano no Oriente em 1453 – tomada de Constantinopla –, é a maior responsável pelo fornecimento de especiarias, como a canela, a pimenta e o gengibre. A dependência do monopólio de Gênova e Veneza no fornecimento destas especiarias - que, aliás, já estava prejudicado pela invasão de Constantinopla pelos turcos otomanos - fez parecer razoável o risco de novas empreitadas na descoberta de uma nova rota para as Índias. Afinal, seria a oportunidade de se estabelecer um monopólio extremamente lucrativo.

O alto valor dos condimentos se explica pelos limites das técnicas de conservação existentes na época e também por hábitos alimentares. A Europa ocidental da Idade Média foi “uma civilização carnívora”. Grandes quantidades de gado eram abatidas no início do verão, quando as forragens acabavam no campo. A carne era armazenada e precariamente conservada pelo sal, pelo fumo, ou simplesmente pelo sol. Esses processos alimentares, usados também para conservar o peixe, deixavam os alimentos intragáveis e a pimenta servia para disfarçar a podridão. Os condimentos representavam também um gosto alimentar da época (...). Ouro e especiarias foram assim bens sempre muito procurados nos séculos XV e XVI, mas havia outros, como o peixe e a carne, a madeira, os corantes, as drogas medicinais e, pouco a pouco, um instrumento dotado de voz – os escravos africanos. (FAUSTO, 2002, p. 12).



“Desta terra de Calecute vai a especiaria que se come em Portugal e em todas as províncias do Mundo; vão também desta cidade muitas pedras preciosas de toda a sorte. Aqui carregam as naus de Meca a especiaria e a levam a uma cidade que está em Meca que se chama Jeddah. E pagam ao grande sultão o seu direito. E dali a tornam a carregar em outras naus mais pequenas e a levam pelo Mar Ruivo a um lugar que está junto com Santa Catarina do Monte Sinai que se chama Tunis e também aqui pagam outro direito. Aqui carregam os mercadores esta especiaria em camelos alugados a quatro cruzados cada camelo e a levam ao Cairo em dez dias; e aqui pagam outro direito. E neste caminho para o Cairo muitas vezes os salteiam os ladrões que há naquela terra, os quais são alarves e outros.”

«Aqui tornam a carregá-la outra vez em umas naus, que andam num rio que se chama o Nilo, que vem da terra do Preste João, da Índia Baixa; e vão por este rio dois dias, até que chegam a um lugar que se chama Roxete; e aqui pagam outro direito. E tornam outra vez a carregá-la em camelos e a levam, em uma jornada, a uma cidade que se chama Alexandria, a qual é porto de mar. A esta cidade de Alexandria vêm as galés de Veneza e de Génova buscar esta especiaria, da qual se acha que há o grande sultão 600 000 cruzados; dos quais dá, em cada ano, a um rei que se chama Cidadim 100 000 para que faça guerra ao Preste João.”

FONTE: Disponível em: <[http://pt.goldenmap.com/Rota\\_das\\_especiarias](http://pt.goldenmap.com/Rota_das_especiarias)>. Acesso em: 20 fev. 2013.

Antes do descobrimento do Brasil pelos portugueses, Vasco da Gama já havia feito uma primeira viagem pelo Oceano Atlântico para chegar à Índia. Em sua primeira viagem, ao que tudo indica, as correntes do Atlântico já teriam feito Vasco da Gama passar bastante próximo ao Brasil. Contudo, na segunda viagem, agora acompanhado do militar Pedro Álvares Cabral, e fortalecido com mais naus do que na primeira viagem, por um erro de cálculo, aportam em Porto Seguro. Bueno (2003) destaca:

Era domingo, e Lisboa, capital ultramarina da Europa, estava em festa. Os treze navios da frota mais poderosa já armada por Portugal balouçavam nas águas reluzentes do Tejo. Oito meses antes, chegara àquele mesmo porto a diminuta frota de Vasco da Gama. Trazia a

notícia que durante quase um século fora a obsessão portuguesa: desvendará, enfim, a rota marítima que conduzia à Índia. Agora, o rei D. Manuel queria que todos, especialmente os espiões espanhóis, italianos e franceses, vislumbrassem a gloriosa partida de sua nova missão (comercial e guerreira) ao reino das especiarias". (...) Os navios partiram na segunda-feira, 9 de março de 1500. Cabral e Gama haviam conversado longamente. (BUENO, 2003, p. 28).

Em 22 de abril de 1500, depois de 45 dias de viagem, a frota de Cabral vislumbra um "grande monte", que viria a ser batizado de Ilha de Vera Cruz. Conta-se que o primeiro contato com os nativos deu-se logo no dia seguinte à chegada. "O capitão Nicolau Coelho, veterano da Índia e companheiro de Gama, foi a terra, em um batel e deparou com dezoito homens "pardos, nus, com arcos e setas nas mãos".

Os portugueses classificaram como amistoso o primeiro contato que tiveram com os nativos. Bueno (2003, p. 28) justifica: "Coelho deu-lhes um gorro vermelho, uma carapuça de linho e um sombreiro preto. Em troca, recebeu um cocar de plumas e um colar de contas brancas". Os recém-chegados permaneceram aportados no litoral baiano durante os nove dias que se seguiram, conhecendo a nova terra e seus habitantes.

FIGURA 7 – O PRIMEIRO ENCONTRO – OSCAR PEREIRA DA SILVA



FONTE: Disponível em: <[http://www.bomba-historia.com/2011\\_08\\_07\\_archive.html](http://www.bomba-historia.com/2011_08_07_archive.html)>. Acesso em: 16 mar. 2013.

No ano seguinte é feita uma nova viagem à nova terra. Desta vez, trazendo o cosmógrafo Américo Vespúcio, encarregado de realizar um inventário do potencial econômico da nova terra. Perto da viabilidade e do fascínio pelos produtos vindos da Índia, a nova terra não conseguiu entusiasmar os portugueses, que nas décadas seguintes, sem interesse de colonizá-la, arrendaram-na à iniciativa privada para exploração do seu único bem, o pau-brasil.

[...] Nesta costa não vimos coisa de proveito, exceto uma infinidade de árvores de pau-brasil [...] e já tendo estado na viagem bem dez meses, e visto que nessa terra não encontrávamos coisa de minério algum, acordamos nos despedirmos dela, escreveu Américo Vespuício, em setembro de 1504, ao magistrado de Florença, Piero Soderini, repetindo o que já dissera ao rei de Portugal, D. Manuel. (BUENO, 2003, p. 34).

Como podemos ver, dos motivos que levam os portugueses a aventurar-se em águas desconhecidas, enfrentando tormentas que resultaram em tantas perdas materiais e humanas, destaca-se o proveito econômico de forma explícita. Aliás, esta é a força motriz que move toda a expansão marítima comercial europeia a partir do século XV. O Brasil, em princípio, era apenas um luxo exótico, cuja colonização se justificava pela abundância do pau-brasil, madeira da qual se extraía um pigmento para tingir a roupa dos nobres europeus.

Leia o texto do quadro a seguir sobre a Carta do Batismo, que complementa o contexto estudado nesse momento.

### A Carta de Batismo

Por mais de três séculos, o principal e mais esplendoroso documento relativo à chegada dos portugueses ao Brasil permaneceu desconhecido – "praticamente sequestrado", de acordo com o historiador português Jaime Cortezão – no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa. Foi redescoberto em fevereiro de 1773 pelo guarda-mor do arquivo, José Seabra da Silva. Ainda assim, quase meio século se passaria antes de a carta de Pero Vaz de Caminha ser publicada pela primeira vez, pelo padre Manuel Aires do Casal, em sua *Corografia Brasílica*, editada em 1817. O padre, porém, arvorou-se a cortar vários trechos que considerou "indecorosos".

Talvez por isso, somente em 1900 – quando da comemoração do quarto centenário do descobrimento do Brasil –, a carta voltaria a receber a atenção dos eruditos. Oito anos mais tarde, Capistrano de Abreu lançou seu extraordinário estudo Vaz de Caminha e sua carta. Só então se revelaram plenamente a agudeza das observações, a fragrânciadas retratos, a vivacidade descriptiva, a precisão etnológica e a acuidade histórica daquela, apesar do evidente anacronismo, que pode ser considerada uma espécie de "certidão de nascimento" do Brasil.

No instante em que Caminha escrevia a sua carta em Porto Seguro, havia mais de meio século que os escrivães portugueses exercitavam e afinavam a arte de registrar os fatos de maior relevo ocorridos em suas viagens marítimas. Praticamente nenhum daqueles relatos, no entanto, fora redigido por escrivães de ofício. Caminha seguia na rota de Cabral com a missão de tornar-se o escrivão (cargo equivalente ao de contador) da futura feitoria de Calicute. Mas era mais do que isso: era um escritor feito, um homem de letras, requintado e perspicaz, em pleno domínio de sua arte.

O texto que Caminha legou à posteridade não apenas captura, com minúcia e frescor, o alvorecer de uma nação, como se constitui em sua primeira obra-prima.

Ainda assim, a Carta do Mestre João – físico-mor (ou médico chefe) da armada de Cabral – e a chamada Relação do piloto anônimo (publicada já em 1507) ficaram, de início, muito mais conhecidas que o relato de Caminha. Todos os documentos relativos à primeira viagem ao Brasil submergiram, porém, no mesmo ostracismo ao qual Cabral foi relegado, após se recusar a assumir a subchefia de uma nova esquadra que seria enviada para a Índia. Depois de seu desempenho na viagem de 1500, Cabral se julgava em condições de ser chefe de qualquer missão e não quis se submeter às ordens de Vasco da Gama.

O terremoto que em 1755 abalou Lisboa também colaborou para o sumiço da documentação relativa à primeira (e única) viagem de Pedro Álvares. Por caminhos ainda misteriosos, a carta de Pero Vaz chegaria até o Arquivo da Real Marinha do Rio de Janeiro, provavelmente quando da vinda da família real para o Brasil, em 1808. Nove anos mais tarde, seria, enfim, publicada pelo padre Aires do Casal.

Pero Vaz de Caminha nasceu na cidade do Porto, na quinta década do século XV. Filho de família oriunda da chamada "pequena nobreza, fora cavaleiro das casas de D. Afonso V, de D. João II e de D. Manuel". Deveria ter por volta de 50 anos quando se juntou à frota de Cabral. A carta que o imortalizou viria a ser um de seus últimos atos: quando a feitoria lusitana em Calicute foi atacada, em 16 de dezembro de 1500, entre os mortos em combate encontrava-se o profético cronista do nascimento do Brasil.

FONTE: Disponível em: <[http://www.historia.templodeapolo.net/fatos\\_impressao.asp?cod\\_fato=158](http://www.historia.templodeapolo.net/fatos_impressao.asp?cod_fato=158)>. Acesso em: 16 mar. 2013.

## 4 A ESCRAVIDÃO DA TERRA E A ESCRAVIDÃO DO HOMEM

No Tópico 1 desta unidade vimos que a relação homem-terra / homem-homem, que desde a Revolução Neolítica seguia o regime de exploração, agora apenas alcançará meios mais sofisticados.

Poderosas embarcações possibilitaram que a posse não se restringisse apenas à linha do horizonte, mas, para além deste, em terras além-mar. Agora o homem pode ser senhor de terras que nunca viu, assim como pode aumentar o número de servos segundo as suas necessidades, bastando para isso encomendá-los d'á-lém-mar.

Agora, os braços que vão trabalhar na terra são comprados e, como quaisquer bens mercantis, geram lucro. Estamos a falar da expansão colonial europeia e o que esta irá custar aos nativos do novo mundo e aos africanos e afrodescendentes.

## 4.1 OS ÍNDIOS

A população ameríndia encontrada pelos portugueses no Brasil era composta de dois blocos, separados por variações culturais e linguísticas. Tratava-se dos tupis-guaranis e dos tapuias. Esta classificação seria feita pelos padres jesuítas, que chegaram ao Brasil em 1549. A classificação dos jesuítas, que foi pautada na língua, na cultura e na localização, rendeu aos índios que ocupavam o litoral e de *língua geral* o nome de tupis, quanto aos que viviam no interior e tinham a *língua travada* o nome de tapuias.

Os grupos tupis viviam da caça, pesca, coleta de frutos e uma agricultura rudimentar. Sua permanência em um determinado local dependia das condições do meio de suportar a pressão de consumo. A relativa exaustão de recursos motivava a migração temporária ou definitiva. Cada grupo produzia o necessário para satisfazer suas necessidades.

O acúmulo era uma prática sem par entre estes selvagens. Pois a natureza estava ali, fornecendo diretamente de seu seio tudo de que necessitavam. Quando aconteciam guerras ou embates entre diferentes tribos, era para obtenção de prestígio e renovação das mulheres.

A divisão dos indígenas em grupos, de certa forma os enfraqueceu frente à chegada dos colonizadores. A falta de uma nação indígena foi usada como estratégia pelos portugueses para conseguir aliados contra os grupos resistentes à sua presença.

A chegada dos portugueses representou para os índios uma verdadeira catástrofe. Vindos de muito longe, com enormes embarcações, os portugueses, em especial os padres, foram associados na imaginação dos tupis aos grandes xamãs, que andavam pela terra, de aldeia em aldeia, curando, profetizando e falando de uma terra de abundância. Os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais. (FAUSTO, 2002 p. 16).

Fausto (2002, p. 17) defende que “nas primeiras tentativas de exploração do litoral brasileiro de feitorias [...] nos anos iniciais, entre 1500 e 1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau-brasil”. Como em princípio dissera Américo Vespúcio: “Nesta costa não vimos coisa de proveito, exceto uma infinidade de árvores de pau-brasil”. Com o desinteresse em colonizar a terra, a coroa portuguesa a transforma em uma imensa fazenda de pau-brasil e logo a arrenda à iniciativa privada.

Desta forma, o negócio atrai outros interessados na árvore do novo mundo. Entram em cena traficantes espanhóis, ingleses e franceses. Estes logo descobrem que a cooperação do nativo selvagem é obtida a partir da troca por algumas quinquilharias de pouco valor. Surge o chamado escambo.



A palavra "escambo" significa a troca de mercadorias por trabalho. Ela é muito utilizada no contexto de exploração do pau-brasil (início do sec. XVI). Os portugueses davam bugigangas (apitos, espelhos, chocalhos) para os indígenas e, em troca, os nativos deveriam cortar as árvores de pau-brasil e carregar os troncos até as caravelas portuguesas.

FONTE: Disponível em: <[http://www.suapesquisa.com/o\\_que\\_e/escambo.htm](http://www.suapesquisa.com/o_que_e/escambo.htm)>. Acesso em: 6 abr. 2013.



Bueno descreve o esforço e desempenho dos indígenas usando as palavras de Jean Lery, publicadas em 1578: "Quanto ao meio de carregar essa mercadoria (o pau-brasil), direi que tanto por causa da dureza, e consequente dificuldade em derrubá-la, como por não existirem (...) animais para transportá-la, é ela arrastada por meio de muitos homens; e se os estrangeiros que por aí viajam não fossem ajudados pelos selvagens, não poderiam sequer em um ano carregar um navio de tamanho médio. Os selvagens, em troca de algumas roupas, chapéus, facas, machados (...) cortam, serram, racham, atoram e desbastam o pau-brasil, transportando-o nos ombros nus às vezes de duas a três léguas (de 13 a 20 quilômetros) por sítios escabrosos, até a costa junto aos navios ancorados onde os marinheiros o recebem". (BUENO, 2003, p. 35).

Para manter a extração do pau-brasil depois do rápido esgotamento da madeira no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-la. A madeira era obtida como produto de troca ou escambo com os índios. Grupamentos indígenas como os Tupinambás já estavam acostumados com a lida da derrubada de madeira, fator que auxiliou os colonizadores na obtenção das toras. Fausto (2002, p. 17) complementa: "O corte do pau-brasil podia integrar-se com relativa facilidade aos padrões tradicionais da vida indígena. Os índios forneciam a madeira e, em menos escala, farinha de mandioca, trocadas por tecido, facas, canivetes e quinquilharias".

Com o aumento das distâncias a percorrer para alcançar o pau-brasil, o sistema começa a depender inteiramente da cooperação dos nativos, e os que se negavam a cooperar foram escravizados. "Os índios resistiram às várias formas de sujeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa do trabalho compulsório". (FAUSTO, 2002, p. 17).

Apesar de terem tentado resistir bravamente através de luta ou da migração para áreas distantes da influência dos colonizadores, os nativos não conseguiram suportar o desgaste cultural, as epidemias e as mortes. Segundo Fausto (2002):

Outro fator importante para se colocar em segundo plano a escravização indígena foi a catástrofe demográfica. Os índios foram vítimas de doenças como sarampo, varíola, gripe, para as quais não tinham defesa biológica. Duas ondas epidêmicas se destacaram por sua virulência entre 1562 e 1563, matando mais de 60 mil índios segundo parece, sem contar as vítimas do sertão. A morte da população indígena, que em parte se dedicava a plantar gêneros alimentícios, resultou em uma terrível fome no Nordeste e em perda de braços. (FAUSTO, 2002, p. 23).

A partir de 1570, a Coroa começou a incentivar a importação de africanos, considerados pelos portugueses mais adaptáveis ao trabalho escravo. É neste ano também que surge a primeira lei proibindo a escravidão dos índios, contanto que estes se *comportassem*. Grupos adeptos ao canibalismo, como os Aimorés, continuaram sendo escravizados.

Já a prática do ritual do canibalismo tupinambá foi sempre uma mácula cultural difícil de ser aceita e concebida como uma atividade humana, e, apesar de ser vivenciada e até insuflada por alguns europeus, pois ajudava a dividir lealdades indígenas, constituiu uma das principais justificativas de dúvida quanto à humanidade dos índios. (PINSKY; PINSKY, 2005, p. 423).

Na figura a seguir, a gravura feita por de Bry com base nos desenhos do livro de Hans Staden.

FIGURA 8 – A DEGLUTIÇÃO EUCARÍSTICA, POR THEODORE DE BRY



FONTE: Disponível em: <[http://www.historia.templodeapolo.net/periodo\\_historico.asp?periodo=Idade%20Moderna#topo](http://www.historia.templodeapolo.net/periodo_historico.asp?periodo=Idade%20Moderna#topo)>. Acesso em: 16 mar. 2013.

De todo modo, a dúvida quanto à humanidade de índios seria mais uma justificativa para depô-los de seu ambiente, dos seus hábitos e domesticá-los, como se fazia há milhares de anos com os animais domésticos.

Uma vez percebidas como bestas, as pessoas eram passíveis de serem tratadas como tais. A ética da dominação humana removia os animais da esfera de preocupação do homem. Mas também legitimava os maus-tratos àqueles que supostamente viviam em uma condição animal. Nas colônias, a escravidão, com seus mercados, as marcas feitas a ferro em brasa e o trabalho de sol a sol, constituía uma das formas de tratar os homens vistos como bestiais. (THOMAS, 2010, p. 60).

Mas, por que a predileção pelos escravos africanos? Historiadores sustentam que a razão deve-se ao fato de que o tráfico internacional de escravos africanos tornou-se um negócio lucrativo na colônia, a tal ponto que a proibição da escravização dos índios foi uma estratégia da coroa para aquecer o negócio do tráfico de africanos.

Outro motivo estava pautado nos hábitos de vida do índio, que estavam acostumados a fazer apenas o necessário para garantir sua subsistência. As noções de trabalho exaustivo impostas pelos europeus não funcionaram com a maioria dos nativos, que gastavam a maior parte de sua energia e imaginação em rituais, guerras e celebrações.

Além da atração exercida pelo comércio negreiro, a escravização do índio chocou-se com uma série de inconvenientes, tendo em vista os fins da colonização. Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. (FAUSTO, 2002, p. 25).

Apesar do desestímulo à escravização dos índios, estes acabaram sucumbindo de outras formas. Os movimentos de catequização empenhados principalmente pelos jesuítas e que objetivavam transformar os índios em “bons cristãos”, preconizavam também a aquisição de hábitos de trabalho europeus e outros comportamentos que contribuíram para a degradação cultural indígena. Estima-se que a população ameríndia que há 500 anos era de alguns milhões está reduzida a apenas 300 ou 350 mil.



Sugestão de filme:

### BRINCANDO NOS CAMPOS DO SENHOR

Um casal de evangélicos e seu filho pequeno embrenham-se na selva amazônica brasileira para catequizar índios ainda arredios à noção de Deus. Martin Quarrier (Aidan Quinn) é sociólogo e termina sendo motivado pelas experiências de outro casal, os Huben. As intenções religiosas e a harmonia entre brancos e índios no local ficam instáveis devido à presença de Lewis Moon (Tom Berenger), um mercenário descendente dos índios americanos.

#### FICHA TÉCNICA

**Diretor:** Hector Babenco

**Elenco:** Tom Berenger, John Lithgow, Daryl Hannah, Aidan Quinn, Tom Waits, Kathy Bates, Nelson Xavier, Stênio Garcia, José Dumont.

**Produção:** Saul Zaentz

**Roteiro:** Hector Babenco, Jean-Claude Carrière, Peter Matthiessen.

**Fotografia:** Lauro Escorel

**Trilha Sonora:** Zbigniew Preisner, Robert Randles

**Duração:** 189 min.

**Ano:** 1991

**País:** EUA

## 4.2 OS AFRICANOS

Salvador, na Bahia, foi o primeiro grande centro importador de escravos. Com o fumo produzido no Recôncavo Baiano, os traficantes dispunham de uma valiosa moeda de troca para adquirir escravos oriundos da Costa da Mina, Guiné, golfo de Benim e depois Angola, em sua maioria.

Contudo, os negros também não se entregaram docilmente ao regime de escravidão que lhes foi imposto. Desde os primeiros tempos há relatos de fugas, agressões, resistência. Eram abundantes, no Brasil colonial, os quilombos, reduto de negros que conseguiam escapar pela fuga. Um dos mais famosos foi o Quilombo dos Palmares.



Veja na figura a seguir. Em torno do ano de 1600, negros fugidos da escravidão fizeram uma reunião e decidiram fundar uma comunidade. Esta comunidade e muitas outras ficaram conhecidas como quilombos. O mais famoso deles hoje fica no município de **União dos Palmares**, em Alagoas.

FIGURA 9 – COMUNIDADE DE QUILOMBOS



FONTE: Disponível em: <http://maisnoticiasjk.wordpress.com/371/historia-surgimento-do-quilombo-dos-palmares/>. Acesso em: 16 mar. 2013.

Enquanto os indígenas contavam com certa proteção à escravização, vinda principalmente da Igreja, o negro não contou com qualquer atenuante. Entre os argumentos usados para justificar a escravidão africana, a inferioridade racial era a que contava com mais adeptos. Segundo Fausto (2002):

No decorrer do século XIX, “teorias científicas” reforçaram o preconceito: o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seu cérebro etc. “demonstravam” que se estava diante de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, destinada biologicamente à sujeição. Lembremos também o tratamento dado ao negro na legislação. O contraste com os indígenas é nesse aspecto evidente. Estes contavam com leis protetoras contra a escravidão, ainda que fossem pouco aplicadas e contivessem muitas ressalvas. O negro escravizado não tinha direitos, mesmo porque era considerado juridicamente uma coisa. (FAUSTO, 2002, p. 26).

No Brasil colônia, as relações escravistas podiam ser diversificadas. Nem sempre o escravo estava a serviço de seu dono. Havia senhores que adquiriam escravos para arrendamento, prestando serviços a terceiros. Outra modalidade bastante comum nos centros urbanos eram os “escravos de ganho”. Estes tinham a licença para prestar serviços vendendo mercadorias, como barbeiros ou mesmo prostituindo-se, e em troca seus senhores cobravam uma quantia fixa por dia ou por semana.

## Formas do trabalho escravo no Brasil

No Brasil, entre os séculos XVI a XIX existiram diversas formas do trabalho escravo, exercidas pelos negros africanos escravizados. A figura 10, a seguir, ilustra: Negros de ganho, negras de tabuleiro e amas de leite: as múltiplas facetas do trabalho escravo no Brasil (séculos XVI-XIX).

FIGURA 10 – AS FACETAS DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL



Os africanos que vieram escravizados para o Brasil, entre os séculos XVI e XIX, não trabalhavam somente nos engenhos de cana-de-açúcar. Como analisaremos no presente texto, existiam diferentes formas de trabalho escravo no Brasil.

Entre os séculos XVI e XVII, os engenhos de cana-de-açúcar se constituíram como principal atividade econômica no período colonial. Contudo, muitos escravos trabalhavam (principalmente no Rio de Janeiro, Pernambuco e em outras cidades litorâneas) como estivadores, barqueiros, vendedores, aprendizes, mestres em artesanato e serviços domésticos.

A partir dos séculos XVIII e XIX, com a ascensão da mineração em Minas Gerais e Goiás, milhares de escravos foram trabalhar nas minas e demais atividades (como a agropecuária) que movimentavam a economia nas regiões auríferas. Outras formas de trabalho escravo foram: a criação de gado no Nordeste brasileiro; os trabalhos desempenhados no tropeirismo (conhecidos como tropeiros, exerciam atividades comerciais de uma região a outra); e o trabalho de zelar e tratar dos animais carregadores de mercadorias.

Nas cidades, as formas de trabalho escravo variavam bastante. Existiam os escravos prestadores de serviço, isto é, os escravos de ganho, carpinteiros, barbeiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, marceneiros, entre outros. As mulheres

também exerciam o trabalho escravo: geralmente elas trabalhavam como amas de leite, doceiras e vendedoras ambulantes (ou seja, as chamadas “negras de tabuleiro”). Portanto, no Brasil existiu uma grande diversidade nas formas do trabalho escravo.

FONTE: CARVALHO, Leandro. Disponível em: <<http://www.brasilescola.com/historiab/formas-trabalho-escravo-no-brasil.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

A escravidão espalhou-se por toda a sociedade brasileira, condicionando ideias e comportamentos. O desejo de possuir um escravo era comum desde as classes dominantes até pessoas mais simples, como artesãos e lavradores. A quantidade de escravos de que uma família dispunha também era uma medida de *status social*. No entanto, o que fica claro é que em todas as instâncias e classes sociais, o negro é visto como ser inferior. Fausto exemplifica:

Por exemplo, um alvará de 1755 chegou a estimular os casamentos mistos de índios e brancos, os quais não tinham “infâmia alguma”. Previa-se uma preferência em “empregos e honras” para os descendentes dessas uniões e proibia-se que eles fossem chamados de “caboclos” ou outros nomes semelhantes que se possam reputar “injuriousos”. Anos mais tarde, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio que “se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando seu sangue com esta aliança e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto” (FAUSTO, 2002, p. 32).

Na pirâmide social do Brasil colonial, os negros encontravam-se na base da sociedade. De todos os ciclos econômicos que se sucederam, o que oferecia o trabalho mais duro era o da mineração. Devido a doenças e acidentes em galerias subterrâneas, a vida útil de um escravo na mineração ficava entre sete a doze anos. Esta condição fez aumentar ainda mais o número de escravos importados pelo Brasil entre 1720 e 1750.

Afora a privação de liberdade, o serviço exaustivo e as humilhações pautadas na suposta inferioridade racial, os africanos e afrodescendentes eram submetidos também a castigos físicos crueis. A forma mais comum de punição era o açoite, que tinha amparo legal.

Os historiadores consideram atualmente que a escravidão negra precedeu as afirmações da condição semianimal dos negros. As teorias mais desenvolvidas de inferioridade racial vieram depois. Entretanto, é difícil crer que o sistema jamais tivesse tolerado se aos negros fossem atribuídos traços totalmente humanos. A sua desumanização foi um pré-requisito necessário aos maus tratos. (THOMAS, 2010, p. 60).

Mesmo depois da abolição da escravatura havia uma licença para que marinheiros negros fossem açoitados quando o comandante considerasse *necessário*. O combate a esta prática desumana ficou conhecido como a Revolta da Chibata.

Movimento de marinheiros negros da Marinha do Brasil, arquitetado por cerca de dois anos e que culminou com um motim de 2400 marinheiros contra

os castigos físicos a eles atribuídos. A Revolta da Chibata foi liderada por João Cândido Felisberto, também conhecido como "Almirante Negro".

De posse de um navio, os amotinados ameaçaram bombardear a baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, que na época era capital do Brasil. Foram duas revoltas sucessivas que culminaram com a morte de muitos marinheiros e oficiais. Depois da segunda revolta, o Congresso brasileiro aprovou a lei que proibia os castigos físicos a marinheiros negros.

De todos os males provocados ao povo africano e afrodescendente, podemos dizer que muitos deles foram praticados durante o período de 1534 a 1888, quando se deu a assinatura da Lei Áurea. Contudo, não podemos dizer que todos eles foram praticados neste período. No período pós-escravista e até nossos dias, muitos afrodescendentes ainda lutam por direitos que muitas vezes têm que ser garantidos por leis. Trataremos melhor deste assunto no último tópico desta unidade. De momento, convidamos vocês para a leitura do texto a seguir.

### **Uma história do negro no Brasil (UFBA)**

#### **Cap. VII O fim da escravidão e o pós-abolição (p. 196-199)**

No dia 13 de maio mais de 90 por cento dos escravos brasileiros já haviam conseguido a liberdade por meio das alforrias e das fugas. Entretanto, a destruição da escravidão foi um evento histórico de grande importância e marco fundamental na história dos negros e de toda a população brasileira. Foi uma notável conquista social e política. Mas é preciso perceber como os ex-escravos buscaram viabilizar suas vidas após a abolição.

Passada a festa, os ex-escravos procuraram distanciar-se do passado de escravidão rechaçando papéis inerentes à antiga condição. Em diversos engenhos do Nordeste eles se negaram a receber a ração diária e a trabalhar sem remuneração. Inegavelmente, os dias que se seguiram à abolição foram momentos de tensão, pois estavam em disputa as possibilidades e limites da condição de liberdade. Para os ex-escravos e para as demais camadas da população negra, a abolição não representou apenas o fim do cativeiro. Para eles a abolição deveria ter como consequência também o acesso à terra, à educação e aos mesmos direitos de cidadania que gozava a população branca. Na ausência de qualquer iniciativa séria por parte do governo para garantir um futuro digno aos negros brasileiros após o dia 13 de maio, um grupo de libertos da região de Vassouras, no Rio de Janeiro, endereçou uma carta a Rui Barbosa, então figura importante da política nacional. Na carta, eles reivindicavam que os filhos dos libertos tivessem acesso à educação. [...]

A abolição estava prestes a completar um ano, a monarquia entrara em colapso e aquelas pessoas, ex-escravos, agora tinham planos de ascensão social para seus filhos. E, ao contrário do que proclamavam alguns abolicionistas,

aqueles libertos tinham, sim, uma interpretação própria do que seria cidadania. Para eles, uma das formas de inclusão dos negros na sociedade de homens livres seria através da “instrução pública”, como se dizia então. Cientes da importância do que pleiteavam, os autores da carta alertavam que, “para fugir do perigo em que corremos por falta de instrução, vimos pedi-la para nossos filhos e para que eles não ergam mão assassina para abater aqueles que querem a república, que é a liberdade, igualdade e fraternidade”. Não sabemos se a carta teve resposta, mas é sabido que nenhum plano educacional foi elaborado tendo em vista a inclusão social dos filhos de ex-escravos. Importante observar que essas aspirações ainda são reivindicadas pelo povo negro no Brasil republicano.

FONTE: Disponível em: <[http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/uma%20historia%20do%20negro%20no%20brasil\\_Cap07.pdf](http://www.ceao.ufba.br/livrosevideos/pdf/uma%20historia%20do%20negro%20no%20brasil_Cap07.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2013.



#### Sugestão de filme:



#### HISTÓRIAS CRUZADAS

Mississippi, década de 1960. Skeeter (Emma Stone) acabou de terminar a faculdade e sonha em ser escritora. Ela põe a cidade de cabeça para baixo quando decide pesquisar e entrevistar mulheres negras que sempre cuidaram das “famílias do sul”. Apesar da confusão causada, Skeeter consegue o apoio de Aibileen (Viola Davis), governanta de um amigo, que conquista a confiança de outras mulheres que têm muito que contar. No entanto, relações são forjadas e irmandades surgem em meio à necessidade que muitos têm a dizer, antes da mudança dos tempos atingir a todos.

#### FICHA TÉCNICA

**Diretor:** Tate Taylor

**Elenco:** Emma Stone, Bryce Dallas Howard, Mike Vogel, Allison Janney, Viola Davis, Ahna O'Reilly, Octavia

**Roteiro:** Tate Taylor

**Fotografia:** Stephen Goldblatt

**Duração:** 146 min.

**Ano:** 2011 – EUA

**Gênero:** Drama

**Cor:** Colorido

**Classificação:** 14 anos

Vencedor do Globo de Ouro 2012 de Melhor Atriz Coadjuvante (Octavia Spencer)

Ganhou o Oscar 2012 na categoria Melhor Atriz Coadjuvante (Octavia Spencer)

# 5 O BRASIL COMO QUINTAL DO MUNDO DESDE 1500

Entenda os ciclos econômicos brasileiros e sua conjugação com a degradação ambiental e social de indígenas, africanos e afrodescendentes:

QUADRO 3 – CICLOS ECONÔMICOS BRASILEIROS E SUAS CONJUGAÇÕES

O quê (cultura) / Quando	Quem trabalhava	Quem lucrava	Prejuízo ambiental	Prejuízo social
Pau-brasil 1501 – 1530	Índios, europeus pagos exilados e degradados da Europa.	Coroa portuguesa, seguida dos ingleses, franceses e holandeses.	Devastação da mata atlântica brasileira.	Escravização e morte de milhares de indígenas. Erosão cultural.
Tráfico de escravos Séc. XVI – XIX	Captóres (africanos de tribos rivais) e tripulação de navios negreiros.	Coroa portuguesa, traficantes privados e atravessadores.	Desmatamento, queimadas, mineração, monocultura.	Destrução de lares, culturas, mortes e sujeição do gênero humano.
Cana-de-açúcar. 1530 – 1650	Mão de obra escrava de origem africana.	Coroa portuguesa e em menor escala a holandesa.	Desmatamento, queimadas, esgotamento do solo pela monocultura da cana.	Tráfico e escravização de milhares de africanos e afrodescendentes.
Pecuária extensiva. A partir do século XVII	Trabalhadores livres de origem branca, negra, indígena e mestiça.	Grandes fazendeiros, coronéis 'reis do gado'.	Desmatamento de grandes áreas, perda de terra fértil pela erosão e desertificação de ecossistemas frágeis.	Perda de habitats naturais antes ocupados pelos povos da floresta.
Mineração (ouro e pedras preciosas). 1709 – 1789	Mão de obra escrava de origem africana.	Coroa portuguesa.	Desmatamento, erosão, perda de mananciais, contaminação da água por metais pesados.	Aumento do tráfico de escravos, grande número de mortes pelas condições de exploração nas minas.
Indústria A partir do sec. XIX	Utilização de trabalhadores livres e escravos.	Investidores, artesãos que ascenderam socialmente, tornando-se empresários.	Poluição desenfreada do solo, da água e do ar.	Sujeição de escravos e trabalhadores assalariados a altas jornadas e péssimas condições de vida.
Café. 1800 – 1930	Mão de obra escrava de origem africana.	Grandes proprietários de terra, barões do café. Atravessadores.	Desmatamento de grandes áreas, principalmente em SP e PR.	Escravismo, má distribuição das riquezas, origem dos grandes latifúndios.
Ciclo da borracha. 1866 – 1913	Mão de obra contratada, vindas principalmente do Nordeste.	Seringalistas (agricultores e fazendeiros que investiram no próspero negócio).	Destrução de habitats e nichos de espécies amazônicas endêmicas.	Sujeição dos seringueiros aos seringalistas. Os seringueiros trabalhavam praticamente para comprar produtos de subsistência.
Soja. A partir de 1970	Trabalhadores assalariados.	Grandes empresas de agronegócio. Atravessadores no mercado internacional.	Desmatamento erosão.	Em geral acompanha todo o cenário de má distribuição de riquezas e desigualdade.

FONTE: Prado Junior (2004)

## 5.1 O MILAGRE ECONÔMICO

O milagre econômico ocorreu no período vivido entre 1969 e 1973, quando a indústria brasileira cresceu de forma vertiginosa, aumentando muito o número de empregos e a renda dos trabalhadores. Contudo, a concentração de renda se ampliou. A industrialização, mais concentrada no eixo Rio-São Paulo, atrasou a economia de outras regiões brasileiras que não contavam com os mesmos recursos de investimentos, destacando-se aí o sertão nordestino. Este cenário incentivou a migração de um grande número de pessoas para grandes centros urbanos, crescimento das favelas e da criminalidade.

## 5.2 ABERTURA ECONÔMICA

Caracterizada pelo período que vai de 1990 até 2005. A partir do governo de Fernando Collor há uma crescente abertura comercial e privatizações. Já a política econômica do segundo mandato de Fernando H. Cardoso apresentou política monetária austera para controlar a inflação. Esta tendência foi mantida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A principal bandeira do governo Lula foram as unificações dos programas redistributivos, como o Bolsa Família. Entre 1990 e 2007 observa-se uma melhora nos índices de escolaridade e mortalidade infantil.

A partir da década de 70, com o milagre econômico, apesar de o Brasil migrar para uma condição de economia mista, a agricultura ainda tem o peso maior. Apesar da melhoria das técnicas utilizadas na lavoura, a degradação ambiental ainda é crescente, ao tempo que na estrutura social a má distribuição de riquezas ainda gera muitos excluídos. Leis trabalhistas, políticas compensatórias e o oferecimento da educação básica como direito de todos os cidadãos brasileiros têm reduzido as desigualdades, embora nem sempre signifiquem igualdade de oportunidades.

As causas da degradação ambiental e da crise na relação sociedade-natureza não emergem apenas de fatores conjunturais ou do instinto perverso da humanidade, e as consequências de tal degradação não são consequência apenas do uso indevido dos recursos naturais; mas sim de um conjunto de variáveis interconexas derivadas das categorias: capitalismo/modernidade/industrialismo/urbanização/tecnocracia. Logo, a desejada sociedade sustentável supõe a crítica às relações sociais e de produção, tanto quanto ao valor conferido à dimensão da natureza. O pragmático tem que ter implícito o filosófico e o teórico, a gestão com qualidade, o tipo de sistema político e econômico que a sustenta, a luta pelos direitos da natureza – definidos a partir do que a sociedade entende por ética ecológica –, a consolidação dos direitos humanos. (LOUREIRO, 2010, p. 24).

Compreender as causas da degradação ambiental e social suscita um olhar sobre a complexidade de relações que permeiam as sociedades humanas. O capitalismo, como matriz econômica predominante, gera descontinuidades que vão impactar na qualidade do meio ambiente e na qualidade do meio social. Daí se depreende que lutar pelos direitos da natureza é, em alguma instância, lutar pelos direitos humanos.

**LEITURA COMPLEMENTAR****INVISIBILIDADE SOCIAL: A OUTRA FACE DO PRECONCEITO**

José Frazão

As raízes da apartheid social no Brasil remontam aos primeiros anos da formação do povo brasileiro. Esse preconceito tem vários fatores: o econômico, o social, o cultural, o religioso etc. Porém, o que está mais presente nos últimos tempos é o social; por ser mais disfarçado, é mais cruel e desumano.

**Palavras-chave:** apartação, discriminação e invisibilidade social.

Segundo a enciclopédia, o conceito de invisibilidade social “tem sido aplicado, em geral, quando se refere a seres socialmente invisíveis, seja pela indiferença, seja pelo preconceito, o que nos leva a compreender que tal fenômeno atinge tão somente aqueles que estão à margem da sociedade”.

Existem diversos fatores que contribuem para que a invisibilidade social ocorra: histórico, cultural, social, religioso, econômico, estético etc. É o que acontece, por exemplo, quando um mendigo é ignorado de tal forma que passa a ser apenas mais um objeto na paisagem urbana.

A invisibilidade histórico-cultural no Brasil tem suas raízes no contexto da expansão europeia ultramarina. A conquista da América obedeceu ao projeto de expansão econômica e religiosa. A Europa, por não possuir riquezas naturais suficientes para sua expansão econômica, foi necessário sair à procura de novas terras onde fosse possível alcançar seu objetivo: explorar as riquezas do Novo Mundo.

A teoria econômica da época ensinava que o acúmulo de metais preciosos era sinônimo de prosperidade econômica. E no campo religioso, a Igreja Católica necessitava recuperar novos membros arrebanhados pela recente Reforma Protestante.

Os portugueses, quando da chegada ao continente americano, não vieram acompanhados de suas esposas, logo se uniram maritalmente com ameríndias e depois com negras. Daí deu-se início à futura formação do povo brasileiro com a combinação de basicamente três etnias: o europeu, o índio e o negro. [...]

Essa miscigenação cristalizou-se com as futuras levas de escravos negros trazidos da África para o Brasil. Esse amálgama racial foi motivo de preocupação de cientistas e pensadores racistas do século XIX. Chegou-se a pensar que trazendo imigrantes europeus, em poucos anos a população de cor negra se extinguiria.

A nobreza europeia não se via como agentes diretos do trabalho manual. Seria necessária uma grande quantidade de mão de obra escrava para fazer possível a realização do projeto dos conquistadores. Como o português já possuía experiência com o trabalho escravo – pois foram os primeiros a importar escravos da África para Portugal –, adotaram esse expediente. Quem trabalhou a terra foram os escravos negros e não o europeu. Essa mentalidade logo se fez presente nas relações entre o senhor e escravos. Estava-se inaugurando a apartheid social em terras americanas.

O fenômeno da apartação tem como exemplo maior o caso da África do Sul. A desigualdade econômica até o final dos anos 40 existia sem haver necessidade de leis que separassem brancos de negros. A população de cor negra convivia e se submetia a esse sistema racista dominado pela maioria branca. Com o desenvolvimento da urbanização e o crescimento econômico, foi necessária a criação, em 1950, da Lei do Registro de População, onde obrigava a separação dos grupos sul-africanos. Essa lei classificou a população em três categorias: os africanos, ou negros, os de cor ou mestiços e os brancos. A esse sistema deu-se o nome de apartheid, que no idioma africâner significa separação, apartação.

O professor Cristovam Buarque falando sobre a *apartheid* na África do Sul, afirma que:

“Novas leis surgiram complementando o *desenvolvimento separado* na África do Sul. Foram regulamentadas as áreas onde as pessoas poderiam residir, trabalhar e circular conforme sua cor; consolidou-se a necessidade de *passaportes* para os não brancos circularem entre as áreas; proibiram-se contatos sociais, inclusive casamentos, entre pessoas de raças diferentes; foram estabelecidos sistemas segregados de educação com diferentes padrões e qualidades; definiram-se tipos de emprego para cada raça; foram restringidos os movimentos sindicais de trabalhadores não brancos; e negou-se a participação política aos não brancos nos processos parlamentares e governamentais”. (BUARQUE: 1999, p.15). (...)

Esse sentimento de superioridade dos brancos em relação aos negros foi o responsável por uma nova ética que lhes dava a sensação de irresponsabilidade e ausência de culpa ante a desigualdade. Encontramos um paralelo com o exemplo dos europeus em relação aos escravos negros e os índios. E agora nos tempos da modernidade esse sentimento de não culpa está presente ante a pobreza urbana, a fome, a mortalidade infantil, os meninos de rua.

Existe uma inversão de valores. A mídia, como criadora de celebridades momentâneas, constrói verdadeiros castelos de areia que se desmoronam à presença dos primeiros vendavais. Apelando para o estético, ascende ao estrelato pessoas comuns usando como critérios o externo e o bonito. Em uma sociedade onde os valores morais e éticos são colocados no lugar do medíocre e superficial, o talento e competência são preteridos em nome da fama passageira, *pelo domínio*

*da mídia, da cultura da aparência, da publicidade, do espetáculo fútil.* O cidadão comum é marginalizado, apartado por uma sociedade consumista e materialista; desprovido de bens materiais, perde a sua identidade, torna-se um anônimo. Sem nome. Sem rosto.

FONTE: Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/invisibilidade-social-a-outra-face-do-preconceito/31904/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.

# RESUMO DO TÓPICO 3

**Neste tópico você estudou que:**

- Os motivos que alavancaram a chegada dos europeus ao território brasileiro estavam ligados à expansão comercial europeia, que buscava deter monopólios e com isso alcançar ganhos para a coroa.
- Os escravos, brutalmente capturados no continente africano, tornaram-se também um bem mercantil na colonização do novo mundo.
- O choque cultural e o colapso das comunidades indígenas depois da chegada dos portugueses junto à predação e extinção do pau-brasil em 30 anos de colônia.
- A sucessão dos ciclos econômicos e as implicações econômicas, ambientais e sociais de cada um deles.
- A invisibilidade social como uma forma de preconceito onde o cidadão comum é marginalizado, apartado por uma sociedade consumista e materialista; desprovido de bens materiais, perde a sua identidade, torna-se um anônimo.

## AUTOATIVIDADE



1 Quais foram os motivos que levaram à preferência da mão de obra escrava de origem africana?



2 Sobre os ciclos econômicos que se sucederam no Brasil, quais, em sua opinião, trouxeram mais prejuízos sociais?



## BRASIL: NATURAL, CULTURAL E SOCIAL DE INDÍGENAS E AFRODESCENDENTES

### 1 INTRODUÇÃO

Neste tópico trataremos sobre o atual *status* dos afro-brasileiros e indígenas na sociedade brasileira, as manifestações e o legado cultural de ambos. Há também a apresentação das Ações Afirmativas, estratégias compensatórias que buscam garantir condições de vida que estes grupos teriam, caso não tivessem sido vítimas de preconceito racial.

### 2 AFRO-BRASILEIROS

Afinal, qual é o espaço do negro na sociedade brasileira? Se quisermos nos referir ao espaço social, devemos pensar que o negro, junto com o índio e o europeu, formou a sociedade brasileira. Os imigrantes europeus, vindos desacompanhados de suas esposas, logo se uniram às índias e depois às negras, e esta é a formação do povo brasileiro: o índio, o europeu e o negro. Então, voltando à pergunta de abertura deste parágrafo, o lugar do negro na sociedade brasileira é o Brasil, em sua sociedade, sua cultura, em sua história. O negro, assim como o índio e o europeu, são, todos os três, *compadres* na formação do povo brasileiro.

A sociedade brasileira teve seu período mais crítico após a abolição da escravatura. Naquele momento, ser livre também significou, para muitos, não ter aonde ir. O estímulo à imigração de europeus e asiáticos para substituir os escravos desvinculou os negros da terra, dando origem a uma diáspora de afrodescendentes.

Alguns permaneceram nas áreas rurais, ocupando pequenos pedaços de terra, cedendo parte da sua produção para o proprietário. Os negros que migraram para as cidades aumentavam a população mais pobre, vivendo em cortiços. Como apenas poucos afro-brasileiros conseguiram se educar, a maioria permaneceu em funções subalternas. A lei que garantiu liberdade aos escravos não veio acompanhada de condições de subsistência para os negros recém-libertos.

A incorporação do ex-escravo ao sistema econômico-social capitalista ocorreu nos moldes hierárquicos e subalternizantes dessa mesma sociedade. A cor da pele passou a ser um aspecto importante na disposição hierárquica que se constituiu entre os mais e os menos aptos a participar do mercado de trabalho; outras categorias também participariam da classificação, como ser do sexo feminino, portador de deficiência física e outros. Nesse sentido, o fato de ser negro, mulato ou branco, numa sociedade competitiva, passou a definir critérios de exclusão social. (CARRIL, 1997, p. 66).

Estudos etnográficos mostram que a falta de propriedade e de moradia digna para a população negra originou a cultura da sub-habitação, formada inicialmente por mocambos, construções precárias, construídas próximas às áreas centrais da cidade, cortiços e posteriormente as favelas.



"O Rio civiliza-se."

Esse *slogan*, criado pelo colunista Figueiredo Pimentel, passou a ser uma das frases preferidas de parte da população carioca entre os anos de 1902 e 1906, período no qual Rodrigues Alves presidiu o Brasil. Era desejo do chefe da nação transformar as ruas apertadas, as vielas sujas e as calçadas estreitas da capital federal em praças, avenidas amplas, com bulevares e jardins iguais aos da Europa. Assim, enquanto Oswaldo Cruz promovia uma reforma sanitária buscando extinguir os ratos e controlar as doenças tropicais que assolavam o Rio de Janeiro, o prefeito Pereira Passos cuidou das mudanças urbanísticas. O governo desapropriou e destruiu com rapidez os prédios e casarões do centro da cidade, provocando um aumento exorbitante dos aluguéis. Grande parte da população pobre viu-se sem teto, de repente, e foi obrigada a se mudar para subúrbios e favelas. Ao mesmo tempo, com a construção da Avenida Beira-mar, os mais ricos passaram a erguer mansões nas regiões do Botafogo, Jardim Botânico e Gávea. Aos poucos, a cidade se dividia entre o norte dos pobres e o centro-sul dos ricos.

FONTE: Dimenstein e Giasanti (2005, p. 74)

O banimento da população dos cortiços deu origem à ocupação dos morros, que acabou culminando com as populares favelas. A falta de oportunidades criou uma legião de marginalizados 'colocados à margem' da cidade, da sociedade, da possibilidade de educar-se e ter um emprego digno.

É importante vermos que a falta de uma política habitacional, a má distribuição de renda, a miséria e a falta de oportunidades estão no cerne da crise habitacional, do impacto ambiental e da criminalidade que assolam as grandes cidades.

Observe no quadro a seguir a cronologia de criação de algumas favelas cariocas e veja que os períodos conferem com o movimento de revitalização das áreas nobres do Rio de Janeiro, no governo de Pereira Passos.

**QUADRO 4 – CRONOLOGIA DE CRIAÇÃO DE ALGUMAS FAVELAS CARIOCAS E MOVIMENTO DE REVITALIZAÇÃO DAS ÁREAS NOBRES DO RIO DE JANEIRO**

Não há datas exatas em que os morros começaram a se favelizar, mas algumas notícias, muitas vezes vindas da crônica policial, permitem mapear o processo:

**1907:** surgem barracões no Morro da Babilônia (entre o Leme e a Urca).

**1909:** começa a tomar corpo a favela do Salgueiro (Tijuca).

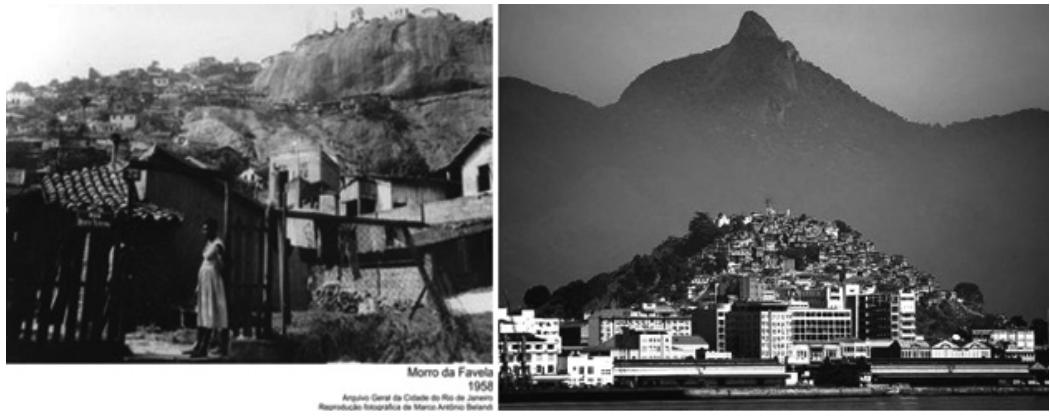
**1910:** surge a favela da Mangueira. Processo de favelização ganha ímpeto.

**1912:** a encosta do morro do Andaraí está toda edificada; há uma população numerosa em casebres deploráveis na Vila Rica (Copacabana – recém-aberta); mais barracões no morro do Leme; a favela no morro de São Carlos aparece no fim do mesmo ano.

**1913:** segundo a Saúde Pública, o Morro da Favela (Providência) tem 219 casebres e o Morro de Santo Antônio tem 450, totalizando 5.000 habitantes.

**1915:** surgem indícios de favela no Morro dos Cabritos (nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas), e se confirma a existência de outra no Morro do Pasmado, em Botafogo.

**1916:** novas favelas no Catumbi, Ipanema, Lagoa e Leblon. Além disso, as favelas começam a se espalhar pelos bairros proletários do subúrbio.



FONTE: Disponível em: <<http://www.urbanamente.net/blog/>>. Acesso em: 6 abr. 2013.

## 2.1 CULTURA AFRO-BRASILEIRA

O Brasil tem a maior população de origem africana fora da África e, por isso, a cultura desse continente exerce grande influência, principalmente na região Nordeste do Brasil. Hoje, a cultura afro-brasileira é resultado também das influências dos portugueses e indígenas, que se manifestam na música, religião e culinária.

Devido à quantidade de escravos recebidos e também pela migração interna destes, os estados de Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul foram os mais influenciados.

No início do século XIX, as manifestações, rituais e costumes africanos eram proibidos, pois não faziam parte do universo cultural europeu e não representavam sua prosperidade. Eram vistos como retrato de uma cultura atrasada. Mas, a partir do século XX, começaram a ser aceitos e celebrados como expressões artísticas genuinamente nacionais e hoje fazem parte do calendário nacional, com muitas influências no dia a dia de todos os brasileiros.

Em 2003, a Lei nº 10.639/03 passou a exigir que as escolas brasileiras de Ensino Fundamental e Médio incluíssem no currículo o ensino da história e cultura afro-brasileira. Para ajudar na criação das aulas e na abordagem pelos professores.

### • Música

A principal influência da música africana no Brasil é, sem dúvidas, o samba. O estilo hoje é o cartão-postal musical do país e está envolvido na maioria das ações culturais da atualidade. Gerou também diversos subgêneros e dita o ritmo da maior festa popular brasileira, o Carnaval.

Mas os tambores de África trouxeram também outros cantos e danças. Além do samba, a influência negra na cultura musical brasileira vai do Maracatu à Congada, Cavalhada e Moçambique. Sons e ritmos que percorrem e conquistam o Brasil de ponta a ponta.

O samba é a principal influência da cultura africana e cartão-postal musical do Brasil.

### • Capoeira

Inicialmente desenvolvida para ser uma defesa, a capoeira era ensinada aos negros cativos por escravos que eram capturados e voltavam aos engenhos. Os movimentos de luta foram adaptados às cantorias africanas e ficaram mais parecidos com uma dança, permitindo assim que treinassem nos engenhos sem levantar suspeitas dos capatazes.

Durante décadas, a capoeira foi proibida no Brasil. A liberação da prática aconteceu apenas na década de 1930, quando uma variação (mais para o esporte do que manifestação cultural) foi apresentada ao então presidente Getúlio Vargas, em 1953, pelo Mestre Bimba. O presidente adorou e a chamou de “único esporte verdadeiramente nacional”.

### • Religião

A África é o continente com mais religiões diferentes de todo o mundo. Ainda hoje são descobertos novos cultos e rituais sendo praticados pelas tribos mais afastadas. Na época da escravidão, os negros trazidos da África eram batizados e obrigados a seguir o Catolicismo. Porém, a conversão não tinha efeito prático e as religiões de origem africana continuaram a ser praticadas secretamente em espaços afastados nas florestas e quilombos.

Na África, o culto tinha um caráter familiar e era exclusivo de uma linhagem, clã ou grupo de sacerdotes. Com a vinda ao Brasil e a separação das famílias, nações e etnias, essa estrutura se fragmentou. Mas os negros criaram uma unidade e partilharam cultos e conhecimentos diferentes em relação aos segredos rituais de sua religião e cultura.

As religiões afro-brasileiras constituem um fenômeno relativamente recente na história religiosa do Brasil. O Candomblé, a mais tradicional e africana dessas religiões, se originou no Nordeste. Nasceu na Bahia e tem sido sinônimo de tradições religiosas afro-brasileiras em geral. Com raízes africanas, a Umbanda também se popularizou entre os brasileiros. Agrupando práticas de vários credos, entre eles o catolicismo, a Umbanda originou-se no Rio de Janeiro, no início do século 20.

### • Culinária

Outra grande contribuição da cultura africana se mostra à mesa. Pratos como o vatapá, acarajé, caruru, mungunzá, sarapatel, baba de moça, cocada, bala de coco e muitos outros exemplos são iguarias da cozinha brasileira e admirados em todo o mundo.

Mas nenhuma receita se iguala em popularidade à feijoada. Originada das senzalas, era feita das sobras de carnes que os senhores de engenhos não comiam. Enquanto as partes mais nobres iam para a mesa dos seus donos, aos escravos restavam as orelhas, pés e outras partes dos porcos, que misturadas com feijão preto e cozidas em um grande caldeirão, deram origem a um dos pratos mais saborosos e degustados da culinária nacional.

FONTE: Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/cultura/cultura-brasileira/cultura-afro-brasileira/print>>. Acesso em: 16 mar. 2013.



## Curiosidade: Palavras da Língua Portuguesa de origem africana

**Angu:** Massa de farinha de milho ou mandioca. Angu-de-caroço: coisa complicada.

**Babá:** Origem controvertida. Para alguns estudiosos, é originária do quimbundo; para outros, é do idioma iorubá. Pai-de-santo. Ama-seca.

**Bagunça:** Baderne.

**Banze:** Confusão.

**Bunda:** Nádegas, na língua falada pelos bundos de Angola.

**Cachaça:** Bebida alcoólica. Durante muito tempo, negros escravizados, banhados em suor, giravam manualmente as rodas dos engenhos de açúcar.

**Cachimbo:** Tubo de fumar, com um lugar escavado na ponta para se colocar o tabaco.

**Canga:** Tecido com que se envolve o corpo. Peça de madeira colocada no lombo dos animais.

**Catinga:** Mau cheiro.

**Cochilar:** Sono leve.

**Dengoso:** Manhoso. Chorão.

**Farofa:** Mistura de farinha com água, azeite ou gordura.

**Garapa:** Caldo de cana.

**Inhaca:** Azar. Mau cheiro.

**Inhame:** Raiz alimentícia e medicinal.

**Jagunço:** Guerreiro. Capanga.

**Lambada:** Chicotada.

**Lengalenga:** Conversa fiada.

**Macaco:** Símio de tamanho pequeno.

**Mandinga:** Feitiço. Povo temido por seus conhecimentos de magia. Muitos eram islamizados e portavam ao pescoço talismãs com trechos do Alcorão.

**Marimbondo:** Vespa.

**Mičanga:** Contas de vidro.

**Moringa:** Pote de barro.

**Muvuca:** Confusão. Esconderijo.

**Patota:** Turma. Grupo.

**Pirão:** Papa grossa de farinha de mandioca.

**Quengo:** Cabeça.

**Quimbanda:** Curandeiro e adivinho.

**Quindim:** Doce feito de gema de ovo, coco e açúcar.

**Quitanda:** Venda.

**Sacana:** Patife. Sem-vergonha.

**Sunga:** Calção.

**Tunda:** Dar uma surra em alguém.

**Tutu:** Feijão cozido e refogado, reforçado com farinha.

**Umbanda:** Sistema de práticas divinatórias afro-brasileiras com elementos do espiritismo, do catolicismo e da pajelança.

**Xingar:** Ofender.

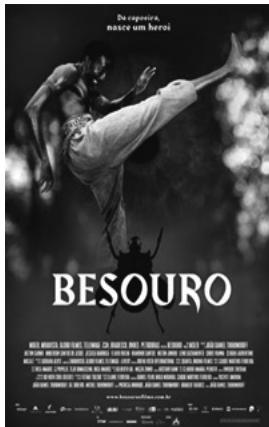
**Xodó:** Amor.

**Zunzum:** Boato.

FONTE: Disponível em: <<http://frecab.com.br/2012/10/palavras-brasileiras-de-origem-africana/>>. Acesso em: 16 mar. 2013.



### Sugestão de filme:



### BESOURO

**Sinopse** – Bahia, década de 20. No interior os negros continuavam sendo tratados como escravos, apesar da abolição da escravatura ter ocorrido décadas antes. Entre eles está Manoel (Aílton Carmo), que quando criança foi apresentado à capoeira pelo Mestre Alípio (Macalé). O tutor tentou ensiná-lo não apenas os golpes da capoeira, mas também as virtudes da concentração e da justiça. A escolha pelo nome Besouro foi devido à identificação que Manuel teve com o inseto, que segundo suas características não deveria voar. Ao crescer Besouro recebe a função de defender seu povo, combatendo a opressão e o preconceito existentes.

**Diretor:** João Daniel Tikhomiroff

**Eenco:** Aílton Carmo, Jessica Barbosa, Sergio Laurentino, Anderson Santos de Jesus, Flávio Rocha, Irandhir Santos, Tião Macalé, Leno Sacramento.

**Produção:** Vicente Amorim, Fernando Souza Dias, João Daniel Tikhomiroff

**Roteiro:** Patrícia Andrade, João Daniel Tikhomiroff

**Fotografia:** Enrique Chediak

**Trilha Sonora:** Rica Amabis, Pupillo, Tejo Damasceno

**Duração:** 95 min.

**Ano:** 2009

**País:** Brasil

**Gênero:** Drama

**Cor:** Colorido

**Distribuidora:** Buena Vista Home Entertainment

**Estúdio:** Mixer

**Classificação:** 14 anos

Há pouco, nos questionamos sobre o espaço do negro na sociedade brasileira. A mesma pergunta caberia à população de origem indígena. Qual é o espaço original do índio na sociedade brasileira? O índio está no povo brasileiro. A índia é, por excelência, mãe do povo brasileiro. Prova disto é a biografia da indígena tupinambá Catarina Álvares Paraguaçu (Bahia, 1495 – Rio de Janeiro, 1583), que foi oferecida por seu pai, o cacique Taparica, a Diogo Alves (Caramuru), naufrago português. O casal Paraguaçu–Caramuru formou a primeira família documentada do Brasil. Paraguaçu é considerada a mãe biológica de grande parte da nação brasileira.



## CARAMURU: POEMA ÉPICO (Santa Rita Durão)

Verso XXIX

Encantado está o pio Lusitano  
De ouvir em rude boca tal verdade;  
E adorando o Mistério soberano,  
Mãe ter não pode (disse) a Divindade.  
Mas sendo Deus eterno, fez-se humano,  
E sem lesão da própria Virgindade,  
A Donzela o gerou, que pisa a Lua,  
Digna Mãe de Tupá, Mãe minha, e tua.

FONTE: Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000099.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2013.

Com a exceção da história de amor entre Paraguaçu e Caramuru e de muitos outros lusitanos pelas filhas de Pindorama, a história das relações entre índios e brancos no Brasil, durante muito tempo foi caracterizada por conflitos resultantes da invasão de terras, da desvalorização cultural, da destruição da autonomia política do povo indígena. Ao longo destes cinco séculos, os índios lutaram pelos direitos de exercer seu modo de vida, suas crenças, sua relação peculiar com o meio ambiente e o resgate do espaço que é seu por direito.

Entretanto, este direito foi proclamado há apenas 25 anos, quando a Constituição brasileira de 1988 reconheceu:

Art. 231 – são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

O reconhecimento deste direito não aconteceu sem lutas e sem a persistência de pessoas que, como os irmãos Villas-Boas, conseguiram sensibilizar a sociedade e o governo brasileiro para a criação da mais importante reserva indígena das Américas, o Parque Nacional do Xingu, em 1961.

Em 1967, o Serviço de Proteção ao Índio, criado em 1910, é substituído, no governo do presidente Costa e Silva, pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio. A função deste órgão é garantir aos índios direitos básicos, como educação, proteção de terras, realização de estudos etnográficos. A defesa das comunidades indígenas e a garantia de que eles sejam reconhecidos e respeitados como um grupo étnico minoritário, dotados de uma causa e uma história na construção da sociedade brasileira.

É importante frisar que tais ações não ocorreram de maneira harmoniosa com donos de terras, garimpeiros, posseiros e madeireiros. Ao governo brasileiro e

às entidades que protegem o povo indígena cabe ainda uma longa luta para tentar restituir a este povo seu patrimônio, seu espaço e sua cultura.

## O legado cultural indígena na sociedade brasileira

Rubim Santos Leão Aquino

O legado cultural indígena na sociedade brasileira iniciou-se com a própria conquista portuguesa, quando os índios ensinaram os colonizadores a alimentarem-se com os frutos da terra. Assim, iniciou-se o consumo pelos portugueses da mandioca, do milho, da batata-doce, do amendoim, da abóbora, do abacaxi, do caju, da pimenta, do mamão, entre outras iguarias que tanta alegria produzem no paladar do brasileiro. Quem nunca saboreou um mingau de fubá ou um peixe assado ou cozido? Como esquecer as delícias do beiju, da tapioca, da paçoca e da canjica? Quantas vezes você matou a sede bebendo um guaraná ou um mate? Essas bebidas eram desconhecidas dos europeus, mas amplamente consumidas pelos indígenas!

O branco incorporou também diversas técnicas adotadas pelos indígenas. Podemos destacar: a pesca por tarrafa, a coivara dos campos (consiste em clarear os campos com fogo e hoje é mais conhecida como queimada) e o mutirão, originado da prática tupi de realização coletiva de determinada atividade necessária para a manutenção da organização da tribo.

A medicina também se utilizou da sabedoria indígena para auxiliar na cura dos homens. A quinina, empregada para a malária, ainda hoje é utilizada como medicamento básico. A copaíba, que os tupis utilizavam para curar feridas, igualmente continua a ser utilizada. Podemos citar, ainda, o curare, usado como anestésico, e a pajelança (invocação dos espíritos para efetivar a cura de doenças), praticada mediante a intermediação dos pajés.

A economia industrial europeia, desde as últimas décadas do século XIX e ao longo do século XX, utilizou o tabaco, do qual os índios foram os primeiros consumidores para fins ceremoniais. O algodão, como insumo industrial, tornou-se básico na expansão da produção de tecidos.

Também o folclore foi e ainda é marcado por mitos indígenas. Destacamos o curupira, que protegia a caça e a natureza, garantindo um permanente equilíbrio entre as necessidades do homem e a preservação do ambiente natural; o botucuxi, que, no folclore amazônico, era o responsável pela gravidez de jovens virgens e de mulheres cujos maridos costumavam ausentar-se por longos períodos.

Podemos apontar ainda: o hábito de dormir em redes, tão difundido, sobretudo no Nordeste. O branco igualmente aprendeu a usar instrumentos de pesca, como as redes, o puçá, e a empregar pequenas embarcações, denominadas pirogas, para cortar os rios.

Contribuição inestimável encontramos na utilização de numerosas palavras de origem indígena. Como esquecer a origem de palavras comuns ao nosso cotidiano, como carioca, que significa a casa do homem branco, além de paraná, paranaguá, maracanã, ipanema, tatu e tantas outras empregadas principalmente para nomear acidentes geográficos, como rios, serras etc.

A influência étnica se manifestou na figura do mameleuco, chamado ainda de caboclo e curiboca, resultado da miscigenação principalmente de pai branco e mãe indígena; ou do cafuzo, ou carafuz, resultante da mestiçagem de índios e negros.

A construção de casas sertanejas apresenta elementos culturais indígenas, como a cobertura de palha, as paredes formadas por galhos entrelaçados, recoberta de barro e com chão de barro batido.

Os indígenas também vulgarizaram hábitos de higiene, como o costume do banho diário.

Dessa forma, a sociedade brasileira vive uma enorme contradição diante das comunidades indígenas: por um lado, convive com uma forte herança cultural recebida pelo conquistador português, e não se furta de saborear um bom guaraná, comer um pirarucu na brasa, degustar do açaí com tapioca; por outro lado, assassina índios em conflitos entre tribos e garimpeiros no interior da Amazônia, ou até mesmo, incendeia e mata um índio pataxó cujo único crime foi dormir num banco de um ponto de ônibus, em Brasília, na noite de 19 de abril de 1997, o Dia do Índio, e ter sido avistado por jovens da classe média alta da cidade que queriam fazer uma brincadeira com o cacique Galdino, da tribo dos pataxós, não sem ironia, a primeira tribo a travar contato com os brancos civilizados por volta de 22 de abril de 1500.

FONTE: Aquino et al. (2008, p. 31-33)

### 3 AÇÕES AFIRMATIVAS

As ações afirmativas são medidas especiais de caráter temporário, determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades acumuladas historicamente. Estas visam garantir a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização que determinado grupo tenha sofrido em função de sua etnia, religiosidade, cor e origem.

Ações e programas da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas – SEPPIR

## Ações e Projetos

Do conjunto das metas enunciadas no Plano Plurianual, as ações da SPAAs para o período 2012-2015 terão como centralidade no campo das ações afirmativas as seguintes metas:

- Implementar o Programa Nacional de Afirmativas nos Ministérios.
- Reduzir as mortes por homicídio na juventude negra.
- Estabelecer acordos para a inclusão da população negra no mercado de trabalho.
- Realizar e apoiar campanhas de valorização da pessoa negra e de enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afro-brasileiras.
- Ampliar o número de organizações públicas e privadas que adotam medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional.
- Reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras.
- Construir cadastro de programas de ações afirmativas no âmbito das três esferas de governo e da iniciativa privada.

### 1. Educação

Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC-AF).  
Programa de Extensão Universitária – PROEXT.

Selo Educação para a Igualdade Racial.

Projeto A Cor da Cultura.

Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GeR).

### 2. Trabalho

Plano Setorial de Qualificação – Trabalho Doméstico Cidadão (Planseq-TDC).

Plano Nacional de Comércio e Serviços para Profissionais Afrodescendentes. (Planseq/Afrodescendente).

Programa Trabalho Doméstico Cidadão.

Agenda Nacional do Trabalho Decente.

### 3. Cooperação Internacional

Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia.

Curso de Gênero, Raça e Etnia para Jornalistas.

Acervo virtual da CASOTECA de Gestão Pública da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Consultoria “Participação Política das Mulheres Negras”.

Plano de Ação Conjunto entre o Governo Brasileiro e o Governo dos Estados Unidos da América para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e a Promoção da Igualdade.

Em resumo, as ações afirmativas constituem ferramentas de resgate e reparação de danos causados pelo preconceito étnico e racial. É uma forma de quitar dívidas históricas que a sociedade contemporânea possui com determinados grupos que, em dado momento, foram alvo de perseguições e discriminações.

Embora ainda suscite muita polêmica, como a política de cotas nas universidades, a fundamentação filosófica das ações afirmativas encaixa-se dentro da teoria da justiça compensatória, acolhida por Michel Rosenfeld e Jules Coleman. Onde se afirma que "as ações afirmativas parecem ser particularmente adequadas para reconduzir as perspectivas de cada um ao ponto onde elas provavelmente estariam caso não houvesse a discriminação".

## LEITURA COMPLEMENTAR

### ÍNDIOS DO BRASIL

Como na história bíblica de Ló – sobrinho de Abraão que sobreviveu à destruição de Sodoma e Gomorra e teve de praticar o incesto com as duas filhas para evitar o fim da própria tribo –, apenas uma relação incestuosa poderá salvar os índios Avá-Canoeiro da extinção. Outrora temidos numerosos – eram mais de três mil em 1750 –, os Avá-Canoeiro não são, na aurora do Terceiro Milênio, mais do que dez. Entre essa única e última dezena de sobreviventes, apenas o garoto Trumack (nascido em 1987) e a menina Potdjawa (de 1989) podem ter filhos. Só que Potdjawa e Trumack (na foto, banhando-se no rio Tocantins) são irmãos. Como entre muitos outros povos do mundo, entre os Avá-Canoeiro a pena para o incesto é a morte. O dilema dessa tribo é exemplar: haverá para os índios do Brasil futuro que não seja perverso? Tão desesperador quanto o caso dos Canoeiro é o dos Xetá, do Paraná, onde só restam sete membros.

Do descobrimento até hoje, mais de mil grupos étnicos já foram extintos no Brasil. Sobram 200 tribos e pouco mais de 300 mil índios. Suas reservas ocupam 850 mil quilômetros quadrados, ou cerca de 10% do território nacional — área sob a constante ameaça de invasores e posseiros. Em pleno século XXI, o Brasil ainda trata seus nativos como mero entrave ao avanço da civilização. Dessa forma, infelizmente, não é possível dizer se ainda haverá salvação para os habitantes originais de Pindorama, a Terra das Palmeiras.

De todos os dramas vividos pelas tribos brasileiras, o mais rumoroso tem sido o do suicídio coletivo dos Guarani-Kayowá, de Mato Grosso do Sul. Agrupados em reservas improdutivas, submetidos a um regime de trabalho semiescravo e despojados de suas tradições, 236 Kayowá se mataram em menos de uma década. Só em 1995, foram 54 os que cometeram o deduí, o suicídio ritual – ou rito de “apagar o Sol”, como os próprios índios, trágica e poeticamente, o denominam.

Em dezembro de 1995, o então Ministro da Justiça Nelson Jobim foi a Mato Grosso do Sul e aumentou a área de uma das menores reservas dos Kayowá.

No mesmo dia, porém, o jovem Odair Lescano, de 17 anos, enforcou-se no abacateiro em frente à sua choupana. Poucas semanas antes da morte de Lescano, antropólogos da FUNAI haviam contatado, em Rondônia, um casal de índios de um grupo desconhecido até então. De acordo com os dois sobreviventes, o restante da tribo já havia sido extermínado por fazendeiros. No Brasil, a Idade da Pedra ainda não acabou.

## A POPULAÇÃO NATIVA

Jamais se saberá com certeza, mas quando os portugueses chegaram à Bahia, os índios brasileiros somavam mais de dois milhões – quase três, segundo alguns autores. Mas, no alvorecer do Terceiro Milênio da Era Cristã, não passam de 325.652 – menos do que dois estádios do Maracanã lotados. Foram dizimados por gripes, sarampo e varíola; escravizados aos milhares e exterminados pelo avanço da civilização e pelas guerras intertribais, em geral estimuladas pelos colonizadores europeus. Ainda assim, os povos remanescentes constituem 215 nações e falam 170 línguas diferentes. De acordo com dados do ano 2000, obtidos junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), as tribos mais ameaçadas de extinção são os Xetá do Paraná (restam apenas sete indivíduos), os Juma, do Amazonas (cinco) e os Avá-Canoeiro (dez, dos quais só seis contatados). As tribos mais numerosas são os Ticuna (23 mil índios), os Xavante e os Kayapó. A idade média dos índios brasileiros é 17,5 anos, porque mais da metade da população tem menos de 15 anos. A expectativa de vida é de 45,6 anos, e a mortalidade infantil é de 150 para cada mil nascidos. Existem pelo menos 30 grupos que jamais mantiveram contato com o homem branco, 41 dos quais sequer se sabe onde vivem – embora seu destino já pareça traçado: a extinção os persegue e ameaça.



**FUTURO PERVERSO:** Trumack e Potdjawa, banhando-se no rio Tocantins, são a única esperança para a outrora poderosa tribo dos Avá-Canoeiro. Para impedir a extinção do grupo, eles precisam se casar e ter filhos. O problema é que os dois são irmãos.

FONTE: Adaptado de: <<http://internettrash.com/users/avonts/Avontek%20Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20CDndios%20do%20Brasil.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2013.



## Duas leis importantes

**LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003** e Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004 que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena.

A nova legislação acrescentou dois artigos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96):

**Art. 26-A** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira.

§ 1º - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

§ 2º - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial, nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

**Art. 79-B** O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".

**LEI Nº 11.645, DE 11 DE MARÇO DE 2008**

A nova legislação acrescentou dois artigos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96):

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 26-A** Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras.

FONTE: Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2013.

# RESUMO DO TÓPICO 4

**Neste tópico você aprendeu que:**

- A sociedade brasileira teve seu período mais crítico após a abolição da escravatura. Ser livre também significou, para muitos, não ter aonde ir.
- Manifestações da cultura popular do Brasil, como a música, a comida, o folclore e mesmo muitas palavras da nossa língua, vieram de matrizes africanas e indígenas.
- Hoje, políticas corretivas tentam minimizar os impactos e os efeitos da colonização europeia que marcaram para sempre a história do povo indígena.
- As ações afirmativas são medidas especiais de caráter temporário, determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades acumuladas historicamente. Estas visam garantir a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização que determinado grupo tenha sofrido em função de sua etnia, religiosidade, cor e origem.

## AUTOATIVIDADE



1 Por que a abolição da escravatura, apesar de ser uma vitória para afrodescendentes e abolicionistas, também representou o início de um novo período de provações para o negro?



2 Qual é a sua opinião sobre as ações afirmativas?



# UNIDADE 2

---



## DIREITOS HUMANOS

### OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

**A partir do estudo desta unidade você será capaz de**

- compreender a evolução e as lutas pela consolidação dos direitos humanos na esfera mundial e interna brasileira;
- entender como a Carta de 1948 influenciou a criação de outros movimentos e documentos que se destinam a proteger os direitos humanos;
- conhecer os principais dispositivos legais, que tratam da proteção dos grupos vulneráveis e minorias, criados a partir de desdobramentos da Constituição de 1988;
- atentar para os principais desafios contemporâneos para os direitos humanos no Brasil, por meio da análise das temáticas: Segurança, Educação e Meio Ambiente;
- realizar reflexões acerca dos direitos humanos no seu cotidiano.

### PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está dividida em três tópicos e no final de cada um deles você encontrará leituras complementares e atividades que o(a) ajudarão a refletir e a fixar os conhecimentos abordados.

**TÓPICO 1 – DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**

**TÓPICO 2 – DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**

**TÓPICO 3 – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL**



## A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

### 1 INTRODUÇÃO

Prezado acadêmico! Você que nos acompanhou até agora, avaliando a lógica das sociedades humanas desde as suas origens, percebeu que nem sempre o progresso esteve de mãos dadas com a justiça, a integridade e dignidade humanas. Nesta unidade que versará basicamente sobre os Direitos Humanos, queremos iniciar este primeiro tópico abordando o que são esses direitos, como evoluíram e se consolidaram nas sociedades humanas. Você acompanhará uma linha histórica que tratará dos documentos que precederam a declaração de 1948. Conhecerá também o contexto em que surge a Organização das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Bom estudo!

Dallari (2004) esclarece que:

A expressão Direitos Humanos é uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana. Esses direitos são considerados fundamentais porque sem eles a pessoa humana não consegue existir ou não é capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida. Todos os seres humanos devem ter asseguradas, desde o nascimento, as condições mínimas necessárias para se tornarem úteis à humanidade, como também devem ter a possibilidade de receber os benefícios que a vida em sociedade pode proporcionar. Esse conjunto de condições e de possibilidades associado às características naturais dos seres humanos, a capacidade natural de cada pessoa e os meios de que a pessoa pode valer-se como resultado da organização social. É a esse conjunto que se dá nome de direitos humanos. (DALLARI, 2004, p. 12).

Como vimos, os direitos fundamentais são direitos que condicionam a vida em sociedade e sem os quais a pessoa não é capaz de participar plenamente da vida, nem receber os benefícios que a vida em sociedade deve proporcionar. É um conjunto de condições e possibilidades que assegura a qualquer pessoa o direito de ser e existir dentro da coletividade, participando com seus talentos e potencialidades que constituem os direitos humanos.



Anexo: Ao final desta unidade você encontrará a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Caso ainda não conheça, leia alguns artigos e comece a se inteirar sobre o assunto.

## 2 DIREITOS HUMANOS, PARA QUÊ?

Se você leu alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, deve ter percebido do que trata o documento. Em suma, a DUDH constitui-se num conjunto de regras construídas pelos homens, para os homens, para protegê-los de si mesmos.

Proteger o homem de si mesmo? Esta afirmação pode parecer estranha, mas é uma forma de ver as coisas, principalmente quando analisamos as barbáries históricas cometidas *pelo gênero humano ao gênero humano* em poucos milênios de civilização.

Mas, será isto uma exclusividade da espécie humana?

Na natureza não humana, dentre as relações ecológicas que acercam os animais, também há exemplos de relações desarmônicas. As relações desarmônicas são em geral caracterizadas pela vantagem de um ser em decorrência do prejuízo de outro. A Ecologia, ciência que estuda as relações dos seres vivos entre si e com o ambiente em que vivem, classifica as principais relações desarmônicas em **Predação**, que é quando um ser mata o outro para dele se alimentar; **Parasitismo**, que é quando um ser vive à custa de outro, apropriando-se de seus nutrientes e tecidos; **Esclavagismo**, quando uma espécie consegue seus alimentos a partir do trabalho de outra, que é prejudicada, e **Canibalismo**, quando um ser mata outro da mesma espécie para dele se alimentar. Lembre que estamos falando de relações da natureza não humana. Entretanto, observe estas manchetes:

## FIGURA 11 - MANCHETES

## **Morre vítima de estupro coletivo na Índia**

FONTE: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/12/morre-vitima-de-estupro-coletivo-na-india.html>>.

## **Impunidade desafia combate à violência contra mulher no Brasil**

FONTE: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,impunidade-desafia-combate-a-violencia-contra-mulher-no-brasil,964958,0.htm>>.

## **Carta conjunta dos movimentos sociais denuncia o genocídio da população negra, maior vítima da violência em São Paulo**

FONTE: <<http://www.pressenza.com/pt-<pt/2012/11/carta-conjunta-dos-movimentos-sociais-denuncia-o-genocidio-da-populacao-negra-maior-vitima-da-violencia-em-sao-paulo/>>>.

## **Mutilação genital feminina afeta milhares de residentes na UE**

FONTE:<<http://pt.euronews.com/2013/03/06/mutilacao-genital-feminina-afeta-milhares-de-residentes-na-ue/>>.

## **Mulheres lideram reconstrução de Ruanda pós-genocídio.**

FONTE: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121227\\_mulheres\\_ruanda\\_pai.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/12/121227_mulheres_ruanda_pai.shtml)>.

## **MPF/PI denuncia dono de carvoaria que explorava trabalho escravo em Jerumenha**

FONTE: <[http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_crimeal/mpf-PI-denuncia-dono-de-carvoaria-que-explorava-trabalho-escravo-em-jerumenha](http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_crimeal/mpf-PI-denuncia-dono-de-carvoaria-que-explorava-trabalho-escravo-em-jerumenha)>.

## **Trio que matou e esquartejou mulheres usou carne humana em lanches, vendidos em Garanhuns**

FONTE: <<http://radiojornal.ne10.uol.com.br/2012/04/13/trio-que-matou-e-esquartejou-mulheres-usou-carne-humana-em-lanches-vendidos-em-garanhuns/>>.

FONTE: As autoras

## 3 DOCUMENTOS QUE PRECEDERAM A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM

A origem da ideia de proteção dos direitos humanos remonta a longa data. Desde a antiguidade, excessos cometidos por monarcas têm sido alvo de revoluções que levaram à criação de códigos de ética e conduta. “Assim, podem ser encontradas normas e preceitos protetores da vida, da integridade física e da liberdade tanto no Código de Hamurábi e na Lei das XII Tábuas, quanto no Pentateuco e no Evangelho”. (MARUM, 2011, p. 1314).

No campo filosófico destacou-se o *Direito Natural*, proposto por Zenão de Cício por volta de 300 a.C. Este defendia a ideia de que todas as pessoas eram parte de uma mesma razão, válida para todos os humanos e em todos os lugares, inclusive para os escravos. Esta doutrina influenciou o direito romano e formou o elo entre o pensamento antigo e medieval.

Na Modernidade surge o Jusnaturalismo, uma concepção jurídica dos direitos naturais inerentes à pessoa humana. Conforme Castilho (2011, p. 25), “o direito à igualdade é um direito básico. Vida, integridade, liberdade e igualdade integram o chamado Direito Natural, porque nascem com a pessoa, ou seja, pertencem ao indivíduo desde que nasce”.



Jusnaturalismo é a teoria do direito natural configurada nos séculos XVII e XVIII a partir de Hugo Grócio (1583-1645), também representada por Hobbes (1588-1679) e por Pufendorf (1632-1694). Essa doutrina, cujos defensores formam um grande contingente de autores dedicados às ciências políticas, serviu de fundamento à reivindicação das duas conquistas fundamentais do mundo moderno no campo político: o princípio da tolerância religiosa e o da limitação dos poderes do Estado. Desses princípios nasceu de fato o Estado liberal moderno. O Jusnaturalismo distingue-se da teoria tradicional do direito natural por não considerar que o direito natural represente a participação humana numa ordem universal perfeita, que seria Deus (como os estoicos julgavam) ou viria de Deus (como julgaram os escritores medievais), mas que ele é a regulamentação necessária das relações humanas, a que se chega através da razão, sendo, pois, independente da vontade de Deus. Assim, o Jusnaturalismo representa, no campo moral e político, reivindicação da autonomia da razão que o cartesianismo afirmava no campo filosófico e científico.

FONTE: ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 593.

Prezados acadêmicos! A partir de agora, elencaremos alguns documentos com os quais pretendemos traçar uma linha cronológica, que vai desde a concepção do Direito Natural na antiguidade até a Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948. Conheça estes principais documentos e compreenda a evolução da ideia de direitos humanos até os dias atuais.

### 3.1 CILINDRO DE CIRO

Em 1879 foi descoberto na Mesopotâmia, hoje Iraque, o *Cilindro de Ciro*. A tradução deste achado arqueológico datado de 539 a.C. pela ONU, em 1971, revelou que ele continha uma declaração do Rei Persa Ciro II. Contendo, entre outras formulações humanistas, a liberdade de credo religioso e a abolição da escravatura. O Cilindro de Ciro é considerado a primeira declaração dos direitos humanos.

FIGURA 12 – CILINDRO DE CIRO, ACERVO DO MUSEU BRITÂNICO



FONTE: Disponível em: <<http://paleorama.wordpress.com/2011/04/18/cilindro-de-ciro-regresa-al-museo-britanico-tras-ser-visitado-pro-medio-millon-de-iranies/>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

### 3.2 CARTA MAGNA

Em 1215, o Rei João Sem-terra, substituto de seu irmão Ricardo Coração de Leão que havia se retirado rumo ao Oriente para combater nas Cruzadas, vê-se obrigado a assinar a Carta Magna, para conter seus abusos de poder. A Carta Magna – do latim, *grande carta* – é considerada a base das constituições modernas. Um dos maiores avanços registrados pela Carta Magna é que a partir dela foi implantada a monarquia constitucional inglesa, que serviu de modelo para outras monarquias no mundo ocidental. Criada no intento de limitar o poder despótico do rei, a Carta Magna apresentava em seu artigo 39: “Nenhum homem livre será preso, encarcerado ou privado de uma propriedade, ou tornado fora da lei, ou exilado, ou de maneira alguma destruído, nem agiremos contra ele ou mandaremos alguém contra ele, a não ser por julgamento legal dos seus pares, ou pela lei da terra”. (CASTILHO, 2011, p. 37). O teor humanista da carta, exemplificado pelo artigo acima, fez com que o documento influenciasse a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

### 3.3 PETITION OF RIGHTS

Outro documento importante que versa sobre os direitos humanos é a Petição de Direitos (*Petition of Rights*), de 1628. Este documento encabeçou na Inglaterra a mudança do regime de monarquia absolutista para uma monarquia constitucionalista, o que contribuiu para um avanço no reconhecimento dos direitos do homem. A mudança, fomentada pelas obras filosóficas de John Locke, que inspirado pelas ideias de Thomas Hobbes, destituía o monarca do poder absoluto, vinculando suas ações a uma lei maior, uma espécie de constituição.

Com base nesses pensadores, iniciou-se um movimento no sentido de obter promessas escritas dos reis, como havia sido feito com a Carta Magna, de respeito a esses direitos inalienáveis das pessoas. Na prática, os cidadãos queriam uma lei maior que regulasse a vida coletiva, de maneira que não mais dependesse unicamente da vontade e do humor do governante. Essa lei maior, fundamental, era nada mais do que é conhecido hoje pelo nome de Constituição. A história considera que o documento responsável pelo início do constitucionalismo moderno foi a chamada Petição de Direitos, de 1628. (CASTILHO, 2011, p. 54).

Editada para coibir os atos do Rei Carlos I que desagradavam ao Parlamento inglês, a Petição de Direitos deflagra uma revolução que terminaria na guerra civil contra a coroa, que durou de 1642 até 1688. Em decorrência da vitória dos puritanos, que representavam a vontade do povo, a coroa inglesa concede ao Parlamento muitas prerrogativas que são mantidas até hoje na Inglaterra. Neste ínterim é também editada na Inglaterra a lei do *Habeas Corpus*, em 1679. A lei buscava resgatar os direitos humanos de pessoas detidas que, com o *Habeas Corpus*, passaram a ter direito à avaliação da legalidade de sua detenção por um tribunal.

### 3.4 A DECLARAÇÃO NORTE-AMERICANA

Inspirada na Petição de Direitos inglesa, 100 anos depois é a vez dos Estados Unidos da América definir direitos básicos do cidadão norte-americano. Em 1789 é publicado, junto à Constituição dos Estados Unidos, liberto do jugo britânico em 1776, um conjunto de dez emendas que visavam garantir os direitos dos cidadãos americanos. A base filosófica da Constituição americana foi a Revolução Burguesa de 1688, na Inglaterra, e a Revolução Francesa de 1789.

#### A primeira Declaração dos Direitos do Homem

Decorrente da Revolução Francesa, que foi “o mais importante movimento social do mundo moderno” (CASTILHO, 2001, p. 63), a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão garantia aos cidadãos a liberdade e o direito de serem tratados igualmente perante a lei. É neste contexto que surge a divisão dos poderes

em três categorias: Executivo, Legislativo e Judiciário. Além de garantir os direitos do cidadão e a reorganização do poder, a declaração separa o Estado da Igreja, obrigando o primeiro a oferecer segurança, saúde e educação a toda a população. Depois da derrubada da monarquia francesa, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi aprovada pela Assembleia Constituinte. Assim como a declaração norte-americana, a Declaração Universal dos Direitos do Homem tem influência iluminista.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi aprovada pela Assembleia Constituinte formada depois da revolução que derrubou a monarquia francesa (CASTILHO, 2011).

### **A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789**

I - Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos; as distinções sociais não podem ser fundadas senão sobre a utilidade comum.

II - O objetivo de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem; esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

III - O princípio de toda a soberania reside essencialmente na razão; nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane diretamente.

IV - A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique a outrem. Assim, o exercício dos direitos naturais do homem não tem limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo desses mesmos direitos; seus limites não podem ser determinados senão pela lei.

V - A lei não tem o direito de impedir senão as ações nocivas à sociedade. Tudo o que não é negado pela lei não pode ser impedido e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordenar.

VI - A lei é a expressão da vontade geral; todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou por seus representantes, à sua formação; ela deve ser a mesma para todos, seja protegendo, seja punindo. Todos os cidadãos, sendo iguais a seus olhos, são igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo sua capacidade e sem outras distinções que as de suas virtudes e de seus talentos.

VII - Nenhum homem pode ser acusado, detido ou preso, senão em caso determinado por lei, e segundo as formas por ela prescritas. Aqueles que solicitam, expedem ou fazem executar ordens arbitrárias, devem ser punidos; mas todo cidadão, chamado ou preso em virtude de lei, deve obedecer em seguida; torna-se culpado se resistir.

VIII - A lei não deve estabelecer senão penas estritamente necessárias, e ninguém pode ser punido senão em virtude de uma lei estabelecida e promulgada ao delito e legalmente aplicada.

IX - Todo homem é tido como inocente até o momento em que seja declarado culpado; se for julgado indispensável para a segurança de sua pessoa, deve ser severamente reprimido pela lei.

X - Ninguém pode ser inquietado por suas opiniões, mesmo religiosas, contanto que suas manifestações não perturbem a ordem pública estabelecida em lei.

XI - A livre comunicação dos pensamentos e opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; todo o cidadão pode, pois, falar, escrever e imprimir livremente; salvo a responsabilidade do abuso dessa liberdade nos casos determinados pela lei.

XII - A garantia dos direitos do homem e do cidadão necessita de uma força pública; essa força é então instituída para vantagem de todos e não para a utilidade particular daqueles a quem ela for confiada.

XIII - Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração, uma contribuição comum é indispensável; ela deve ser igualmente repartida entre todos os cidadãos, em razão de suas faculdades.

XIV - Os cidadãos têm o direito de constatar, por si mesmos ou por seus representantes, a necessidade da contribuição pública, de consenti-la livremente e de vigiar seu emprego, de determinar sua quota, lançamento, recuperação e duração.

XV - A sociedade tem o direito de pedir contas de sua administração a todos os agentes do poder público.

XVI - Toda a sociedade na qual a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não tem constituição.

XVII - A propriedade, sendo um direito inviolável, e sagrado, ninguém pode ser dela privado senão quando a necessidade pública, legalmente constatada, o exija evidentemente, e sob a condição de uma justa e prévia indenização.

FONTE: Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/declaracao.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

### 3.5 A CONVENÇÃO DE GENEBA

Em 22 de agosto de 1864, em Genebra, na Suíça, no intento de criar um tratado em favor dos direitos das pessoas em tempos de guerra, assina-se o primeiro de uma série de tratados que ficaram conhecidos como Convenção de Genebra. Antes da convenção, o suíço Henry Dunant organizou um serviço voluntário de socorro para feridos de ambos os lados, durante a batalha de Solferino, em 1859, entre os exércitos austriacos e franco-piemonteses.

FIGURA 13 – SÍMBOLO DA CRUZ VERMELHA INTERNACIONAL



FONTE: Disponível em: <<http://pessoas.hsw.uol.com.br/comite-internacional-cruz-vermelha.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

Voltando à Convenção de Genebra, a seguir apresentamos um trecho do tratado onde elencamos dois artigos que explicitam como a convenção alinhava suas prerrogativas ao que havia proposto Dunant, um ano atrás:

Sua Majestade o Rei dos Belgas, Sua Alteza Real o grão-duque de Baden, Sua Majestade o Rei da Dinamarca, Sua Majestade a Rainha da Espanha, Sua Majestade o Imperador dos Franceses, Sua Alteza Real o grão-duque de Hesse, Sua Majestade o Rei da Itália, Sua Majestade o Rei dos Países Baixos, Sua Majestade o Rei de Portugal e Algarve, Sua Majestade o Rei da Prússia, a Confederação Suíça, Sua Majestade o Rei de Wurtemberg:

Animados, por igual, do desejo de suavizar, tanto quanto deles dependa, os males irreparáveis da guerra, de suprimir os rigores inúteis e melhorar a sorte dos militares feridos nos campos de batalha, resolveram concluir uma Convenção com esse objetivo e nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

(...)

os quais, após terem apresentado seus poderes, encontrados em boa e devida forma, convencionaram os artigos seguintes:

**Artigo 1º** As ambulâncias e os hospitais militares serão reconhecidos como neutros e como tal protegidos e respeitados pelos beligerantes, durante todo tempo em que neles houver doentes e feridos.

A neutralidade cessará, se essas ambulâncias ou hospitais forem guardados por uma força militar.

Artigo 2º O pessoal dos hospitais e das ambulâncias, nele incluídos a intendência, os serviços de saúde, de administração, de transporte de feridos, assim como os capelões, participarão do benefício da neutralidade, enquanto estiverem em atividade e subsistirem feridos a recolher ou a recorrer.

FONTE: Castilho (2011, p. 67)

A Convenção de Genebra agregou, posteriormente, outras questões, que no entendimento de seus membros, representavam risco humanitário. Assim tivemos outras convenções:

- II Convenção de Genebra – 1907, em Haia, na Holanda. A medida principal foi estender os princípios da convenção para conflitos marítimos.
- III Convenção de Genebra – 1925, deliberou sobre o tratamento humanitário a prisioneiros de guerra.
- IV Convenção de Genebra – 1949, já realizada sob a coordenação das Nações Unidas, esta convenção analisou essencialmente os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial.
- 1977 – aprovação de dois protocolos adicionais à convenção de Genebra. O Protocolo I, que amplia a definição de vítimas de conflitos armados, e o Protocolo II, em favor das pessoas afetadas por conflitos armados internos.
- 1980 – a ONU propõe a limitação do uso de algumas armas convencionais.
- 1996 – houve nova atualização da convenção de 1980, incluindo a limitação do uso de minas terrestres e armas de raio *laser*, por provocarem cegueira.
- Hoje, 188 países são signatários das Convenções de Genebra.

### 3.6 A CONSTITUIÇÃO MEXICANA

Promulgada em 1917 e considerada uma das mais modernas e liberais Cartas Magnas da América Latina, a Constituição mexicana teve um caráter pioneiro, ao ser a primeira Constituição a tratar da reforma agrária, além de, conforme exprime Herkenhoff (1994, p. 58), “esta proclama com pioneirismo, na face do globo, os direitos do trabalhador”. A Constituição mexicana precede a própria criação da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Com caráter anticlerical e liberal, a Constituição do México, de 1917, anuncia direitos aos trabalhadores. Dentre os avanços obtidos pelo documento, destacamos:

- o ensino laico;
- a expropriação de terras não cultivadas em favor dos ranchos e dos *ejidos*;
- fixava as relações entre capital e trabalho, como, por exemplo, a jornada de 8 horas, regulamentação do trabalho do menor e da mulher, salários iguais para tarefas iguais, direito de greve, organização sindical, justiça do trabalho para arbitrar os conflitos entre o capital e o trabalho;
- restringiu o poder da Igreja. O casamento civil foi tornado obrigatório e o único válido;
- secularização do clero, transformando os padres em trabalhadores comuns.

Na mesma linha da Constituição do México, surgem ainda duas importantes constituições: a de **Weimar**, em 1919, na Alemanha, e em 1918 a **Revolução Russa**, que conduz à declaração dos direitos do povo, dos trabalhadores e dos explorados. A tendência de minimizar danos provenientes de conflitos e de exploração do gênero humano mundializou-se, principalmente depois de duas grandes guerras, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial.



**Laico** - Adj. Característica do que ou daquele que não faz parte do clero; que não pertence à instituição ou ordem religiosa: empresa laica; escola laica; Estado laico. Que não aceita ou recebe influência religiosa. Fonte: Dicionário on-line.  
**Ejidos** - Porção de terra não cultivada e de uso público.

## 4 CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM

É possível afirmar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é uma resposta à intolerância étnica e racial vivenciada na primeira metade do século XX. Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, que se caracterizou pela barbárie com que judeus, comunistas, ciganos, homossexuais e população civil em geral foram perseguidos e dizimados em campos de concentração ou como vítimas diretas de confrontos e bombardeios. Segundo Hobsbawm (2000), a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi uma tentativa de dispositivo legal visando ao fim das barbáries, como as bombas atômicas e os campos de concentração.

Além de uma legião de mortos, feridos e mutilados, pode-se dizer que, na Alemanha, o saldo da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi uma sensação de derrotismo. Com o resultado final da guerra e a iminente obrigatoriedade de assinar o Tratado de Versalhes, gerou-se um forte sentimento nacionalista e revanchista. Este mal-estar do povo alemão foi, alguns anos depois, o solo fértil para a ascensão do nazismo.

Sob a promessa de garantir ao povo alemão a retomada do *status* de um Estado forte e respeitado, o líder do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, Adolf Hitler, que se tornou chanceler e depois ditador alemão, contagiou de tal forma o povo alemão que conseguiu o apoio de que necessitava para tentar alcançar seus objetivos: recuperar a força militar, reaver territórios perdidos na Primeira Guerra Mundial, bem como todos os territórios onde se falava a língua alemã.

Na Itália, o sistema político nacionalista, imperialista e antidemocrático chamado Fascismo e liderado por Benito Mussolini, era outra doutrina totalitária. De extrema direita, os objetivos do fascismo orbitavam em torno do Estado como absoluto, contudo, não apelou para a estratificação social baseada em questões étnicas, como o nazismo.

No Oriente, o Japão, governado pelo imperador Hirohito, que já havia atacado a Manchúria, pertencente à China, formava junto com Hitler e Mussolini uma aliança que ficou conhecida com o nome de Eixo Roma – Berlim – Tóquio. As aspirações expansionistas destas três potências totalitárias deflagram, em 1939, a Segunda Guerra Mundial.

O período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) é marcado pela suspensão de todos os acordos e documentos de direitos humanos no âmbito dos países envolvidos na guerra. As ideias antissemíticas e racistas, sobretudo dos nazistas, deram origem ao que viria a ser chamado de Holocausto.

Caracterizado principalmente pelo extermínio em massa de judeus, sendo estes a maioria dentre os confinados nos campos de concentração e extermínio, as vítimas do Holocausto incluíam outros grupos minoritários, como comunistas, homossexuais, ciganos, deficientes físicos e mentais, testemunhas de Jeová e sindicalistas. Nos campos de concentração, além das mortes por fome, doença e genocídio em câmaras de gás, fez parte dos requintes de crueldade toda a sorte de experiências médicas com detentos. Estas experiências feitas *em nome da ciência* eram bastante comuns em Auschwitz, onde o Doutor Josef Mengele era quem liderava as pesquisas.

FIGURA 14 – PORTÃO DE AUSCHWITZ, NA POLÔNIA, COM A FAMOSA INSCRIÇÃO ARBEIT MACHT FREI – O TRABALHO LIBERTA



FONTE: Disponível em: <<http://www.oreporter.com/1533098970.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

Estima-se que apenas o nazismo tenha sido responsável pelo assassinato de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra. Ligeiramente menor, o número de alemães mortos na guerra foi de cinco milhões e meio. Destes, três milhões eram civis. Na Rússia o número de vidas ceifadas atingiu os 17 milhões. Na contabilidade da guerra ainda pesam as mortes dos aliados franceses, ingleses e os norte-americanos. Depois da rendição da Itália e da Alemanha, o *grand finale* dos massacres ficou por conta dos americanos, que em 1945 lançaram duas bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, no Japão.

FIGURA 15 – HIROSHIMA, APÓS A BOMBA EM 1945



FONTE: Disponível em: <<http://whathe.hubpages.com/hub/Hiroshima-and-the-Bomb>>. Acesso em: 28 mar. 2013.



#### O Brasil na ONU

Oswaldo Aranha (Alegrete, RS, 1894 - Rio de Janeiro, 1960).

Político e estadista, Oswaldo Aranha inaugurou, na primeira Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, em 1947, a tradição que se mantém até hoje, de ser um brasileiro o primeiro orador deste grande e importante foro internacional.

FONTE: Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/divulg/p2/personalidades-e-diplomatas-historicos/oswaldo-aranha/>>. Acesso em: 1 abr. 2013.

Três anos depois, em dezembro de 1948, foi aprovada pela ONU a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, instituindo os direitos humanos como um valor global. Segundo Marum, (2011), “o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos Humanos pode ser resumido e decomposto em quatro partes fundamentais: a afirmação da dignidade da pessoa humana, seguida do que Fábio Comparato chama de os “três princípios axiológicos fundamentais em matéria de direitos humanos: a liberdade, a igualdade e a fraternidade”.



Três princípios axiológicos – são concernentes ao estudo dos valores, geralmente valores morais. Teoria crítica dos conceitos de valor.

FONTE: Dicionário on-line.

## 5 DUDH CLASSIFICAÇÃO EM GERAÇÕES

A classificação dos Direitos Humanos em *gerações*, obedecendo à ordem cronológica dos acontecimentos históricos, é uma convenção que se tem adotado para ressignificar as lutas e revoluções que precederam a Declaração de 1948, bem como documentos póstumos sobre o escopo atual. Assim, são apresentados como Direitos Humanos de Primeira Geração aqueles relativos à **Liberdade**, em consonância com o que propunham documentos como a Carta Magna, a Revolução norte-americana, a Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Os Direitos Humanos de Segunda Geração têm por base a **Igualdade**, representada pelas aspirações humanas durante a Revolução Industrial, a Revolução Mexicana, a Revolução Russa, a Constituição da República de Weimar e a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

No tocante aos Direitos Humanos de Terceira Geração, estes se estabelecem sob a égide da **Fraternidade**, em conformidade com a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e a Carta de Paris para uma Nova Europa.



Égide - Amparo, defesa, proteção.

Fonte: Dicionário on-line português.

Observe o quadro a seguir, que sintetiza as gerações de Direitos Humanos.

## QUADRO 5 – GERAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Geração	Características	Inscrição
<b>Direitos Humanos de Primeira Geração (liberdade)</b>	Individualista - limitavam o poder do Estado e defendiam o indivíduo diante do poder do soberano. (Mais tarde, no século XIX, aparecia também a noção de direitos individuais exercidos coletivamente na forma de liberdades públicas).	- Carta Magna. - John Locke e a doutrina liberal. - Montesquieu e o <i>Espírito das Leis</i> . - Revolução norte-americana. - Revolução Francesa e Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
<b>Direitos Humanos de Segunda Geração (igualdade)</b>	Individual/Estatal - O Estado era obrigado a interferir na economia, para evitar injustiças cometidas pelo capitalismo. Com isso, surgiram os direitos sociais, econômicos e culturais.	- Revolução Industrial. - Revolução Mexicana de 1917. - Revolução Russa de 1918. - Constituição da República de Weimar, em 1919. - Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948.
<b>Direitos Humanos de Terceira Geração (fraternidade)</b>	Coletivo - Direitos de solidariedade (paz, desenvolvimento, patrimônio, autodeterminação dos povos, comunicação e meio ambiente). - Direitos difusos e coletivos (meio ambiente, proteção da infância e juventude e defesa do consumidor, entre outros).	- Karel Vazak - Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos. - Carta de Paris para uma Nova Europa.

FONTE: Castilho (2011, p. 23)

## LEITURA COMPLEMENTAR

### As experiências médicas nazistas

Durante a Segunda Guerra Mundial, vários médicos alemães realizaram “experiências” desumanas, cruéis, e muitas vezes mortais, em milhares de prisioneiros dos campos de concentração.

Estas “experiências médicas” imorais, realizadas durante o Terceiro Reich, podem ser divididas em três categorias. A primeira consiste em experiências que tinham por finalidade facilitar a sobrevivência dos militares do Eixo. Em Dachau, médicos da força aérea alemã e da Instituição Experimental Alemã da Aviação realizaram experimentos sobre reações à alta altitude, usando câmaras de baixa

pressurização, para determinar a altitude máxima da qual as equipes de aeronaves danificadas poderiam saltar de paraquedas, em segurança. Os cientistas alemães também realizaram experiências de congelamento, utilizando os prisioneiros como cobaias para descobrir um método eficaz de tratamento para a hipotermia. Também os utilizaram para testar vários métodos de transformação da água marinha em água potável.

A segunda categoria de experiências tinha por objetivo desenvolver e testar medicamentos, bem como métodos de tratamento para ferimentos e enfermidades que os militares e a equipe de ocupação alemã encontravam no campo. Nos campos de concentração de Sachsenhausen, Dachau, Natzweiler, Buchenwald e Neuengamme, os cientistas testaram agentes imunizantes e soros para prevenir e tratar doenças contagiosas como a malária, o tifo, a tuberculose, a febre tifoide, a febre amarela e a hepatite infecciosa, inoculando os prisioneiros com tais doenças. O campo de Ravensbrueck foi o local de experiências crueis com enxertos ósseos, e onde testaram a eficácia de um novo medicamento desenvolvido, a sulfa (sulfanilamida), à custa das vidas dos prisioneiros. Em Natzweiler e Sachsenhausen, os prisioneiros foram submetidos aos perigosos gases fosgênio e mostarda, com o objetivo de testar possíveis antídotos.

A terceira categoria de experiências “médicas” buscava aprofundar os princípios raciais e ideológicos da visão nazista. As mais infames foram as experiências feitas por Josef Mengele, em Auschwitz, que utilizou gêmeos, crianças e adultos, de forma inumana, e que também coordenou experiências sorológicas em ciganos, tal como fez Werner Fischer, em Sachsenhausen, para determinar como as diferentes “raças” resistiam às diversas doenças contagiosas. As pesquisas desenvolvidas por August Hirt, na Universidade de Strasbourg, tentaram confirmar a pretensa inferioridade racial judaica.

Outras experiências repugnantes tinham por meta facilitar os objetivos raciais nazistas, com uma série de experiências de esterilização, realizadas principalmente em Auschwitz e Ravensbrueck. Lá, os “cientistas” testaram diversos métodos, com o objetivo de desenvolver um procedimento eficaz e barato de esterilização em massa de judeus, ciganos, e outros grupos considerados pelos nazistas como racial ou geneticamente indesejáveis.

FONTE: ENCICLOPÉDIA do Holocausto. Disponível em: <<http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005168>>. Acesso em: 28 mar. 2013.



### Sugestão de filmes:



#### CHÁ COM MUSSOLINI

##### **Sinopse e detalhes**

Luca Innocenti é um garoto nascido fora dos laços do matrimônio e não reconhecido oficialmente por seu pai, que luta por sua independência e para achar um meio onde possa desenvolver seu apreço pela arte. Os anos seguintes são uma evocação de um mundo desaparecido: o da quieta cidade de Florença à beira da Segunda Guerra Mundial. Neles estão Arabella (Judi Dench), Mary (Joan Plowright) e Hester (Maggie Smith), que retratam o excêntrico, colorido e legado das senhoras britânicas e que, juntamente com uma colecionadora de arte americana (Cher) e uma arqueologista (Lily Tomlin), dividem seu tempo em debates sobre a situação do país em plena Era Mussolini.

##### **FICHA TÉCNICA**

Lançamento desconhecido (1h56min)

- Dirigido por Franco Zeffirelli
- Com Joan Plowright, Maggie Smith, Cher
- Gênero: Comédia dramática
- Nacionalidade: Reino Unido

FONTE: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-22149/>>.

### Sugestão de filme:



#### FLORES DO ORIENTE

##### **Sinopse e detalhes**

Durante a segunda guerra entre China e Japão, em 1937, o agente funerário John Miller (Christian Bale) chega a uma igreja católica para providenciar o enterro de um padre. Uma vez lá, ele se depara com jovens estudantes de um convento e prostitutas de um bordel próximo do local. Inicialmente, Miller se revela um sujeito egoísta e desinteressado com o conflito existente, mas com o passar do tempo assume a responsabilidade de proteger os dois grupos tão diferentes. Ele terá que lidar ainda com o pânico provocado pelos constantes ataques do brutal exército japonês, enquanto pensa numa forma de fugir de lá.

##### **FICHA TÉCNICA**

- Lançamento 25 de maio de 2012 (2h26min)
- Dirigido por Zhang Yimou
- Com Christian Bale, Xinyi Zhang, Paul Schneider
- Gênero: Drama, Guerra
- Nacionalidade: China

FONTE: Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-189187/>>. Acesso em: 24 jan. 2013.



### Sugestão de filme:



### OLGA

#### **Sinopse e detalhes**

Berlim, início do século XX. Olga Benário (Camila Morgado) é uma jovem judia alemã. Militante comunista, é perseguida pela polícia e foge para Moscou, onde recebe treinamento militar e é encarregada de acompanhar Luís Carlos Prestes (Caco Ciocler) de volta ao Brasil. Na viagem, enquanto planejam a Intentona Comunista contra o presidente Getúlio Vargas, os dois acabam apaixonando-se. Parceiros na vida e na política, Olga e Prestes terão de lutar pelo amor, pelo comunismo e, principalmente, pela sobrevivência.

#### **FICHA TÉCNICA**

- Lançamento 20 de agosto de 2004 (2h 21min)
- Dirigido por Jayme Monjardim
- Com Fernanda Montenegro, Mariana Lima, Werner Schünemann
- Gênero Biografia, Drama, Histórico, Romance
- Nacionalidade Brasil

FONTE: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-122446/>>.

# RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico você estudou que:

- A criação de uma Declaração Universal em defesa dos direitos humanos surge como um meio de equilibrar as forças e poderes de uma sociedade, visando à garantia de direitos que venham promover a dignidade da pessoa humana.
- Precederam a Declaração de 1948:
  - Cilindro de Ciro. Mesopotâmia, 539 a.C.
  - Carta Magna. Inglaterra, 1215.
  - Petição de Direitos. Inglaterra, 1628.
  - Declaração Norte-americana. Estados Unidos, 1789.
  - Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. França, 1789.
  - Convenção de Genebra. Suíça, 1864.
  - II Convenção de Genebra. Haia, na Holanda, em 1907.
  - Constituição Mexicana. México, 1917.
  - Revolução Russa. União Soviética, 1918.
  - Constituição da República de Weimar. Alemanha, 1919.
  - III Convenção de Genebra. Suíça, 1925.
- No contexto de criação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, destaca-se, principalmente, o cenário de guerras e massacres ocorridos principalmente durante a Segunda Guerra Mundial.
- Numa releitura, os Direitos Humanos podem ser classificados em gerações. Sendo:
  - Direitos Humanos de Primeira Geração – Liberdade.
  - Direitos Humanos de Segunda Geração – Igualdade.
  - Direitos Humanos de Terceira Geração – Fraternidade.

## AUTOATIVIDADE



1 Considerando o que você estudou e a sua própria opinião, qual é o sentido de criação dos Direitos Humanos?



2 Qual é o movimento que fomentou na Europa a criação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, no final do século XVIII?



3 Quais foram os acontecimentos que serviram de cenário para a criação da Declaração dos Direitos Humanos, em 1948?



4 Quais são os valores que balizam a classificação dos Direitos Humanos em gerações?





## DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

### 1 INTRODUÇÃO

Prezado acadêmico! No tópico anterior você acompanhou a evolução dos acordos e tratados de defesa dos direitos humanos até a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Nossa desafio agora é conhecer como este processo se deu no Brasil, as idas e vindas, os percalços e as vitórias da cidadania. A partir do estudo deste tópico, você conhicerá a importância da Constituição de 1988, bem como seus desdobramentos na defesa dos direitos humanos em geral e de grupos vulneráveis e minoritários. Bom estudo!

### 2 HISTÓRICO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Os primórdios dos Direitos Humanos no Brasil são marcados por meio da sua primeira carta constitucional, outorgada em 1824. Vamos lembrar que, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão estava vigorando desde 1789. Não fosse apenas esta largada, com 35 anos de atraso, o histórico de violações dos direitos humanos no Brasil já era extenso, tendo este iniciado no momento em que Cabral e sua tripulação desembarcaram na orla brasileira.

Devemos, contudo, relembrar que, conforme tratamos na Unidade 1 deste caderno, já em 1570 surge uma primeira lei da coroa portuguesa que advoga contra a escravização de índios no território brasileiro. Mesmo sabendo que esta proibição intencionava aquecer o mercantilismo de negros traficados do continente africano, posto que esta atividade já rendia altos dividendos à coroa, não podemos negar que, naquele momento, pelo menos um grupo se beneficiava: os índios, em detrimento ao infortúnio dos africanos.

É inegável também que, mesmo à custa da espoliação cultural dos movimentos catequéticos e das missões, os padres jesuítas tiveram também um papel importante na defesa dos índios contra os colonos. Em 1759, o Marquês de Pombal expulsa os jesuítas do Brasil sob a alegação de que estes estariam interferindo em assuntos do Estado. Como prejuízo da expulsão dos jesuítas, contabilizou-se o fechamento de inúmeras escolas e centros de *estudos superiores*.

Os desmandos do Marquês de Pombal culminaram com o fechamento, no Brasil, de “25 residências, 36 missões, 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e as escolas de ler e escrever, instaladas em quase todas as aldeias e povoações onde existiam casas da Companhia”. (AZEVEDO apud ARANHA, 2006, p. 191).

Além de um nítido retrocesso na educação, outro aspecto negativo da partida dos jesuítas foi a suscetibilização dos indígenas a maus tratos. A dignidade humana perdia terreno.

Tudo indicava que, antes de qualquer avanço em matéria de direitos humanos, o Brasil sofreu com retrocessos. Tudo indica que as primeiras manifestações a favor dos direitos humanos ficaram por conta do movimento chamado Inconfidência Mineira, cujo motivo principal fora a exploração da coroa portuguesa. Motivados pela independência dos Estados Unidos em 1776, em 1783 os inconfidentes iniciaram um movimento, também chamado de Conjuração Mineira, para eliminar a dominação portuguesa das Minas Gerais. Em 1789, o movimento fracassou, mas não sem antes plantar outras sementes da revolução.

O fracasso da Inconfidência fez com que os tais ideais de liberdade permanecessem em banho-maria até próximo à Independência, em 1822. Também malograram outras conjurações: a do Rio de Janeiro (1794), Bahia (1798) e Pernambuco (1817), todas inspiradas pela Revolução Francesa, pela libertação dos Estados Unidos e pela independência das colônias espanholas na América. (NOVAES; LOBO, 2004, p. 151).

Em 1821, assim que Dom João VI voltou a Portugal, o príncipe regente D. Pedro assinou um decreto em favor das liberdades pessoais e coibindo as prisões sem ordem judicial. O decreto, que chegou a ser chamado de “Carta Magna” brasileira, proíbe algemar e torturar detentos utilizando-se de pregos. Entretanto, o decreto assinado por D. Pedro ficou desmoralizado quando este mandou matar dezessete revoltosos que se insurgiram na Confederação do Equador. Entre os revoltosos mortos estava um frei, o Frei Caneca, que foi fuzilado, enquanto os demais, decapitados.

Frei Caneca foi um ardoroso defensor do Contrato Social de Rousseau e deixou claro nos seus textos o compromisso com a doutrina liberal dos direitos humanos. No manifesto da Confederação do Equador estava escrito: “Leis, constituições e todas as instituições humanas são feitas para os povos e não os povos para elas”. (NOVAES; LOBO, 2004, p. 155).



Veja na figura a seguir, em 1825, fuzilado, Frei Caneca, revolucionário republicano, herói da Confederação do Equador. O império autocrático sentenciou-o à força (morte degradante), mas ele termina fuzilado por não se encontrar no Recife um carrasco, preso ou escravo, que aceitasse enforcá-lo.

FIGURA 16 – TELA DE MURILLO LA GREGA



FONTE: Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/hoje/0113.asp>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Em 1824, portanto, dois anos depois da independência, o Brasil ganha sua primeira Constituição outorgada. Contudo, antes de prosseguirmos nos detalhes deste documento, vamos nos deter um pouco para compreender o que é uma constituição.

Sendo a constituição a lei maior de um Estado, sua finalidade é organizar o Estado, como também limitar os poderes deste em relação às pessoas, sendo um dos elementos essenciais a uma constituição estabelecer diretrizes da vida econômica e social. A simples existência de uma constituição não assegura a vigência de um regime constitucional, que é aquele que sintetiza a legítima manifestação da vontade do povo, funcionando como limitação ao poder do Estado e autoridades. É necessário que a existência de uma constituição seja acompanhada de processos democráticos em todas as instâncias.



### Tipos de constituição

Dependendo de quem faz, as constituições podem ser classificadas em dois tipos:

- 1 Constituição outorgada.
- 2 Constituição promulgada.

Constituição outorgada é aquela que parte do soberano, ou autoridade que governa, e é "dada" ao povo. Constituição promulgada é aquela que resulta das assembleias populares. É também chamada pelo qualificativo de "imposta", porque o povo, através de seus representantes, a impõe à autoridade que governa.

FONTE: Herkenhoff (1994, p. 66)

Voltando ao assunto da Constituição de 1824, como você pode ver, tratou-se de uma constituição outorgada, ou seja, o tipo de constituição que é concedida pelo governante. Por isso, ela não necessariamente refletiu os interesses do povo. Esta constituição, por exemplo, falava em direitos civis e políticos do cidadão brasileiro, mas mantinha a escravidão. Veja alguns direitos garantidos pela Constituição de 1824.

### Constituição outorgada de 1824

- liberdade de expressão do pensamento, inclusive pela imprensa, independente de censura;
- liberdade de convicção religiosa e de culto privado, contanto que fosse respeitada a religião do Estado;
- inviolabilidade da casa;
- proibição de prisão sem culpa formada, exceto nos casos declarados em lei, exigindo-se, contudo, nesta última hipótese, nota da culpa assinada pelo juiz;
- exigência de ordem escrita da autoridade legítima para a execução da prisão, exceto flagrante delito;
- punição da autoridade que ordenasse prisão arbitrária, bem como de quem a tivesse requerido;
- exigência de lei anterior e autoridade competente, para sentenciar alguém;
- independência do poder judicial;
- igualdade de todos perante a lei;
- acesso de todos os cidadãos aos cargos públicos;
- proibição de foro privilegiado;
- abolição dos açoites, tortura, marca de ferro quente e todas as demais penas cruéis;
- proibição de passar a pena de pessoa delinquente e, em consequência, proibição do confisco de bens e da transmissão da infâmia a parentes;

- garantia de cadeias limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para a separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes;
- direito de propriedade;
- liberdade de trabalho;
- inviolabilidade do segredo das cartas;
- direito de petição e de queixa, inclusive o de promover a responsabilidade dos infratores da Constituição;
- instrução primária gratuita.

FONTE: Herkenhoff (1994, p. 71-72)

A Constituição de 1824 permaneceu vigente até 1889, quando da Proclamação da República. Contudo, apenas em 1891 instaurou-se a Constituição Republicana. Nesta, apesar de alguns avanços, como a separação definitiva da Igreja do Estado, a liberdade de associação e de reunião sem armas, maior defesa aos acusados; abolição das penas de galés, banimento judicial e morte e criação do *habeas corpus*, deixava o primado da força econômica nas mãos dos fazendeiros, que, associado ao voto a descoberto, não mudou as regras da distribuição do poder.

A reforma constitucional de 1926, que aconteceu sob o escopo do processo de industrialização, exacerbava o confronto entre capital e trabalho. Neste cenário, no Brasil, os direitos sociais ganham corpo. Agora cabe ao Congresso “legislar sobre o trabalho”. Mas, vamos lembrar que, no México, o mesmo já ocorreu em 1917. O Brasil registra aí nove anos de atraso em relação às leis que viriam conceder maior dignidade ao trabalhador.

A Constituição de 1891, junto com as reformas da Constituição de 1926, vigorou até 1930, quando entrou em vigor uma constituição provisória, estabelecida por um *governo provisório*, do qual tomava posse Getúlio Vargas. Esta movimentação, ocasionada pela Revolução de 30, que depôs a República Velha, foi um retrocesso em relação aos direitos humanos.

Em 1934 é promulgada a terceira constituição do país. Inspirada na Constituição de Weimar (Alemanha), esta volta a trazer os direitos humanos, contudo separando os direitos individuais dos direitos sociais. Há resgate da proteção social do trabalhador, instituindo o repouso semanal, as férias remuneradas e a proibição do trabalho a menores de 14 anos. No âmbito da educação, a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, inclusive para adultos, ensino religioso facultativo, respeitando a confissão do aluno, liberdade de ensino e garantia de cátedra.



Penas de galés – São embarcações compridas e sem cobertura, avançavam por fileiras de remos compridos, movidos por tração humana. Fonte: Dicionário online.

Liberdade ou garantia de cátedra é o princípio que assegura a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (...) permite que os docentes expressem, com relação à matéria ensinada, suas próprias convicções e pontos de vista, sem que haja a imposição de um único critério metodológico ou didático, quando haja.

A Constituição de 1937 foi uma constituição outorgada. Lembrando que as constituições outorgadas são aquelas que não derivam diretamente da vontade do povo, mas são “concedidas” por um soberano. O poder em questão, representado pela figura do então ditador Getúlio Vargas. Nesta Constituição, a classe trabalhadora obteve progressos, porém, os direitos e garantias individuais sumiram da carta. Em 1943, Vargas consolida as leis do trabalho por meio da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que até hoje regula as relações trabalhistas no Brasil.

Em 1946, acompanhando os movimentos que restabeleciam internacionalmente os direitos humanos no pós-guerra, o Brasil também promulga uma nova Constituição, com a redemocratização do país. Os direitos e garantias individuais são restaurados e ampliados em relação à Constituição de 1934. Entretanto, este estado de direitos vigora por apenas 18 anos, quando, em 1964, o golpe militar institui o estado de sítio, que suspendeu novamente as garantias constitucionais.

De 1964 até 1967, quando se promulgou a nova Constituição, vários direitos presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos foram ignorados: muitos cidadãos, aos quais se imputaram atos delituosos, não tiveram direito de defesa; não existia um tribunal independente e imparcial; houve suspensão do direito de agremiação política.

A Constituição de 1967 afrontava diretamente a doutrina dos direitos humanos: vedou a liberdade de opinião e expressão, recuou no campo dos direitos sociais; manteve as punições, exclusões e marginalizações políticas decretadas sob a égide dos Atos Institucionais. Esta Constituição vigorou até dezembro de 1968, quando entra em cena o Ato Institucional nº 5. Este ato concedeu ao governo o “direito” de confiscar bens, o que também fere o artigo 18º da Declaração Universal, onde diz “ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade”.

No entanto, a mais grave incompatibilidade entre o Ato Institucional (AI) nº 5 e os direitos humanos está na supressão do *habeas corpus* para crimes políticos e outros. Proibindo a apreciação judicial da prisão, o AI-5 nega remédio contra a prisão arbitrária, tornando letra morta o artigo 9º da declaração, redigido nestes termos: “Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado”. Com a supressão do

*habeas corpus*, com a suspensão das garantias da magistratura e com a cassação da liberdade de imprensa, - a tortura e os assassinatos políticos foram largamente praticados no país, sob o regime do Ato Institucional nº 5. (HERKENHOFF, 1994, p. 84).



Na figura a seguir, em 1968, artistas de teatro protestam contra o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Da esquerda para a direita: Tônia Carrero, Eva Wilma, Odete Lara, Norma Benghel e Ruth Escobar.

FIGURA 17 – ARTISTAS DE TEATRO PROTESTAM CONTRA O ATO INSTITUCIONAL Nº 5 (AI-5)



FONTE: Disponível em: <<http://pramultidao.blogspot.com.br/2011/07/contra-censura-pela-cultura.html>>. Acesso em: 1 abr. 2013.

Em 17 de outubro de 1969, com o Congresso Nacional fechado, uma nova constituição foi outorgada. Esta nova Constituição do regime militar aprofundou o retrocesso político, incorporou em seu texto medidas dos Atos Institucionais, cassou a autonomia administrativa das capitais e municípios.



### A CNV

A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei nº 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

FONTE: Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao-a-cnv>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

Com relação aos Direitos Humanos, a Constituição de 1969 também trouxe retrocessos, o que motivou lutas de inúmeros segmentos: trabalhadores, presos e perseguidos políticos, estudantes, artistas e líderes religiosos. Todas estas lutas buscavam basicamente: a ampla anistia de presos e perseguidos políticos e a convocação de uma Assembleia Constituinte livre e democrática, com a participação popular.

A anistia foi conquistada em 1979, por meio da Lei nº 6.683. Tendo o significado de uma bandeira ética, a anistia representou a retomada dos valores éticos e morais na sociedade brasileira. Quanto à Assembleia Constituinte, outra aspiração das lutas populares, esta se deu entre 1987 e 1988 e redundou na promulgação da Constituição de 1988, vigente no país há 25 anos. Em sua formulação foi grande a participação popular.

## 3 A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E OS DIREITOS HUMANOS

A oitava Constituição brasileira, promulgada em 1988, representa a redemocratização do Estado, depois de 21 anos de ditadura militar. Contendo 245 artigos e 70 disposições transitórias, a Constituição brasileira é um documento detalhado, tendo como princípio fundamental o valor da dignidade humana. Este princípio, tratado no título II “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, torna a juntar novamente os direitos individuais e os direitos sociais, que haviam sido dissociados na Constituição de 1934. O título que trata dos direitos e garantias fundamentais é formado por cinco capítulos:

- 1- Direitos e deveres individuais e coletivos.
- 2- Direitos sociais.
- 3- Nacionalidade.
- 4- Direitos políticos.
- 5- Partidos políticos.

O capítulo dos direitos individuais e coletivos “é aberto com a afirmação de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurando-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (HERKENHOFF, 1994, p. 96).

A Constituição de 1988 inovou também na área das garantias individuais, instituindo instrumentos jurídicos que podem ser acionados por qualquer cidadão na defesa de seus direitos. São eles: *habeas data*, o mandado de segurança coletivo, o mandado de injunção, a ação popular, a ação civil pública e a ação direta de inconstitucionalidade.



### ***Habeas data***

Fabiana Eduardo Saenz

É a garantia constitucional, que nos termos literais da Constituição Federal (art. 5º, inciso LXXII), tem por finalidade “assegurar o conhecimento de informação relativa à pessoa do impetrante, constante de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público”, assim como a “retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo”.

O *Habeas Data* exerce uma função ao mesmo tempo preventiva e corretiva, o que significa dizer que o cidadão possui o pleno direito de obter certos tipos de informação que constam unicamente em órgãos governamentais, assim como pedir a sua retificação. Essa garantia surge expressamente no ordenamento jurídico brasileiro com a Carta Magna de 1988, sendo um remédio eficaz do cidadão contra o Estado, e que deve sempre ser analisada em consonância com o artigo 5º, incisos XIV e XXXIII, que garantem o acesso à informação.

FONTE: Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Habeas+data>>. Acesso em: 3 abr. 2013.

## **4 AÇÃO POPULAR**

Esta pode ser proposta por “qualquer cidadão ou indivíduo” contra o Estado para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico cultural (NOVAES; LOBO, 2004). A ponte entre o cidadão e o Estado é feita pelo Ministério Público, órgão que tem a competência de defender os direitos do cidadão contra o Estado, sendo também responsável pela garantia da moralidade pública e pelos direitos humanos.

Além do Ministério Público, há outros órgãos envolvidos na proteção dos direitos individuais. Seguem alguns órgãos dos quais você já deve ter ouvido falar:

- Defensoria pública.
- Delegacias da mulher.
- PROCONs.
- Centros de apoio a vítimas da violência.
- Conselhos tutelares.
- Outros órgãos da sociedade civil organizada, como comissões, centros de voluntariado e ONGs.

Você já pensou como seria nossa vida em sociedade sem estes órgãos?

Então veja o quanto a Carta de 1988 interfere na nossa vida em sociedade. Mesmo sem ter consciência, usamos a Constituição todos os dias. Quando você utiliza órgãos públicos, quando leva seus filhos à escola, quando anda nas vias públicas, quando usufrui de serviços de saneamento básico ou até quando se sente lesado por alguma empresa que lhe vendeu algum produto ou serviço. Por este motivo, todos nós deveríamos conhecer melhor a Constituição, sendo este o documento que rege as nossas vidas. Ser cidadão é também estar cônscio dos seus direitos e deveres. E você, quanto conhece da Constituição Brasileira?

## 5 DEFESA DAS MINORIAS

Além do que você já conheceu até agora, sobre a Constituição e os direitos humanos, saiba que a Constituição também comporta algumas normas destinadas a proteger minorias e grupos vulneráveis, como idosos, crianças, negros, mulheres, deficientes físicos etc. Todas as leis que protegem esses grupos e que foram promulgadas a partir de 1988, têm como base a Constituição. Conheça algumas delas:

- Lei nº 7.716, de 1989 – torna o racismo crime inafiançável e imprescritível.
- Lei nº 8.078, de 1990 – inclui a proteção contra publicidade enganosa.
- Lei nº 8.069, de 1990 – cria o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Lei nº 7.853, de 1989 – assegura aos deficientes físicos o direito de ir e vir.
- Lei nº 8.842, de 1994 – cria o Conselho do Idoso.
- Lei nº 9.799, de 1999 – proíbe a exigência de comprovação de teste de gravidez nos exames admissionais.
- Lei nº 10.098, de 2000 – prevê normas e critérios de acessibilidade plena a pessoas com deficiência física.

- Lei nº 10.639, de 2003 – altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, instituindo a obrigatoriedade do ensino da cultura e história afro-brasileira.
- Lei nº 10.741, de 2003 – cria o Estatuto do Idoso, que abrange pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.
- Lei nº 11.340, de 2006 – conhecida como Lei Maria da Penha, previne e coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.
- Lei nº 11.645/08 – altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, instituindo a obrigatoriedade da inserção da história afro-brasileira e indígena nos currículos escolares.

Citamos apenas algumas leis no universo de muitas que versam sobre os direitos humanos dos cidadãos brasileiros. Como no caso da Constituição, conhecer as leis que regem nossa vida e que impactam diretamente sobre ela é o primeiro passo no exercício da cidadania plena. Você se considera um bom conhecedor de leis básicas, que regem seu cotidiano? Caso pertença a algum grupo vulnerável, conhece as leis que amparam a sua condição?

## LEITURA COMPLEMENTAR

### A instalação da Comissão Nacional da Verdade

A Comissão Nacional da Verdade foi instalada em 16 de março de 2012. Ela terá prazo de dois anos para apurar violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988, que inclui a ditadura (1964-1985).

Em cerimônia realizada no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff deu posse aos sete integrantes da comissão: Cláudio Fonteles, Gilson Dipp, José Carlos Dias, João Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha. Na ocasião, Dilma ressaltou que eles foram escolhidos pela competência e pela capacidade de entender a dimensão do trabalho que vão executar.

Os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, José Sarney e Fernando Collor de Mello participaram da cerimônia e foram citados por Dilma em seu discurso, pelo papel que tiveram, durante seus governos, na consolidação do processo de resgate da história brasileira durante a ditadura militar.

Ao instalar a comissão, a presidente Dilma destacou que o Brasil precisa conhecer a totalidade de sua história e disse que as investigações não serão movidas pelo ódio ou revanchismo. “A ignorância sobre a história não pacífica, pelo contrário, mantém latentes mágoas e rancores”, acrescentou. Parafraseando Galileu Galilei, a presidente lembrou que “a força pode esconder a verdade, a tirania pode impedi-la de circular livremente, o medo pode adiá-la, mas o tempo acaba por trazer a luz. Hoje, esse tempo chegou”.

O ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, membro da comissão, disse que ela é “passo relevante para consolidação da sociedade democrática brasileira” na luta contra a violência política, onde viceja o esforço das vítimas da repressão estatal. Ele lembrou iniciativas importantes para chegarmos à criação desta comissão, como o livro “Tortura, Nunca Mais”, elaborado pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo em 1985, homenageando o esforço heroico de Dom Paulo Evaristo Arns. “A história vale pelo que conta e pelo que dela se espera”, disse.

## Desaparecidos políticos

A Comissão da Verdade foi criada em 2009 e a lei que a estabeleceu foi sancionada por Dilma em novembro do ano passado. O foco principal será apurar casos de desaparecidos políticos. De acordo com o livro-documento Direito à Memória e à Verdade, elaborado pelo governo federal, há 150 casos de opositores do regime militar que desapareceram após serem presos ou sequestrados por agentes do Estado. Não há registro da prisão deles em nenhum tribunal ou presídio, os advogados não foram notificados e os familiares até hoje procuram esclarecimentos sobre onde estão os corpos das vítimas.

Em 2010, o Brasil foi condenado na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA em ação movida por familiares de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia – ação armada desencadeada pelo PC do B, entre 1972 e 1974, na região de Marabá, no Pará.

“O Brasil merece a verdade, as novas gerações merecem a verdade e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia. É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz. E quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la”, destacou a presidente.

“O direito à verdade é um direito bem estabelecido no direito internacional e tem a estratégia abrangente de evitar violações no futuro”, disse Américo Inglaterra, representante regional do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos. Ele acrescentou que a comissão do Brasil será um exemplo encorajador para todo o mundo, pois significa um compromisso real com a defesa dos direitos humanos, da memória das vítimas e a suas famílias. “Vai ajudar a reconciliação do Brasil com seu passado”, acrescentou, ao colocar o escritório das Nações Unidas à disposição da comissão.

## Plano de Trabalho da Comissão Nacional da Verdade

Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade estão divididos em três grandes subcomissões: Pesquisa (dividida em grupos de trabalho temáticos), Relações com a Sociedade e Comunicação. Verifique quem é responsável por cada área:

a. Subcomissão de “Pesquisa, geração e sistematização de informações”. Subdivisão em grupos temáticos (atualizada em dezembro de 2012):

**Grupo de Trabalho:** Golpe de 1964

**Membro responsável:** Rosa Cardoso

**Assessor ou consultor responsável:** Heloísa Starling

**Grupo de Trabalho:** Estrutura de repressão

**Membros responsáveis:** Gilson Dipp e José Paulo Cavalcanti Filho

**Assessor ou consultor responsável:** Guaracy Mingardi

**Grupo de Trabalho:** Graves violações de Direitos Humanos (torturados, mortos e desaparecidos)

**Membro responsável:** José Carlos Dias

**Assessores ou consultores responsáveis:** Marcilândia Araújo e Raquel Aparecida

**Grupo de Trabalho:** Violações no campo

**Membro responsável:** Maria Rita Kehl

**Assessor ou consultor responsável:** Heloísa Starling

**Grupo de Trabalho:** Violações de direitos de indígenas

**Membro responsável:** Maria Rita Kehl

**Assessor ou consultor responsável:** Wilkie Buzatti

**Grupo de Trabalho:** Araguaia

**Membros responsáveis:** Maria Rita Kehl, José Carlos Dias e Claudio Fonteles

**Assessor ou consultor responsável:** Pedro Pontual

**Grupo de Trabalho:** Operação Condor

**Membro responsável:** Rosa Cardoso

**Assessor ou consultor responsável:** Luiz Cláudio Cunha

**Grupo de Trabalho:** Violações contra estrangeiros e violações fora do Brasil

**Membro responsável:** Paulo S. Pinheiro

**Assessores ou consultores responsáveis:** Paula Ballesteros e Glenda Mezarobba

**Grupo de Trabalho:** Ditadura e Sistema de Justiça

**Membros responsáveis:** Gilson Dipp e José Paulo Cavalcanti Filho

**Assessor ou consultor responsável:** Maria Rosa Loula

**Grupo de Trabalho:** Papel das igrejas durante a ditadura

**Membro responsável:** Paulo S. Pinheiro

**Assessores ou consultores responsáveis:** Pedro Pontual e Luci Buff

**Grupo de Trabalho:** Perseguição a militares

**Membro responsável:** Claudio Fonteles

**Assessor ou consultor responsável:** Maria Rosa Loula

**Grupo de Trabalho:** O Estado Ditatorial-Militar

**Membro responsável:** Claudio Fonteles

**Assessor ou consultor responsável:** Vivien Ishaq

**Grupo de Trabalho:** Ditadura e gênero

**Membro responsável:** Paulo S. Pinheiro

**Assessores ou consultores responsáveis:** Glenda Mezarobba e Luci Buff

\* Outros grupos temáticos podem ser criados para atender à estrutura do relatório.

\* Organização do trabalho: mediante um relatório final e vinhetas. Cada vinheta deve conter um relatório analítico, esclarecendo circunstancialmente os fatos. Dependendo da matéria a que se refira, deve identificar, também, a autoria dos perpetradores das graves violações de direitos humanos, bem como local, data, vítimas e informações adicionais pertinentes.

b. Subcomissão de “Relações com a sociedade civil e instituições”

**Membros responsáveis:** Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Cardoso

**Assessores ou consultores responsáveis:** Nadine Borges e Glenda Mezarobba

c. Subcomissão de “Comunicação Externa”

**Membros responsáveis:** Rosa Cardoso

**Assessor responsável:** Marcelo Oliveira

FONTE: Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/cnv/60-plano-de-trabalho-da-comissao-nacional-da-verdade>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

# RESUMO DO TÓPICO 2

**Neste tópico você estudou que:**

- Entre a outorga da primeira Constituição do Brasil, em 1824, e a Constituição vigente, promulgada em 1988, a questão direitos humanos passou por muitos percalços, havendo períodos em que foi completamente suspensa, como no período da ditadura militar, que vigorou de 1964 a 1985.
- Promulgada em 1988, a oitava Constituição brasileira representa a redemocratização do Estado, depois de 21 anos de ditadura militar. Contendo 245 artigos e 70 disposições transitórias, apresenta como princípio fundamental o valor da dignidade humana.
- Dentre os direitos constitucionais garantidos ao cidadão está o direito à Ação Popular, que pode ser proposta por qualquer cidadão ou indivíduo contra o Estado para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico cultural.
- A ponte entre o cidadão e o Estado é feita pelo Ministério Público, órgão que tem a competência de defender os direitos do cidadão contra o Estado, sendo também responsável pela garantia da moralidade pública e pelos direitos humanos. Além do Ministério Público, há outros órgãos envolvidos na proteção dos direitos individuais: Defensoria pública; Delegacias da mulher; PROCONS; centros de apoio a vítimas da violência; conselhos tutelares; outros órgãos da sociedade civil organizada, como comissões, centros de voluntariado e ONGs.
- A Constituição de 1988 tem possibilitado outros desdobramentos importantes para os direitos humanos. Entre eles, destacam-se leis específicas para a proteção das minorias e grupos vulneráveis, como mulheres, crianças e adolescentes, idosos, deficientes, entre outros.
- A Comissão Nacional da Verdade foi instalada em 16 de março de 2012, pela presidente Dilma Rousseff. A comissão terá prazo de dois anos para apurar violações aos direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988, que inclui o período da ditadura militar no país (1964-1985).

## AUTOATIVIDADE



1 A primeira Constituição brasileira, que data de 1824, foi um exemplo de constituição **outorgada**. A Constituição vigente, de 1988, é uma constituição **promulgada**. Qual é a diferença entre estes dois tipos de constituição?



2 O que a Constituição de 1988 representou para o Estado brasileiro?



3 A Constituição de 1988 possibilitou desdobramentos que deram origem a órgãos ligados diretamente à proteção de direitos individuais. Cite alguns destes órgãos:



4 A lei contra o racismo (Lei nº 7.716, de 1989) e a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006) são exemplos de leis que têm a função de proteger grupos vulneráveis e minorias. Nesta mesma linha, cite outras leis que você conhece:



5 Do que trata a ‘Comissão da Verdade’?



## DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

### 1 INTRODUÇÃO

Prezado(a) acadêmico(a)! Findando esta unidade, cumpre ainda destacar alguns dos maiores desafios para os Direitos Humanos no Brasil. Trataremos do conceito de Dignidade Humana, como se efetiva, ou não, no cotidiano, e o *status quo* de temáticas como Segurança, Educação e Meio Ambiente no âmbito dos Direitos Humanos. Bom estudo!

### 2 DIGNIDADE HUMANA

No final do século XVIII, Immanuel Kant, filósofo alemão, em seu livro A Crítica da Razão Pura, propôs a teoria do imperativo categórico:

“O homem é um fim em si mesmo e, por isso, não pode ser tratado como objeto nem ser usado como meio de obtenção de qualquer objetivo, como a servidão”.

Com este posicionamento, I. Kant iria influenciar vários conceitos jurídicos modernos, como o princípio da dignidade da pessoa humana.



Dignidade, uma palavra oriunda do latim *dignitas*, que significa honra, virtude. Fundada no conjunto de direitos inerentes à pessoa, liberdade e igualdade, como também no conjunto de direitos coletivos, sociais, econômicos e culturais.

Por esse motivo, a condição de dignidade não permite discriminação, seja de naturalidade, cor, sexo, idade, crenças, classe social, orientação sexual. Sendo um valor em si mesma, a dignidade humana é objeto de defesa do Estado, que deve prever condições mínimas para uma vida digna.

Conforme vimos no tópico anterior, a dignidade humana é um valor previsto na Constituição Federal de 1988, que em seu art. 1º, III, reconhece o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana como princípio fundamental da República Federativa do Brasil. Antes deste, a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) declara que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Entretanto, ainda que este princípio esteja previsto em tantos documentos que norteiam nossa vida em sociedade, não encontra par no *modus vivendi* de muitas pessoas no nosso país. A miséria é um exemplo de como o valor da dignidade humana ainda é uma realidade frágil no Brasil.

Você já consegue conceituar dignidade humana? Está pronto para um exercício de cidadania? Caso afirmativo, acompanhe a manchete a seguir:

### **Desnutrição transforma índios em indigentes**

02 de abril de 2007 • 19h42

A índia Caiová Geria tem 2 anos de idade e pesa 5 kg. Continua respirando por milagre. Geria é uma das sobreviventes de uma tragédia que matou 13 crianças em sua aldeia. A tragédia se resume em duas palavras: desnutrição crônica. Geria vive a 15 km de Dourados, no Mato Grosso do Sul, um dos polos agrícolas mais prósperos do Brasil. Mas sua família, como todos os habitantes Guaranis-caoivás das reservas de Jaguapiru e Bororó, vive na mais absoluta miséria. A situação é tão comum que resultou na criação do Centro de Recuperação de Desnutridos, em Missão Caiová.

FONTE: Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI1523848-EI306,00-Desnutricao+transforma+indios+em+indigentes.html>>. Acesso em: 1 abr. 2013.

Desafiamos você, acadêmico(a), a identificar quantos direitos fundamentais da pessoa humana estão sendo transgredidos no pequeno relato acima.

Já de início, no título da chamada, duas palavras – *Desnutrição* e *Indigência* – chamam nossa atenção.



O Dicionário Aulete *on-line* esclarece que:

### **DESNUTRIDO**

- 1 Que se desnutriu; não se nutriu ou o fez precariamente.
- 2 Aquele que não está devidamente nutrido, que apresenta carência alimentar; emagrecido, definhado.

### **INDIGENTE**

- 1 Diz-se de quem não pode suprir as próprias necessidades; MISERÁVEL.
- 2 Aquele que não pode suprir as próprias necessidades. Foi enterrado como indigente, em vala comum.

FONTE: Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br>>. Acesso em: 1 abr. 2013.

A seguir, para aprimorar a nossa reflexão, apresentamos apenas os três primeiros artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual você tanto já ouviu falar neste Caderno de Estudos. Mas, vamos lá!

### **Artigo I**

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

### **Artigo II**

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

### **Artigo III**

Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

FONTE: Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Voltando à manchete, há algo que você queira destacar?

A obra DIREITOS HUMANOS NO COTIDIANO (2001), editado com parcerias do Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, UNESCO e Universidade de São Paulo, apresenta uma tradução para o sentido indígena de cada um dos 30 artigos da DUDH. Seguem, portanto, o sentido que os povos indígenas atribuiriam a estes três primeiros artigos.

*A tradução indígena do artigo 1º*

*Os povos indígenas, com base nas tradições e nos costumes dos antepassados, como o respeito à igualdade e à dignidade da vida, sempre nasceram livres e iguais, como os pássaros dos céus, como os animais do campo e como os peixes das águas, e dotados de consciência do espírito fraternal e do bem comum uns com os outros.*

*A tradução indígena do artigo 2º*

*Os povos indígenas sempre caminharam em busca da dignidade e do respeito, com base no respeito a seus membros, quer velhos, crianças ou mulheres, inclusive entre iguais e diferentes; a força física era compatível com a força espiritual e voltada para a fraternidade, principalmente na ajuda aos mais desamparados e aos mais fracos, para fortalecer a soberania dos povos, seus limites territoriais e políticos em toda sua plenitude.*

*A tradução indígena do artigo 3º*

*A comunidade indígena que não busca apenas sobreviver, mas viver bem, reconhece a cada um de seus membros o direto à vida digna, à liberdade e à vontade própria, como forma de equilíbrio e de segurança individual e coletiva.*

Decididamente, palavras *Desnutrido* e *Indigente* chocam quando contrastadas com o pano de fundo da tradução indígena. Mas, para ir além, nesta tarefa de confrontar o *status* da dignidade humana com o que prevê a DUDH, apresentamos ainda o artigo 25, que a nosso ver é o que mais combina com a manchete. A seguir, conforme consta na declaração e em seguida seu correspondente indígena.

*Artigo XXV*

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.
2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

*A tradução indígena do artigo 25*

*Os povos indígenas viviam livres com seus velhos e suas crianças, com saúde e bem-estar, num território onde podiam comer e vestir-se, curar suas doenças e ajudar-se mutuamente. Nunca houve asilo ou reformatório de crianças, apenas a comunidade e a vida.*

E então, como foi esse exercício para você? Ele possibilitou a ressignificação do sentido de dignidade humana para você? Discuta a questão com seus colegas. No seu dia a dia, você seria capaz de identificar acontecimentos ou situações que ferem o princípio da dignidade humana? Dê um passeio pela cidade usando o transporte coletivo, a bicicleta ou mesmo a pé. Quando retornar, anote os fatos que lhe chamaram atenção e confronte com a DUDH. Você vai se surpreender!

### 3 BRASIL DIREITOS HUMANOS STATUS QUO: SEGURANÇA, EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

De todos os desafios que acercam a questão dos Direitos Humanos no Brasil, escolhemos a questão da **segurança**, da **educação** e do **meio ambiente** para aprofundamento. Gostaríamos que você nos acompanhasse neste novo diálogo de cidadania. Vamos lá?

#### 3.1 SEGURANÇA

Acompanhe-nos na leitura do quadro a seguir:

**Seis em cada dez brasileiros têm muito medo de assalto à mão armada e assassinato, diz pesquisa.**

ESPECIAL – VIOLÊNCIA – 05/07/2012, AGÊNCIA BRASIL

Pesquisa de opinião divulgada nesta quinta-feira, dia 5, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revela que é alto o medo da violência no Brasil e baixa a confiança nas polícias que combatem os crimes mais próximos do cotidiano do cidadão.

O IPEA publicou a segunda rodada de pesquisa sobre segurança pública feita pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social, criado pelo instituto. Desta vez, 3.799 pessoas foram entrevistadas em todas as regiões do país.

A cada grupo de dez brasileiros, pelo menos seis têm “muito medo” de assalto à mão armada, assassinato e arrombamento da residência, conforme apurado pela pesquisa. Mais da metade sentem “muito medo” de sofrer agressão. O percentual de “nenhum medo” em todos os quesitos (assalto à mão armada, assassinato e arrombamento da residência) é em torno de 10%, com exceção do tema “sofrer agressão”, em que o percentual é 18,2%.

As mulheres se sentem menos seguras que os homens. Apenas 7,8% das entrevistadas disseram não sentir “nenhum medo” de assalto à mão armada, enquanto 16,9% dos homens têm a mesma sensação. Metade dos homens entrevistados afirma ter “muito medo” de assalto à mão armada, enquanto três quartos das mulheres têm a mesma tranquilidade.

FONTE: Disponível em: <[americaeconomia.uol.com.br](http://americaeconomia.uol.com.br)>. Acesso em: 1 abr. 2013.

E você, tem medo de quê? Você acha que os medos dos brasileiros mudaram nos últimos tempos?

Talvez algumas destas respostas tenham a ver com uma temática que cerca nossa vida diariamente. Nos jornais, nos telejornais, na fila do caixa ou mesmo prestando atenção nas cenas urbanas do seu cotidiano. Estamos falando da questão da segurança. Ou a falta dela.

Isto evoca uma reflexão: como viemos parar aqui? Aliás, que tempos são estes em que você e sua família se trancafiaram dentro de casa? Tempos em que ir até o ponto de ônibus ou metrô virou uma aventura, onde as pessoas vivem alerta, desconfiadas e privadas da sua liberdade pelo próprio medo?

Schilling (2004) completa que:

O que vemos do mundo? Vemos que a promessa de que o desenvolvimento técnico e científico nos livraria das guerras revela-se falsa. Duvidamos que possamos dar conta do desafio de conciliar liberdade e segurança. O progresso material parece não tender ao fim da fome e da criação de condições de vida dignas para todos. Assistimos (já conformados?) a guerras que se prolongam no tempo (SCHILLING, 2004, p. 11).

A autora denuncia esses tempos como tempos de perplexidade. Quando tanto é possível ser mensurado, calculado, transformado, imaginado e entendido, não conseguimos viver com um tipo de dignidade que só a segurança pode garantir.

Nesta unidade cuja temática são os Direitos Humanos, queremos trazer à luz, novamente, o terceiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

### *Artigo III*

*Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.*

Este artigo chama a atenção, principalmente, por relacionar os aspectos *vida, liberdade e segurança* num único direito. Zygmunt Baumann indica “três elementos como condições para a autoconfiança de que depende a capacidade de pensar e agir racionalmente: a segurança, a certeza e a existência de garantias”. Baumann (apud SCHILLING, 2004, p.13) explica:

*Segurança.* O que quer que tenhamos ganhado e conquistado continuará em nosso poder; o que foi alcançado manterá seu valor como fonte de orgulho e respeito; o mundo é estável, confiável e, assim, os padrões do que é adequado, os hábitos adquiridos para a ação eficaz e as atitudes aprendidas para enfrentar os desafios da vida.

*Certeza.* Saber a diferença entre o que é razoável ou tolo, digno de confiança ou traíçoeiro, útil ou inútil, próprio ou impróprio, lucrativo ou arriscado e todas as demais distinções que guiam as nossas opções

diárias e nos ajudam a tomar decisões das quais – esperamos – não vamos nos arrepender; e conhecer os sintomas, presságios e sinais de alerta que nos permitem saber o que esperar e como distinguir um bom lance de um lance ruim.

*Garantia.* Contanto que se aja de forma correta, nenhum perigo mortal – nenhum perigo que não se possa enfrentar – ameaçará o corpo e as suas extensões – isto é, a propriedade, o lar e a vizinhança – nem o espaço em que se inscrevem todos esses elementos do “eu maior”: a terra natal e o seu ambiente. (SCHILLING, 2004, p. 13-14).

Os pontos definidos por Baumann (apud SCHILLING, 2004) – segurança, certeza, garantia – nos inquietam. Nesta época de incertezas, não sabemos se aquilo que ganhamos continuará em nosso poder. O medo do risco de não dispor mais de um bem que nos é caro nos faz investir em seguros, dos mais variados tipos. Não raro, há pessoas que fazem seguro de partes do seu corpo. Você já parou para pensar o quanto temos que gastar pelo medo de perder?

Cristovam Buarque (2002) nos faz um alerta no texto *A pobreza da riqueza*, onde infere que: “No lugar de usufruir tudo aquilo com que gastam, uma parte considerável do dinheiro nada adquire, serve apenas para evitar perdas”.

Neste lugar, entre a indústria do medo, as seguradoras, as empresas de segurança privada, as transportadoras de valores, as milícias, está a pessoa humana. O cidadão de bem fica constrangido diante da imponência com que seguranças armados se prostram ao lado de veículos que transportam valor. Você já se perguntou por que tem de lidar com isso?

Ainda nos remetendo aos pontos defendidos por Baumann (apud SCHILLING, 2004, p. 15), falamos da questão das certezas. Em uma época de moral e valores voláteis, não sabemos nem mesmo “se aquilo pelo que nos esforçamos, nosso diploma, por exemplo, manter-se-á como fonte de orgulho e respeito”. Ou seja, a incerteza tornou-se um aspecto cotidiano. Por fim, a garantia. A vida cotidiana parece refletir os altos e baixos do mercado de ações. A volubilidade do governo parece refletir as condições do tempo: será que os juros vão aumentar? Será que o IPI vai cair? Será que o mercado imobiliário vai valorizar?

Em tempos em que os homens viraram depositários de um medo coletivo e de males que podem afetar o corpo, a saúde mental, financeira, enfim, a paz de espírito, colocamos em questão o que preconiza o 3º artigo da DUDH, *vida, liberdade e segurança* e somos desafiados a repensar fenômenos como a “globalização”, a “mundialização”, a “pós-modernidade”.

Isto apenas mostra que a globalização, que globaliza a informação também globalizou os medos e as inseguranças, a falta de garantia. A violência que assola nos subúrbios e nos morros se globalizou e o medo da guerra se mundializou.

Você se lembra do caso a seguir?

## **Polícia investiga participação de 20 traficantes na chacina de 6 jovens**

Delegado diz que grupo foi o mesmo que teria executado outras três pessoas.

Adolescentes teriam sido mortos a mando de chefe do tráfico da Chatuba.

**Tássia Thum do G1 RJ**

As investigações da polícia apontam para a participação de pelo menos 20 traficantes na chacina de seis jovens ocorrida na Favela da Chatuba, em **Mesquita**, Baixada Fluminense, segundo o delegado Júlio da Silva Filho, titular da 53<sup>a</sup> DP (Mesquita). O delegado afirmou que, além do assassinato dos rapazes, os criminosos também seriam os responsáveis pela morte do pastor Alexandre Lima e de um aspirante a PM. A polícia também investiga o desaparecimento de José Aldecir da Silva, que acompanhava o pastor na comunidade.

O delegado disse que todas as mortes foram comandadas por Remilton Moura da Silva Júnior, conhecido como Juninho Cagão, chefe do tráfico de drogas na Chatuba. Ainda segundo a polícia, há a hipótese de o PM ter sido torturado na área do parque pelo grupo criminoso.

Os seis jovens saíram de casa sábado (9), em **Nilópolis**, na Baixada Fluminense, para ir a uma cachoeira que fica próxima à Favela da Chatuba, em Mesquita, e também ao Parque de Gericinó, área militar do Exército Brasileiro. Os corpos foram encontrados nesta manhã com tiros e facadas em uma área perto da Rodovia Presidente Dutra.



Esquerda para a direita, a partir de cima, os jovens mortos na chacina: Patrick, Christian e Glauber; Josias, Douglas e Victor (foto: reprodução de Internet).

*Os jovens estavam indo tomar banho de cachoeira.*

FONTE: Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/09/policia-investiga-participacao-de-20-traficantes-na-chacina-de-6-jovens.html>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

## A pobreza da riqueza

Cristovam Buarque

Em nenhum outro país os ricos demonstram mais ostentação que no Brasil. Apesar disso, os brasileiros ricos são pobres. São pobres porque compram sofisticados automóveis importados, com todos os exagerados equipamentos da modernidade, mas ficam horas engarrafados ao lado dos ônibus de subúrbio. E, às vezes, são assaltados, sequestrados ou mortos nos sinais de trânsito. Presenteiam belos carros a seus filhos e não voltam a dormir tranquilos enquanto eles não chegam em casa. Pagam fortunas para construir modernas mansões, desenhadas por arquitetos de renome, e são obrigados a escondê-las atrás de muralhas, como se vivessem nos tempos dos castelos medievais, dependendo de guardas que se revezam em turnos.

Os ricos brasileiros usufruem privadamente tudo o que a riqueza lhes oferece, mas vivem encalacrados na pobreza social. Na sexta-feira, saem de noite para jantar em restaurantes tão caros que os ricos da Europa não conseguiram frequentar, mas perdem o apetite diante da pobreza que ali por perto arregala os olhos pedindo um pouco de pão; ou são obrigados a restaurantes fechados, cercados e protegidos por policiais privados. Quando terminam de comer escondidos, são obrigados a tomar o carro à porta, trazido por um manobrista, sem o prazer de caminhar pela rua, ir a um cinema ou teatro, depois continuar até um bar para conversar sobre o que viram. Mesmo assim, não é raro que o pobre rico seja assaltado antes de terminar o jantar, ou depois, na estrada a caminho de casa. Felizmente isso nem sempre acontece, mas certamente, a viagem é um susto durante todo o caminho. E, às vezes, o sobressalto continua, mesmo dentro de casa.

Os ricos brasileiros são pobres de tanto medo. Por mais riquezas que acumulem no presente, são pobres na falta de segurança para usufruir o patrimônio no futuro. E vivem no susto permanente diante das incertezas em que os filhos crescerão. Os ricos brasileiros continuam pobres de tanto gastar dinheiro apenas para corrigir os desacertos criados pela desigualdade que suas riquezas provocam: em insegurança e inefficiência.

No lugar de usufruir tudo aquilo com que gastam, uma parte considerável do dinheiro nada adquire, serve apenas para evitar perdas. Por causa da pobreza ao redor, os brasileiros ricos vivem um paradoxo: para ficarem mais ricos têm de perder dinheiro, gastando cada vez mais apenas para se proteger da realidade hostil e inefficiente.

Quando viajam ao exterior, os ricos sabem que no hotel onde se hospedarão serão vistos como assassinos de crianças na Candelária, destruidores da Floresta Amazônica, usurpadores da maior concentração de renda do planeta, portadores de malária, de dengue e de verminoses. São ricos empobrecidos pela vergonha que sentem ao serem vistos pelos olhos estrangeiros.

Na verdade, a maior pobreza dos ricos brasileiros está na incapacidade de verem a riqueza que há nos pobres. Foi esta pobreza de visão que impediu os ricos brasileiros de perceberem, cem anos atrás, a riqueza que havia nos braços dos escravos libertos se lhes fosse dado o direito de trabalhar a imensa quantidade de terra ociosa de que o país dispunha. Se tivessem percebido essa riqueza e libertado a terra junto com os escravos, os ricos brasileiros teriam abolido a pobreza que os acompanha ao longo de mais de um século. Se os latifúndios tivessem sido colocados à disposição dos braços dos ex-escravos, a riqueza criada teria chegado aos ricos de hoje, que viveriam em cidades sem o peso da imigração descontrolada e com uma população sem miséria.

A pobreza de visão dos ricos impediu também de verem a riqueza que há na cabeça de um povo educado. Ao longo de toda a nossa história, os nossos ricos abandonaram a educação do povo, desviaram os recursos para criar a riqueza que seria só deles, e ficaram pobres: contratam trabalhadores com baixa produtividade, investem em modernos equipamentos e não encontram quem os saiba manejá-los, vivem rodeados de compatriotas que não sabem ler o mundo ao redor, não sabem mudar o mundo, não sabem construir um novo país que beneficie a todos. Muito mais ricos seriam os ricos se vivessem em uma sociedade onde todos fossem educados.

Para poderem usar os seus caros automóveis, os ricos construíram viadutos com dinheiro de colocar água e esgoto nas cidades, achando que, ao comprar água mineral, se protegiam das doenças dos pobres. Esqueceram-se de que precisam desses pobres e não podem contar com eles todos os dias e com toda saúde, porque eles (os pobres) vivem sem água e sem esgoto. Montam modernos hospitais, mas têm dificuldades em evitar infecções porque os pobres trazem de casa os germes que os contaminam. Com a pobreza de achar que poderiam ficar ricos sozinhos, construíram um país doente e vivem no meio da doença.

Há um grave quadro de pobreza entre os ricos brasileiros. E esta pobreza é tão grave que a maior parte deles não percebe. Por isso a pobreza de espírito tem sido o maior inspirador das decisões governamentais das pobres ricas elites brasileiras.

Se percebessem a riqueza potencial que há nos braços e nos cérebros dos pobres, os ricos brasileiros poderiam reorientar o modelo de desenvolvimento em direção aos interesses de nossas massas populares. Liberariam a terra para os trabalhadores rurais, realizariam um programa de construção de casas e implantação de redes de água e esgoto, contratariam centenas de milhares de professores e colocariam o povo para produzir para o próprio povo. Esta seria uma decisão que enriqueceria o Brasil inteiro - os pobres que sairiam da pobreza e os ricos que sairiam da vergonha, da insegurança e da insensatez.

Mas isso é esperar demais. Os ricos são tão pobres que não percebem a triste pobreza em que usufruem suas malditas riquezas.



### Sugestão de filme:



### CRASCH, NO LIMITE

#### Sinopse e detalhes

Jean Cabot (Sandra Bullock) é a rica e mimada esposa de um promotor, em uma cidade ao sul da Califórnia. Ela tem seu carro de luxo roubado por dois assaltantes negros. O roubo culmina num acidente que acaba por aproximar habitantes de diversas origens étnicas e classes sociais de Los Angeles: um veterano policial racista, um detetive negro e seu irmão traficante de drogas, um bem-sucedido diretor de cinema e sua esposa, e um imigrante iraniano e sua filha.

#### FICHA TÉCNICA

- Lançamento 28 de outubro de 2005 (1h52min)
- Dirigido por Paul Haggis
- Com Sandra Bullock, Don Cheadle, Matt Dillon
- Gênero: Drama, Suspense
- Nacionalidade: EUA

FONTE: Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

*"Em Los Angeles ninguém te toca. Estamos sempre atrás do metal e do vidro. Acho que sentimos tanta falta desse toque, que batemos uns nos outros só para sentir alguma coisa."* (Frase de Crash). Partindo de tal premissa, Crash é um filme que demonstra o retrato de uma sociedade marcada pelo preconceito. Este, no entanto, não é refletido na ingênua fórmula preto-branco, mas antes é demonstrado como uma realidade multicolorida e complexa: negros, brancos, muçulmanos, latinos, pobres, ricos. Tudo começa a partir do roubo de um carro de uma mulher rica. A partir de então uma série de incidentes acabam por aproximar habitantes de diversas origens étnicas e classes sociais de Los Angeles: um veterano policial racista e seu jovem parceiro passivo em relação às suas atitudes, um detetive negro e seu irmão traficante de carros roubados, um bem-sucedido diretor de cinema negro que finge ser budista para não ter exposta sua origem afrodescendente, um imigrante persa que possui um pequeno comércio que vive sendo assaltado, um trabalhador latino que luta para sustentar sua família. Todos estão lá como peões num intrincado tabuleiro de emoções que afloram conforme eles se encontram, ou melhor, se esbarram no acaso da vida do dia a dia. Nesses encontros, os personagens tomam consciência de quem realmente são e a maneira como conduzem suas vidas, muitas vezes patéticas.

FONTE: Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Crash\\_\(2004\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Crash_(2004))>. Acesso em: 2 abr. 2013.

O Brasil é um país de riquezas singulares. A mescla genética e cultural produziu um povo bonito, vasto, variado e rico. Rico em cultura, em biodiversidade, em água doce. A riqueza do Brasil é tanta que, dificilmente em outro país você terá o que encontra no Brasil. Em um mesmo país você encontra o clima quente e tropical e ao mesmo tempo, se preferir, poderá usufruir de belas paisagens invernais, com direito a neve e tudo. O Brasil também é rico pelo futebol. Somos os únicos pentacampeões e, em 2014, passaremos pela experiência de abrigar o maior evento do futebol mundial: a Copa do Mundo.

Além da riqueza, podemos nos considerar um povo bastante competitivo. Quase não toleramos derrotas, principalmente quando se fala em futebol. Aliás, Gilberto Dimenstein faz uma suposição que gostaríamos de compartilhar neste momento:

Suponha que a seleção brasileira de futebol não consiga passar das oitavas de final numa copa do mundo. Reação previsível: o país inteiro se sentiria humilhado, com o orgulho nacional ferido. A vergonha seria lembrada por gerações – assim como nunca esquecemos a derrota para o Uruguai em 1950. (DIMENSTEIN, 2006, p. 106).

Agora, observe a matéria a seguir:

### **Brasil fica em penúltimo lugar em ranking global de qualidade de educação**

Atualizado em 27 de novembro, 2012 - 09:52 (Brasília) 11:52 GMT

**O Brasil ficou em penúltimo lugar em um ranking global de educação que comparou 40 países levando em conta notas de testes e qualidade de professores, dentre outros fatores.**

A pesquisa foi encomendada à consultoria britânica *Economist Intelligence Unit* (EIU), pela Pearson, empresa que fabrica sistemas de aprendizado e vende seus produtos a vários países.

Em primeiro lugar está a Finlândia, seguida da Coreia do Sul e de Hong Kong.

Os 40 países foram divididos em cinco grandes grupos de acordo com os resultados. Ao lado do Brasil, mais seis nações foram incluídas na lista dos piores sistemas de educação do mundo: Turquia, Argentina, Colômbia, Tailândia, México e Indonésia, país do sudeste asiático que figura na última posição.

Os resultados foram compilados a partir de notas de testes efetuados por estudantes desses países entre 2006 e 2010. Além disso, critérios como a quantidade de alunos que ingressam na universidade também foram empregados.

*Ranking Pearson-EIU*

- |                    |                      |
|--------------------|----------------------|
| 1. Finlândia       | 21. Suécia           |
| 2. Coreia do Sul   | 22. República Tcheca |
| 3. Hong Kong       | 23. Áustria          |
| 4. Japão           | 24. Itália           |
| 5. Cingapura       | 25. França           |
| 6. Grã-Bretanha    | 26. Noruega          |
| 7. Holanda         | 27. Portugal         |
| 8. Nova Zelândia   | 28. Espanha          |
| 9. Suíça           | 29. Israel           |
| 10. Canadá         | 30. Bulgária         |
| 11. Irlanda        | 31. Grécia           |
| 12. Dinamarca      | 32. Romênia          |
| 13. Austrália      | 33. Chile            |
| 14. Polônia        | 34. Turquia          |
| 15. Alemanha       | 35. Argentina        |
| 16. Bélgica        | 36. Colômbia         |
| 17. Estados Unidos | 37. Tailândia        |
| 18. Hungria        | 38. México           |
| 19. Eslováquia     | 39. Brasil           |
| 20. Rússia         | 40. Indonésia        |

FONTE: Reportagem atualizada em 27 de novembro, 2012 - 09:52 (Brasília) 11:52 GMT.

Vejam que a reportagem data do dia 27 de novembro de 2012 e realmente, naquela semana, nos lembramos da veiculação destes resultados pelos maiores meios de comunicação do país. Afinal, um resultado que causa bastante preocupação, quando se percebe inserido dentro de uma sociedade global em que a informação e o conhecimento jamais foram tão valorizados na história humana. Entretanto, depois de algumas reportagens e reflexões sinceras de grupos diretamente envolvidos e preocupados com a educação, na mídia, e quiçá em outras esferas, caiu em esquecimento. Achamos improvável que daqui a sessenta e poucos anos nos lembremos deste resultado, para brincar com a colocação de Dimenstein, que relembra a derrota da seleção brasileira para a seleção do Uruguai em 1950.

Dimenstein completa dizendo que:

Esse resultado é mais um entre tantos indicadores a mostrar que, apesar de todos os avanços, a educação no Brasil não está conseguindo nem remotamente se aproximar das demandas da sociedade do conhecimento. Esse jogo só vai virar quando as pessoas reservarem pelo

menos um quinto da atenção destinada ao futebol para as escolas, mas especialmente, as públicas. (DIMENSTEIN, 2006, p. 106).

Talvez no futuro, esse fato fique lembrado como o fato histórico que produziu uma legião de excluídos, que por não terem tido acesso aos saberes que demanda a sociedade do conhecimento, não se tornaram cidadãos competitivos do ponto de vista profissional. Ou, quem sabe, esse resultado fique na história como o sinal de alerta de que não é mais possível conduzir a educação brasileira relegando-a a segundo plano.

Mesmo cientes de que não há uma solução “simples, rápida e barata. A escola só conseguirá cumprir sua missão de criar indivíduos autônomos se houver uma ampla integração com a comunidade, compensando a defasagem cultural de seus alunos” (DIMENSTEIN, 2006, p.106).

É importante lembrar que além do baixo desempenho, a educação brasileira ainda enfrenta dois outros grandes problemas, a evasão e a repetência. Quando, por qualquer motivo, a criança deixa a escola, “fonte primária de cidadania”, estará sujeita à perda de outros direitos. Engrossará, no futuro, a fila do desemprego ou do subemprego, para falar apenas de um prejuízo.

Segundo Dimenstein e Giansanti (2005),

O Brasil entrou no terceiro milênio com uma grande parte de seus habitantes vivendo na condição de analfabetos funcionais. Estima-se que componham a metade dos 170 milhões de brasileiros. O que significa, em poucas palavras, que eles são capazes de ler um texto mais sofisticado, mas pouco conseguem entender, o que os deixa marginalizados numa sociedade que exige cada vez mais preparo dos trabalhadores. (DIMENSTEIN; GIANSONTI, 2005, p. 65).

O que agrava a situação é que o pouco da média de anos que o brasileiro permanece na escola não está edificando um cidadão capaz de *se virar* na sociedade. Desta exclusão de que nos falam os autores acima decorrem outros tipos de exclusão: a profissional, a digital, a econômica, a habitacional etc. Por esse motivo, o quesito educação, componente do 26º artigo da Declaração Universal dos Direitos do Homem, merece ser tratada como prioridade, pois dela vai depender o acesso a muitos outros direitos humanos. A educação, como direito humano, disputa com outros prejuízos historicamente acumulados no Brasil. Pensando no quesito história, queremos lembrar que a crise da educação brasileira vem de longa data. Culmina com a expulsão dos padres jesuítas em 1759, que ensinavam saberes básicos de leitura e aritmética a praticamente todas as povoações, incluindo adultos. Dimenstein e Giansanti (2005, p. 65) mostram que,

Do século XVI ao XVIII, era a Coroa que doava subsídios aos jesuítas para ensinarem as “primeiras letras” e o latim às crianças. Eles fundavam colégios em quase todas as vilas que surgiam. Isso transformou a ordem religiosa em uma instituição com grande poder dentro do país. Ou seja: os jesuítas agiam com grande autonomia e não respeitavam as determinações vindas dos governos. Então começaram a surgir muitos

conflictos entre eles e o governo do rei José I (1750-1777), representado por seu Primeiro-ministro, o Marquês de Pombal.

Até agora, nenhuma legislação educacional parece ter dado conta da complexidade da educação brasileira. A Lei nº 9394/96, atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conseguiu muitos avanços, principalmente ao possibilitar uma flexibilidade curricular que respeita as nuances culturais do Brasil. Entretanto, a resolução do problema da educação evoca uma complicada equação, onde entram variáveis sociais, econômicas e valorativas. No âmbito da preparação cidadã, não há elemento mais importante.

### PRIMEIRA LIÇÃO

*Lêdo Ivo*

Na escola primária

Ivo viu a uva

e aprendeu a ler.

Ao ficar rapaz

Ivo viu a Eva

e aprendeu a amar.

E sendo homem feito

Ivo viu o mundo

seus comes e bebes.

Um dia num muro

Ivo soletrou

a lição da plebe.

E aprendeu a ver.

Ivo viu a ave?

Ivo viu o ovo?

Na nova cartilha

Ivo viu a greve

Ivo viu o povo.

Educação como elemento de superação, como plataforma de enfrentamento das mazelas do cotidiano, como legítima catalisadora dos demais direitos humanos. Como movimento emancipatório.

A seguir, citamos o artigo 26º da DUDH e o seu correspondente indígena, para lembrar a educação também como medida equalizadora para todos os povos que compõem o mosaico cultural brasileiro.

## Artigo XXVI

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

### **A tradução indígena do artigo 26**

A criança indígena é educada para a vida através dos ensinamentos da mulher e do homem, aprendendo a língua, os costumes e as tradições de seu povo, para o pleno desenvolvimento de sua personalidade individual e comunitária, seguindo os princípios da liberdade, da coragem, da tolerância e da paz. Após o contato, o Estado tem o dever de criar mecanismos educativos para o índio, considerando esses valores históricos e as novas incertezas no relacionamento com a sociedade envolvente. (DIREITOS HUMANOS NO COTIDIANO, 2001).

## 3.2 MEIO AMBIENTE

A consolidação de uma carta ou pelo menos um rol de intenções preservacionistas em âmbito universal é tardia, assim como ocorreu com os direitos humanos de um modo geral. A associação meio ambiente e natureza ou o direito a um ambiente saudável como um direito humano é ainda mais tardia. Entretanto, já desde a antiguidade, no caminhar da história ambiental, surgiram documentos que procuravam regular o uso dos recursos do meio, temendo sua escassez.

Renato Guimarães Jr., em interessante estudo sobre a história do direito ambiental, lembra que documentos como o Código Hamurábi, o Livro dos Mortos do antigo Egito e o hino persa de Zaratustra já demonstram a preocupação dessas antigas civilizações com o respeito à natureza. A preservação do meio ambiente também foi uma preocupação da lei mosaica, quando determinava que, em caso de guerra, fosse poupadão arvoredo. (MARUM, 2011, p. 1327).

De maneira formal e internacionalizada, a primeira referência ao meio ambiente como valor a ser protegido consta no artigo 12 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. Neste pacto, a melhora das condições ambientais surge como condição ou meio para se usufruir o direito à

saúde, fortemente ameaçada por fatores como poluentes e doenças epidêmicas que caracterizavam um risco ambiental.

Entretanto, foi apenas em 1972, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, que surge o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA. Relativo ao meio ambiente, este tem sido o equivalente ao que a Declaração Universal dos Direitos Humanos é para a proteção dos direitos do homem.

No princípio 1 da “Declaração de Estocolmo” proclama-se: “O homem tem direito fundamental à liberdade, igualdade e adequadas condições de vida, num meio ambiente cuja qualidade permita uma vida de dignidade e bem-estar, e tem a solene responsabilidade de proteger e melhorar o meio ambiente, para a presente e para as futuras gerações”. (MARUM, 2011, p. 1328).

Em 1992, no Rio de Janeiro realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da qual resultou a “Declaração do Rio”. Nesta mesma conferência também foram aprovadas a “Convenção Sobre Mudança Climática, a Agenda 21 e a Convenção Sobre Diversidade Biológica”. Em nível internacional temos ainda a Conferência de Johanesburgo, em 2002, na África do Sul, e a Rio + 20, ocorrida em junho de 2012, no Rio de Janeiro. Cada conferência com uma tônica em particular, mas todas elas empenhadas em buscar o compromisso dos países participantes para com a preservação do meio ambiente. Na Unidade 3 do nosso Caderno de Estudos aprofundaremos o assunto sobre estas importantes conferências.

Nossa intenção neste momento é qualificar o meio ambiente equilibrado como um direito fundamental humano, o que certamente concorre para uma proteção mais efetiva do mesmo, em nível nacional ou internacional. Sobre este quesito, a Conferência de 2002 (Rio + 10) foi a que melhor conseguiu equacionar a questão ambiental com os preceitos sociológicos. Acompanhe a leitura de um dos textos que tramitaram nesta conferência:

### Do Rio a Johanesburgo: O Que é Bom para as Mulheres é Bom para o Mundo

Danielle Nierenberg

Durante a década de 90, várias das principais conferências das Nações Unidas ressaltaram a importância da inclusão das mulheres no desenvolvimento sustentável. Mas, apesar dos compromissos no papel, houve muito pouca ação. A igualdade real e significativa entre mulheres e homens exigirá muito mais do que a inserção de um parágrafo aqui ou ali nos documentos emitidos numa convenção das Nações Unidas ou em leis nacionais. A miopia de gênero – ou cegueira às questões femininas – ainda distorce as políticas ambientais, econômicas e da saúde. Hoje, uma década após a Conferência das Nações

Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, Brasil, governos, agências de desenvolvimento e até mesmo algumas ONGs continuam firmemente patriarcais. Apesar da crença generalizada de que as mulheres “avançaram muito” na conquista da melhoria social e econômica, continuam a enfrentar muitos dos mesmos obstáculos de uma década atrás. E em alguns casos, estes problemas se tornaram ainda mais intimidantes.

Na Rio-92, as mulheres se uniram como nunca e apresentaram uma visão de um mundo onde todas as mulheres seriam instruídas, livres de violência e capazes de fazer suas próprias escolhas reprodutivas. Como consequência dessa mobilização, a Declaração do Rio e a Agenda 21 determinaram a participação plena das mulheres no desenvolvimento sustentável e a melhoria de sua situação em todos os níveis da sociedade.

O trabalho que começou na Conferência de 92 não terminou no Rio. Devido aos esforços das ONGs femininas lá, a saúde e os direitos humanos das mulheres foram incluídos na agenda internacional. A Agenda 21 do Rio abriu caminho para a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) no Cairo, Egito, em 1994. O Programa de Ação do Cairo reafirmou os direitos das mulheres e sua participação equitativa em todas as esferas da sociedade, como pré-requisito para a melhoria do desenvolvimento humano.

As declarações e promessas feitas nessas conferências foram os primeiros passos significativos para a melhoria de vida das mulheres, porém ainda resta muito a fazer. Consideremos a estatística abaixo, divulgada pelas Nações Unidas e outras organizações ambientais e de saúde:

- Mais de 350 milhões de mulheres em todo o mundo não dispõem de acesso a serviços de planejamento familiar.
- Mais de 500.000 mulheres morrem, anualmente, de complicações durante a gravidez e o parto.
- O crescimento populacional ainda está acelerado nas 48 nações menos desenvolvidas – aproximadamente 80 milhões de pessoas são adicionadas ao planeta, anualmente. Muitas delas nascem em locais onde a falta de infraestrutura e serviços públicos limita o tempo de vida tanto de jovens quanto de idosos.
- A maior geração de jovens da história da humanidade – 1,7 bilhões de pessoas entre 10 e 24 anos – está prestes a entrar em seu período reprodutivo. A onda jovem ocorre ao mesmo tempo em que o financiamento internacional para planejamento familiar e contraceptivos, especialmente dos Estados Unidos, foi abolido. Consequentemente, muitos dos jovens ficam privados de orientação e dos mecanismos para se protegerem de gravidezes indesejadas, relacionamentos violentos e doenças sexualmente transmissíveis.

- Em quase todo o mundo em desenvolvimento, a maioria das novas infecções de HIV/AIDS ocorre em jovens, sendo as mulheres as mais particularmente vulneráveis. Na África subsaariana, onde a AIDS se dissemina mais rapidamente do que em qualquer outro local do planeta, as mulheres representam 55 por cento de todos os novos casos de HIV. A maioria delas não tem autonomia sexual para recusar o sexo ou exigir que seus “parceiros” utilizem preservativos.
- A violência de gênero assume várias formas e aflige moças e mulheres durante toda a vida. Mundialmente, uma em cada três mulheres é agredida, forçada ao sexo ou sujeita a abusos durante sua existência. Na China e na Índia, cerca de 60 milhões de moças são consideradas “desaparecidas” devido a abortos sexo-seletivos, infanticídio feminino e desprezo. Mais de 2 milhões de mulheres são submetidas à mutilação genital, anualmente, levando a uma vida de sofrimento e trauma psicológico.
- Apesar dos avanços da educação, tanto para meninas e meninos, dois terços dos 876 milhões de analfabetos no mundo são mulheres. Em 22 países africanos e 9 asiáticos, a matrícula feminina é inferior a 80 por cento da masculina, e apenas cerca de metade das moças nos países menos desenvolvidos continua na escola após a 4<sup>a</sup> série.
- Em grande parte do mundo, lares de mães solteiras abrigam um número desproporcional de crianças pobres.
- Globalmente, as mulheres ganham, em média, dois terços a três quartos da remuneração masculina para o mesmo trabalho. Além disto, as mulheres desempenham a maior parte do trabalho invisível – mantendo a casa, cozinhando, recolhendo lenha e água, cuidando dos filhos, jardimando – que sustenta o ambiente doméstico. A maioria da contabilidade econômica oficial não prevê o valor do trabalho invisível. Se fosse “contabilizado” seria avaliado em cerca de um terço da produção econômica mundial.
- As mulheres estão enormemente sub-representadas em todos os níveis de governo e em instituições internacionais. Em 2000, as mulheres detinham apenas 14 por cento de participação nos parlamentos mundiais. Nas Nações Unidas, as mulheres compunham apenas 21 por cento da alta administração, em 1999.

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, na África do Sul, é uma oportunidade para os líderes mundiais eliminarem essas desigualdades, reconhecendo que o que é bom para as mulheres é bom para o mundo. Além de incrementar os direitos humanos, a melhoria de vida das mulheres inclui uma vasta gama de benefícios colaterais – desde menor crescimento populacional e diminuição da taxa de mortalidade infantil, até melhor gestão de recursos naturais e economias mais saudáveis. Para que ocorram mudanças efetivas de gênero e população, as nações deveriam adotar as seguintes medidas:

- Cumprir ou vencer as metas estabelecidas em Cairo e remover as barreiras ao tratamento da saúde reprodutiva e abrangente, em nível nacional. No Cairo, os países concordaram em gastar US\$ 17 bilhões anuais (em dólares de 1993) até 2000 para fornecer acesso universal aos serviços básicos de saúde reprodutiva a todos, até 2015. Ironicamente, as nações mais pobres do mundo estão mais próximas de atingir as metas do Cairo do que os países mais ricos – despendendo quase 70 por cento do seu compromisso. As nações ricas, por outro lado, não atingiram nem 40 por cento do seu compromisso do Cairo.
- Agir junto aos Estados Unidos para remover as barreiras ao financiamento internacional para planejamento familiar. A lei da mordaça global que proíbe o financiamento dos Estados Unidos a agências internacionais que simplesmente mencionem o aborto a seus clientes, deve ser sumariamente abolida pelo Presidente Bush. O governo também deve cumprir sua promessa de US\$ 34 milhões para o Fundo de População das Nações Unidas.
- Aumentar o número de mulheres na administração pública. A WEDO [Organização Feminina para o Meio Ambiente e Desenvolvimento] e outros grupos reclamam uma representatividade 50/50 em todos os níveis – desde conselhos de vilarejos até o mais alto escalão dos parlamentos nacionais. Na África do Sul – onde foi estabelecido um sistema de cotas em 2000 – as mulheres estão gradativamente conquistando assentos na Assembleia Nacional, detendo, hoje, 8 das 29 cadeiras.
- Remover obstáculos que impedem a matrícula e acesso de meninas às escolas. Estudo após estudo revela que moças com maior grau de instrução não apenas têm menos filhos, mas também mais saúde para si e seus filhos. No Egito, apenas 5 por cento das mulheres que permaneceram além do primário tinham filhos ainda na adolescência, enquanto mais da metade das mulheres sem instrução se tornaram mães nessa idade.
- Educar homens e meninos sobre a importância da igualdade de gênero e compartilhamento de responsabilidades. Estereótipos e expectativas culturais sobre a masculinidade impedem muitos homens de assumir responsabilidade pela saúde reprodutiva e pelos cuidados com as crianças. Alguns se sentem ameaçados pela independência das mulheres e expressam sua macheza pela violência ou pela retenção da renda familiar. À medida que mudam os papéis dos homens, o esforço para incluí-los no planejamento familiar e saúde reprodutiva está adquirindo ímpeto. Na Nicarágua, workshops para desaprender o machismo e melhorar as técnicas de comunicação resultaram em menos violência doméstica. E em Máli, voluntários masculinos foram treinados para prestar informação sobre saúde reprodutiva e planejamento familiar, e distribuir preservativos.

- Aumentar a conscientização dos jovens sobre questões de saúde reprodutiva, inclusive HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. Em países como Uganda e Senegal, o compromisso governamental à educação sobre AIDS, tanto em nível nacional quanto local, ajudou a controlar a epidemia nessas nações. No México, programas de aconselhamento-parceiro fazem com que jovens conversem e sejam educados por jovens sobre saúde sexual, melhorando a comunicação entre as gerações sobre a sexualidade e planejamento familiar.
- Promulgar e aplicar legislação firme para proteger as mulheres contra a violência. Muitas leis nacionais não resguardam as mulheres de relacionamentos violentos ou impossibilitam processar homens por agressões, estupro e outras formas de abuso. Alguns países – México e Filipinas, por exemplo – reformaram sua legislação sobre o estupro, considerando o ato como “um crime contra a liberdade individual.” Em Belize e Malásia, leis e códigos penais foram alterados, passando a considerar a violência doméstica como crime.

FONTE: NIERENBERG, Danielle. WWI – World Watch Institute. Disponível em: <[http://www.wwiuma.org.br/riodez\\_mulher.htm](http://www.wwiuma.org.br/riodez_mulher.htm)>. Acesso em: 2 abr. 2013.

## 4 A DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE COMO VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Você já se sentiu privado de um direito ou tendo um direito seu violado ou desrespeitado? Uma cobrança injusta, um erro médico, o excesso de impostos pagos, o resultado de uma prova trazendo uma nota mais baixa do que você achou que merecia?

Situações semelhantes muitas vezes nos levam à indignação. Não raro, procuramos nossos direitos, recorrendo a órgãos, pessoas ou mesmo autoridades que possam interceder e nos restituir do prejuízo.

Mas, o que você sente ou qual a sua reação quando vê um rio poluído, ouve um relato de pesca predatória, constata que o lixo da cidade é o grande responsável por alagamentos e inundações ou mesmo quando sente que, em determinada hora do dia, o ar na sua cidade se torna irrespirável?

Você procura alguém, discute, reclama seu direito? Ou até que ponto não se sente corresponsável pela situação degradante?

Enquanto reflete sobre estas questões, acompanhe a matéria a seguir:

## Poluição mata mais de dois milhões de pessoas por ano no mundo, diz OMS

27 de setembro de 2011 - Notícias

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que, anualmente, mais de dois milhões de pessoas podem morrer no mundo por problemas respiratórios causados pela poluição. Para alertar sobre os riscos à saúde provocados pela baixa qualidade do ar, a agência divulgou nesta segunda-feira (26/9) um estudo que abrange cerca de 1,1 mil cidades, em 91 países (\*). No Brasil, foram considerados 68 pontos de medição em quatro estados – Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Somente as regiões de Belo Horizonte, Pontal do Paranapanema (SP) e Ibirité (MG) estão dentro do limite aceitável de poluição.

A região mais poluída dentre as verificadas no Brasil é a metropolitana do Rio de Janeiro, com índice mais de três vezes acima do tolerável. Em segundo lugar vem Cubatão, no litoral paulista. Na sequência estão a região de Atibaia e Vinhedo (SP) e a região metropolitana de São Paulo, com quase o dobro do limite recomendado. Outras regiões como Ribeirão Preto, São José dos Campos e Sorocaba, além do Centro, Noroeste e Oeste do estado de São Paulo, também apresentam índices preocupantes, assim como Curitiba, Betim (MG) e Volta Redonda (RJ).

Indústrias e transportes motorizados estão entre os maiores poluidores tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. Desde 2004, o número de pessoas que morrem de causas relacionadas à poluição vem crescendo, mas milhões de vidas poderiam ter sido poupadadas se as orientações da OMS fossem seguidas. Com este relatório, a OMS pede a implementação de políticas efetivas e o monitoramento da situação destas cidades.

(\*) Os dados foram compilados a partir de relatórios governamentais disponibilizados na internet de 2008 a 2011, entretanto, cada país pode ter informações mais atualizadas.

FONTE: Disponível em: <<http://www.onu.org.br/poluicao-mata-mais-de-dois-milhoes-de-pessoas-por-ano-no-mundo-diz-oms/>>. Acesso em: 3 abr. 2013.

Como você pode perceber, além do prejuízo para a vida natural, o prejuízo humano, na nossa própria perspectiva, muitas vezes é irreparável. Afinal, como restituir a vida de todas estas pessoas vitimadas pela poluição? Como garantir ao recém-nascido seu direito legítimo de respirar ar puro, livre de poluentes?

Apesar de todas as lutas travadas em prol do ambiente, como você pôde observar no breve relato que fizemos sobre a origem das advertências e declarações sobre a depredação do ambiente natural, tudo mostra que estamos pouco indignados com o potencial da degradação ambiental ameaçar a vida e excluir um futuro digno a nossos descendentes.

Na nossa classificação dos Direitos Humanos em gerações, no Tópico 1 desta unidade, você observou que dentro dos direitos de terceira geração, sob a égide da fraternidade está o direito à paz, ao desenvolvimento, patrimônio, autodeterminação dos povos, comunicação e **meio ambiente**.

No tocante a este direito, Bobbio (1992, p. 6) diz que “emergiram hoje os chamados direitos de terceira geração (...). O mais importante deles é o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito a viver num ambiente não poluído”.

FIGURA 18 – MANIFESTAÇÃO DURANTE O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, MUMBAI – ÍNDIA (JANEIRO DE 2004)



FONTE: As autoras



Na inscrição da figura anterior: “O Norte tem uma dívida histórica, social e ecológica com o Sul”.

Convém lembrar o *caput* do art. 225 da Constituição Federal de 1988, que apresenta a seguinte redação: “**Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Está convencido agora do seu poder e o seu dever de indignação?

## 5 CIDADANIA AMBIENTAL

O entendimento de que a crise socioambiental não é somente uma crise individual, da má distribuição das riquezas, mas uma crise de valores, uma crise civilizatória, evoca o exercício da cidadania para além da denúncia, mas num engajamento coletivo de autoridades, agricultores, operários, jovens, grupos minoritários, entre outros.

Gutiérrez e Prado (1999, p. 16) afirmam que “A cidadania ambiental compreende as obrigações éticas que nos vinculam tanto à sociedade como aos recursos naturais do planeta, de acordo com nosso papel social e na perspectiva do desenvolvimento sustentável”.

Desde 1996 esta nova realidade consolidou-se em um programa da Comissão da Organização das Nações Unidas, chamado Cidadania Ambiental Global. O objetivo central desta nova perspectiva é tratar as questões ambientais a partir da compreensão dos direitos e responsabilidades dos cidadãos, mobilizando assim ações em toda comunidade.

O cidadão deve recuperar controle de sua vida cotidiana e de seu destino econômico, social e ambiental. Agora que os setores público e privado deixaram de ser capazes de garantir algumas das necessidades fundamentais das pessoas, o cidadão tem de buscar formas de associação para constituir-se numa força própria, num terceiro setor, que faça o contrapeso aos outros dois setores e que amortize os efeitos das forças impessoais do mercado globalizado. (GUTIÉRREZ; PRADO, 1999, p. 16).

É a partir da associação em conselhos locais, cooperativas e associações da sociedade civil que a cidadania ambiental se consolida de forma democrática. A formulação de políticas públicas coerentes com o desenvolvimento social e ambiental parte essencialmente do engajamento destes grupos. É a partir da participação local que se pode atentar para os problemas globais. Gutierrez e Prado (1999, p. 16) nos chamam a atenção para o que qualificam de Cidadania Planetária: “A derrubada da floresta amazônica não é apenas um fato local: é um atentado contra a cidadania planetária”.

O entendimento dos problemas locais e globais como ligados a uma mesma teia dinâmica desvela uma nova forma de pensar os problemas ambientais. De certa forma é pensar que o meu problema com o lixo não termina quando a coleta é feita, o meu problema de energia não termina com a modernização da rede elétrica, mas que impacta nas condições de vida de populações desalojadas quando o aumento da demanda requer novas e imensas extensões de terra para continuar a prover conforto para uma sociedade energívora.

Compreender que, ao mesmo tempo em que uma cúpula de pessoas pensa em como reduzir e otimizar o uso dos recursos naturais, um outro grupo, muito maior, dedica-se a pensar em maneiras de *aquecer* a economia, muitas vezes por meio do consumo de bens supérfluos e desnecessários. Conforme salienta Gadotti apud Gutiérrez & Prado (1999, p. 16), “uma coisa é ser cidadão da terra e outra é ser capitalista da terra. A construção de uma cidadania planetária ainda tem um longo caminho a percorrer no interior da globalização capitalista”.

## LEITURA COMPLEMENTAR

### SOBRE OS ANJOS QUE NOS CERCAM

Marcos Rolim

Por toda a volta os seres humanos resistem. Por onde quer que nosso olhar se debruce a vida persiste. As sentenças todas, a humilhação e a dor, não são capazes de deter a esperança, nem de exilar a felicidade. Por toda a volta os seres humanos resistem.

Às vezes, se olharmos bem, parecem anjos avessos. Anjos de pés fincados no barro que entoam cânticos e que se amam; anjos com asas surpreendentes que contornam o frio; anjos caídos, cobertos da poeira do céu e do inferno. Por toda a volta há anjos assim, feitos de luz e olhos.

Há anjos pequenos nas sinaleiras das grandes cidades; anjos confusos, metade crianças, metade fome e fumaça. Há anjos femininos que sobrevoam os parques e que dão à luz nos corredores dos hospitais. Há anjos velhos esquecidos e desabrigados. Há anjos que se deitam nas praças ou nos abrigos de ônibus e que despertam envoltos pelo álcool e o fogo. Há anjos tortos, mancos; anjos cegos, surdos. Há anjos sob lonas às margens das rodovias; há anjos nus pelas florestas. Anjos que se arrastam e anjos que sonham; anjos belos e anjos feios; anjos com sexo que beijam e nos acariciam. Por toda a volta há anjos assim, feitos de boca e súplica. Há anjos presos, anjos loucos; anjos negros, anjos brancos. Nos calabouços, há fragmentos de suas asas pelas paredes. Há anjos pelos prostíbulos envoltos em lençóis e suspiros. Pelas ruas há anjos que nos protegem e anjos que nos perseguem. Há anjos ébrios, anjos drogados; anjos que partiram de si mesmos e anjos que se partiram em pedaços. Há anjos com vírus, há anjos com botas, anjos com estrelas no peito, há anjos tatuados e anjos que caminham de mãos dadas.

Alguns entre nós aprenderam a reconhecer estes anjos e travam com eles a luta mais importante. Sabem que os anjos desejam, sobretudo, serem tratados como seres humanos. Por isso, caminham misturados no seu caminho, oferecem acolhida aos seus movimentos e constroem com eles uma renovada vontade de voar. Os militantes dos Direitos Humanos propõem este encontro e seguem com seus corações repletos de anjos que se ergueram e cerraram seus punhos; anjos que possuem nome próprio, anjos próximos que lhes dão o motivo para prosseguir.

Lembremo-nos dos anjos avessos que nos cercam. Que eles sejam, todos, reconhecidos como iguais e plenos de direitos. E que sigam únicos, diversos, apaixonadamente humanos.

FONTE: Disponível em: <[http://www.tempodepoesia.name/sobreosanjos\\_mr.htm](http://www.tempodepoesia.name/sobreosanjos_mr.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2013.

# RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico você estudou que:

- A dignidade humana está fundada no conjunto de direitos inerentes à pessoa, liberdade e igualdade, como também no conjunto de direitos coletivos, sociais, econômicos e culturais.
- A condição de dignidade não permite discriminação, seja de naturalidade, cor, sexo, idade, crenças, classe social, orientação sexual.
- Como um valor em si mesma, a dignidade humana é objeto de defesa do Estado, que deve prever condições mínimas para que todos os cidadãos tenham uma vida digna.
- Quanto aos direitos de segurança, indicamos três elementos como condições para a autoconfiança, de que depende a capacidade de pensar e agir racionalmente: a segurança, a certeza e a existência de garantias.
- No quesito educação, no cenário internacional o Brasil está em uma posição sofrível. Sendo a educação um elemento de superação, uma plataforma de enfrentamento das mazelas do cotidiano, e legítima catalisadora dos demais direitos humanos, os prejuízos de uma educação deficitária podem reverberar em muitos outros aspectos da dignidade humana.
- Dentro dos direitos de terceira geração, sob a égide da fraternidade está o direito à paz, ao desenvolvimento, patrimônio, autodeterminação dos povos, comunicação e **meio ambiente**.
- O direito a um meio ambiente equilibrado também está assegurado na Constituição Federal de 1988, que no *caput* do art. 225 expressa: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

## AUTOATIVIDADE



1 No decorrer desta unidade você aprendeu que a dignidade humana é um valor em si mesmo. Fundada no conjunto de direitos inerentes à pessoa. Cite exemplos de pessoas ou grupos que se encontram privados deste direito:



2 Qual é o sentido da segurança, da certeza e da garantia no atual momento vivido em sociedade?



3 Quais são os riscos decorrentes de se relegar a educação a um segundo plano?



4 Considerando sua opinião particular, o que você tem a dizer sobre a relação Destrução do Meio Ambiente e violação dos Direitos Humanos?



5 O que é cidadania ambiental?



# UNIDADE 3



## POLÍTICA AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

### OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

**A partir desta unidade você será capaz de:**

- apresentar as principais políticas públicas ambientais conforme a evolução histórica da legislação ambiental brasileira;
- caracterizar os pilares de alicerce do desenvolvimento sustentável;
- debater sobre os modelos de desenvolvimento sustentável e as tecnologias “verdes”;
- retratar sobre as ferramentas de gestão socioambiental para a sustentabilidade.

### PLANO DE ESTUDOS

A Unidade 3 está dividida em três tópicos. Você encontrará, no final de cada um deles, uma leitura complementar e atividades que contribuirão para a compreensão dos conteúdos abordados.

**TÓPICO 1 – FUNDAMENTOS POLÍTICOS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE**

**TÓPICO 2 – SUSTENTABILIDADE – DOS MARCOS HISTÓRICOS AOS PILARES DE ALICERCE**

**TÓPICO 3 – FERRAMENTAS INTERNACIONAIS PARA A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS**



## FUNDAMENTOS POLÍTICOS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

### 1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas e as problemáticas ambientais possuem estreita relação devido às questões ambientais históricas, ou seja, demanda de recurso naturais, exploração, proteção dos recursos e demandas socioambientais. As demandas sociais determinam intervenções político-administrativas e essas são dadas por meio de aparatos legais e políticas públicas.

As demandas ambientais vêm se configurando em demandas socioambientais com o passar do tempo, o que exige mudança de atitude e do seu contexto político, tanto no espaço quanto no tempo, tornando-se necessário e urgente novas medidas e olhares. No Brasil, país em desenvolvimento e caracterizado em sua maioria por democracias não consolidadas, as particularidades sociais, econômicas, ambientais e políticas exigem uma adaptação do conjunto de instrumentos que englobam principalmente a dinâmica político-decisória, de modo a consolidar práticas participativas, acessíveis e realizáveis em todos os níveis sociais.

É partindo desse contexto socioambiental e político que iremos nos aprofundar nesse tópico, abordando as políticas ambientais brasileiras voltadas para a proteção do meio ambiente. Vamos lá!

### 2 QUESTÕES AMBIENTAIS – UMA REFLEXÃO SOCIOAMBIENTAL

À medida que a população mundial aumenta, também cresce sua capacidade de intervir na natureza na busca de satisfazer suas necessidades e desejos crescentes. Paralelo ao fato, surgem conflitos e tensões quanto ao uso do espaço e dos **recursos**.

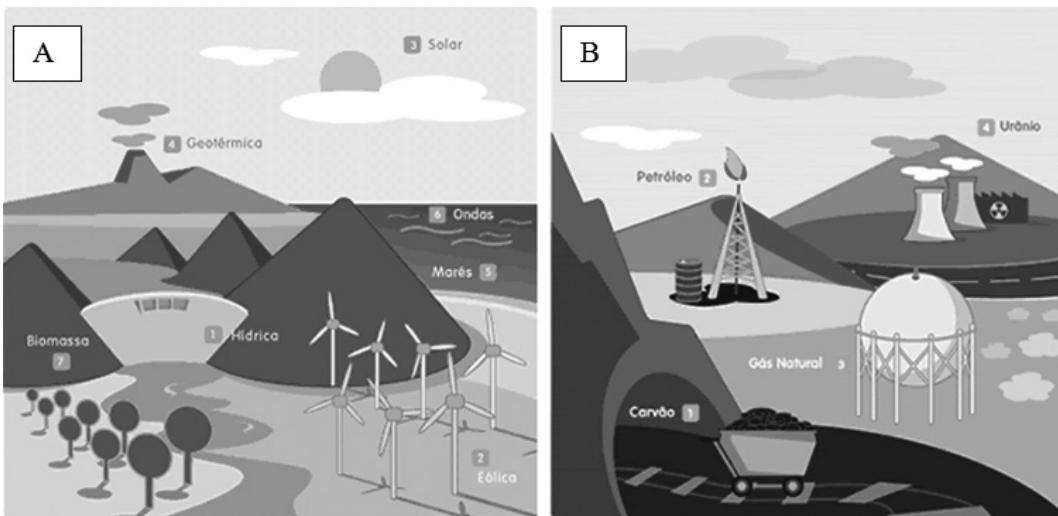


**Recurso** é qualquer coisa que podemos obter do meio ambiente para satisfazer nossas necessidades e demandas. Em geral são classificados como (figura a seguir):

- **Renováveis** (ar, água, solo, floresta), desde que não o utilizemos mais rapidamente do que a natureza pode renová-lo.
- **Não renováveis** (cobre, petróleo, carvão), que somente se tornam úteis depois de passar por processos de engenharia tecnológica, como, por exemplo, o petróleo que se converte em gasolina, óleo para aquecimento e outros produtos (MILLER; SPOOLMAN, 2012).

Nesse contexto, chamamos de **produção sustentável** a maior taxa em que podemos utilizar um recurso renovável indefinidamente sem reduzir sua oferta.

FIGURA 19 – RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (A) E NÃO RENOVÁVEIS (B)



FONTE: Wiskispaces. Disponível em: <<http://cristinalbino.wikispaces.com/2+Recursos+energ%C3%A9ticos>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

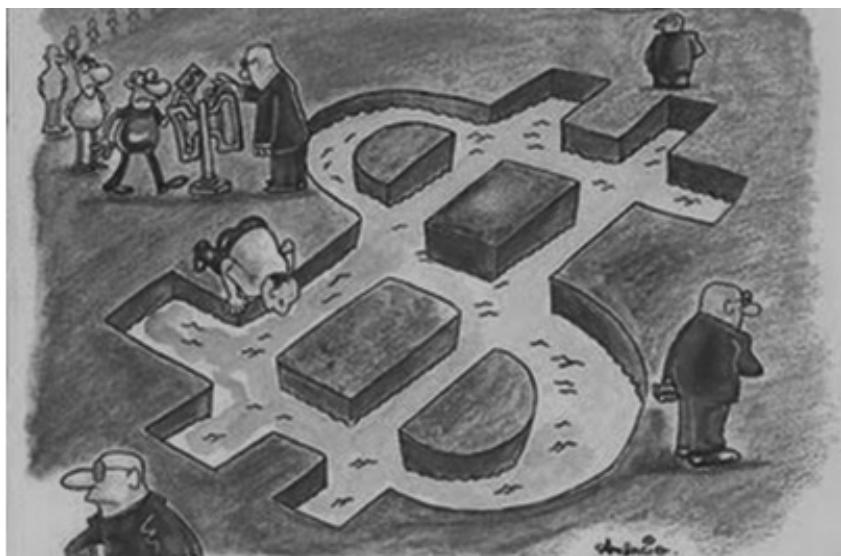
Com a industrialização, podemos dizer que se impôs um novo modelo civilizatório, alicerçado na industrialização. Avançou-se significativamente a produção e organização do trabalho, a mecanização da agricultura, o uso de agroquímicos e, principalmente, a concentração populacional nas cidades.



As maiores causas dos problemas ambientais estão no crescimento populacional, no uso insustentável e pouco eficiente de recursos, na pobreza e a falta de inclusão dos custos ambientais do uso dos recursos nos preços de mercado de bens e serviços.

A exploração dos recursos naturais se intensificou nas últimas décadas e adquiriu características diferenciadas com as revoluções industriais, somadas ao desenvolvimento de novas tecnologias. A demanda mundial pelos recursos provém de uma formação econômica cuja base é a **produção** e o **consumo** desenfreado. E o que se tem atrelado a isso é a exploração da natureza, de fato responsável por boa parte da destruição dos recursos naturais, base da economia mundial (figura a seguir).

FIGURA 20 – REPRESENTAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSUMO DESENFREADO



FONTE: Disponível em: <<http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/06/149.jpg>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

São as relações político-econômicas que permitem que essas relações continuem e explorem desenfreadamente os recursos naturais. Um exemplo que podemos citar aqui são as populações carentes de países subdesenvolvidos como o Brasil – caso das populações que comercializam madeira da Amazônia; das produtoras de carvão clandestinas etc.

A tecnologia nos permite maior conforto e acesso a bens e serviços, mas carrega consigo consequências e agravantes indesejáveis para o planeta. Os recursos naturais passaram a ser explorados de forma rápida e intensa, de modo a colocar em risco a sua renovabilidade. Como vimos anteriormente, os recursos são classificados em renováveis e não renováveis, logo, é preciso ficar alerta e conhecer mais a respeito dos limites da renovabilidade de recursos tão básicos e fundamentais, como, por exemplo, a água.

Entre os recursos não renováveis está o petróleo, que ameaça se tornar escasso. E não somente esse recurso vem se destacando na economia mundial, mas também as florestas. Se em tempos atrás se retirava uma árvore, hoje retiram-

se centenas por dia. Tempos atrás havia poucas famílias, consumindo pouca quantidade de água e produzindo poucos detritos. Hoje, nesse mesmo espaço moram milhões de famílias, logo toda essa relação se ampliou significativamente, com o consumo de imensos mananciais e geração de milhares de toneladas de lixo por dia.

Como resultado de tudo isso, temos a **degradação ambiental** com perdas da biodiversidade, da vida animal e vegetal, tanto terrícolas quanto aquáticas. E a essa degradação ainda se somam as consequências, como: a poluição das águas, o empobrecimento e até desertificação do solo, as alterações no clima, a poluição do ar, a crescente violência nos centros urbanos, entre tantas outras. Entretanto, o modelo econômico que gera riqueza e renda muitas vezes é contraditório, pois não impede o aumento da miséria e da fome (MILLER; SPOOLMAN, 2012).



Degradação ambiental: esgotamento ou destruição de um recurso potencialmente renovável, como solo pastagem, floresta ou vida selvagem, que é usado mais rápido do que pode ser naturalmente regenerado. Se tal uso continuar, o recurso torna-se não renovável (em uma escala de tempo humano) ou inexistente (extinto) (MILLER; SPOOLMAN, 2012).

A preocupação com a preservação ambiental está em pauta em muitos países. Há algum tempo inclusive no Brasil, desde 1965, quando se criou o Código Florestal e a partir desse momento adiante uma série de legislações foram criadas, as quais iremos estudar ainda nesse tópico. Essa preocupação certamente se deu devido à falta de qualidade de vida, consequências percebidas por afetar a saúde das pessoas.

Nessa reflexão que estamos fazendo a respeito das questões ambientais inclui-se pensar na forma como os recursos naturais sofrem consequências da **cultura da sociedade** (ASSADOURIAN, 2010). Você já parou para pensar como trata a natureza, o ambiente em que vive? Muitas vezes, ao se utilizar um recurso natural, perde-se outro de maior valor! Um exemplo disso é o caso da formação de pastos em certas áreas da Amazônia. Retira-se a floresta e toda sua biodiversidade (animais e plantas de várias espécies), para se formarem as pastagens de gado. E você deve se perguntar: e o que eu posso fazer, não é? E deve pensar: não moro na Amazônia e não sou proprietário de uma vasta área florestal, logo não tenho como protegê-las, certo? Não é por aí! Comece em repensar e refletir sobre sua alimentação: o que ingere e quanto de alimento realmente precisa? Como os prepara (lenha, gás, frituras)? E quanto à carne? Já parou para analisar de onde vem, o que é necessário para produção até chegar em sua mesa? (ASSADOURIAN, 2010).

Pense um pouco nesse momento! Para auxiliá-lo nessa análise, veja a figura a seguir.

FIGURA 21 – O QUE É NECESSÁRIO PARA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS



Fonte: Sociedade Vegetariana Brasileira.

FONTE: Sociedade Vegariana Brasileira. Disponível em: <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/seda\\_news/usu\\_img/2007segundasemcarne.jpg](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/seda_news/usu_img/2007segundasemcarne.jpg)>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Outra reflexão que podemos fazer está no que diz respeito à extração de um bem, minérios, por exemplo. Traz lucros somente para um pequeno grupo de pessoas, que muitas vezes não são habitantes da região e levam a riqueza para longe e até para fora do país. Como você pode contribuir nessa situação? Aqui vêm algumas dicas:

- Participando da elaboração de políticas públicas que visem à sociedade e o meio ambiente em paralelo.
- Participando do Conselho de Meio Ambiente de seu município e discutindo as questões ambientais locais e regionais.
- Articulando-se com grupos de ações para a fiscalização do cumprimento da legislação aos que abandonam a área de extração de forma devastada, o que se reflete na saúde da população e aos cofres públicos.

Por volta da metade do século XX, movimentos ambientais voltados para a preservação de grandes áreas de ecossistemas não alterados pelo homem passaram a ser protegidos por lei, com a criação de parques e reservas. E partindo da análise das consequências e reflexos da exploração dos recursos naturais, foi que emergiu a necessidade de repensar o conceito de desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento econômico por muitos anos decorreu como aquele que valoriza o aumento de riqueza sem preocupação com a conservação dos recursos naturais. Hoje, a necessidade vital de conservação do meio ambiente aparece em discussão com olhar sobre as formas de viabilizar o crescimento econômico, explorando os recursos naturais de forma racional, ou seja, sustentável (SACHS, 2004).

Há muitos questionamentos quanto a esse modelo, tais como: É possível atrelar desenvolvimento e sustentabilidade? E sem o aumento da destruição? De que tipo de desenvolvimento se fala? Existe desenvolvimento sustentável ou é um mito? (MONTIBELLER-FILHO, 2004).

De forma geral, em todos os espaços, os recursos naturais e o próprio meio ambiente são prioridades e componentes importantes para o planejamento político e econômico dos governos, passando então a ser analisados em seu potencial econômico e vistos como fatores estratégicos (SACHS, 2004; ASSADOURIAN, 2010).

É nesse contexto que se iniciaram as grandes reuniões mundiais sobre o tema, no qual se instituiu o fórum internacional em que os países, apesar de suas divergências, passam a estar politicamente obrigados a se posicionar quanto a decisões ambientais de alcance mundial e a legislar, de forma que os direitos e os interesses de cada nação possam ser detalhadamente equacionados em função do interesse maior da sociedade e para com o meio ambiente como um todo.

De qualquer forma, é fundamental que a sociedade atribua regras ao crescimento, à exploração e à distribuição dos recursos, de modo a garantir a qualidade de vida das atuais e futuras gerações e demais formas de vida. Uma das alternativas para tal se deu ao se estabelecer um limite a esse consumo sustentável. Para isso, realizou-se a primeira Conferência Internacional promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Estocolmo, em 1972. A segunda foi no Rio de Janeiro, em 1992, a Rio/92, depois teve a Rio+10, em Johanesburgo, África do Sul em 2002, e recentemente a Rio+20 no Rio de Janeiro, em 2012 (figura a seguir).

FIGURA 22 – SÍMBOLO DOS MARCOS IMPORTANTES PARA O MEIO AMBIENTE – CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



FONTE: As autoras

O debate em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), como sendo a “melhoria da qualidade da vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas”, trouxe à tona essa outra terminologia, sobre a qual você irá se aprofundar no próximo tópico.

Outra alternativa para impor regras à exploração dos recursos e para proteção da natureza foram as inúmeras políticas públicas ambientais brasileiras elaboradas, que tomaram peso a partir da década de 70. Vamos conhecer que políticas são essas e seus objetivos?

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS

O termo **políticas públicas** possui várias definições, que englobam ações e não ações, processos decisórios, planejamento, entre outros. Logo, defini-lo torna-se complexo. Cabe aqui trazer algumas definições para que possamos entender a importância delas como sociedade e para a sociedade.

Como definições de políticas públicas, conforme trabalho de Souza (2006), temos:

- Mead (1995): define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.
- Lynn (1980): define como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.
- Peters (1986): segue o mesmo veio do autor anterior, em que a política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.
- Dye (1984): sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.
- Höflin (2001): define como formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social.
- Jobert e Muller (1987): definem como o ‘Estado em ação’.

Algumas definições trazem como chave central a questão da política pública para a solução de problemas. De toda forma, a essência da política pública está em torno de **ideais e interesses**. Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam ainda de lado a possibilidade de cooperação que pode existir entre os governos, instituições e grupos sociais (SOUZA, 2006).

Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes. Além do mais, assume que os indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores (SOUZA, 2006).

As políticas públicas repercutem de várias formas sobre a economia e nas sociedades, logo se tem a explicação do porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações existentes entre Estado, política, economia e sociedade. Por essa razão, pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006).



Lembrete: Políticas públicas é como o campo do conhecimento que coloca o governo em ação, ou ainda, analisa essa ação e, quando necessário, propõe alterações na trajetória dessas ações.

Importante destacar ainda que as políticas públicas correspondem a cursos de ação e fluxos de informação relacionados a um **objetivo público definido de forma democrática** e com frequente **participação da comunidade e setor privado** (figura a seguir).

FIGURA 23 – REPRESENTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



FONTE: Disponível em: <[http://3.bp.blogspot.com/\\_9ZQYW80KGgI/TEbucVKd5FI/AAAAAAAABSk/6qL8r9XCSl8/s1600/disco+com+o+povo.jpg](http://3.bp.blogspot.com/_9ZQYW80KGgI/TEbucVKd5FI/AAAAAAAABSk/6qL8r9XCSl8/s1600/disco+com+o+povo.jpg)>. Acesso em: 20 mar. 2013.

### 3.1 MARCOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As questões ambientais passaram a fazer parte do cenário brasileiro devido às problemáticas ambientais. Praticamente não havia políticas públicas voltadas para o meio ambiente no Brasil até a década de 70.

Foi a partir da primeira reunião em Estocolmo, Suécia, em junho de 1972, quando foi realizada a **Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano**, que a política pública ambiental pelo Estado brasileiro começou a se fortalecer (MORAES; TOROLLA, 2004).

A partir desse momento, foram criadas importantes estruturas públicas de regulação, tais como:

- Secretaria Especial do Meio Ambiente (**SEMA**), em 1973.
- Sistema Nacional do Meio Ambiente (**SISNAMA**), que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA – Lei nº 6.938), em 1981.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o denominado **IBAMA** (Lei nº 7.735), em 1989.
- Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (**MMA**) (Lei nº 8.490), em 1992.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o meio ambiente ganhou destaque, pois essa lei trouxe um capítulo sobre o Meio Ambiente e inseriu mudanças significativas na área ambiental. Neste mesmo ano foi instituída a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605), contribuindo significativamente para o fortalecimento dos instrumentos de direito ambiental (MORAES; TOROLLA, 2004).

Anos depois, em 2007, foi criado o **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**, também conhecido como Instituto Chico Mendes, com atribuições complementares às executadas pelo IBAMA. O Instituto passou a atuar mais significativamente na execução das ações voltadas às Unidades de Conservação.



Um marco importante nos processos de implementação de políticas públicas ambientais parte da relação da constituição do **Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE)**. Essa prática surge corroborando o caráter de ‘verdade universal’ cujo sentido paradigmático do ideário do Desenvolvimento Sustentável toma, a partir da **Rio-92**, um cunho marcante das políticas públicas (ARAÚJO, 2005).

O documento mais importante gerado pela Rio-92, realizada no Rio de Janeiro, foi a **Agenda 21**, que dispõe sobre ações sociais e econômicas; conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; fortalecimento dos principais grupos sociais e meios de implementação. No Brasil, ela foi lançada em julho de 2002 e as Agendas Locais estão aos poucos sendo elaboradas. A questão das **mudanças climáticas**, vista como um sério problema mundial, também foi resultado da ECO-92, que gerou a **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima**, assinada por mais de 150 países, que deu origem ao **Protocolo de Quioto** em 1997 (MORAES; TOROLLA, 2004).

Em setembro de 2002, as Nações Unidas patrocinaram uma nova conferência, a **Rio+10**, em Johanesburgo, África do Sul. O objetivo foi buscar consenso na avaliação das condições ambientais e sociais atuais e nas prioridades para ações futuras, mas os resultados não estiveram de acordo com o que se esperava e ainda foram sujeitos a diversas críticas (MORAES; TOROLLA, 2004).

Depois de dez anos, uma nova conferência foi realizada – a **Rio+20**, no mês de junho de 2012, no Rio de Janeiro. Dois temas principais foram tratados nessa conferência: a economia verde no contexto do **desenvolvimento econômico sustentável** e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.



Uma notícia importante, resultado das discussões da Rio+20, foi a homologação do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) do Brasil, que contém as **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental** para serem aplicadas por todas as escolas e instituições de ensino do país. Isso quer dizer que as questões ambientais devem ser tratadas em todos os níveis de ensino, de forma transversal, contínua e permanente, conforme Reigota (2007) falava em seus trabalhos. Veja em: <[www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br)>.



Veja relatório completo da Conferência Rio+20 pelo site: <<http://www.rio20.gov.br>> e também leia as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental (Parecer 14/2012) através do link: <[http://www.ufmt.edu.br/upload/institucional/Parecer\\_CNE\\_CP\\_014\\_2012\\_Diretrizes\\_Curriculares\\_Nacionais\\_para\\_Educacao\\_Ambiental.pdf](http://www.ufmt.edu.br/upload/institucional/Parecer_CNE_CP_014_2012_Diretrizes_Curriculares_Nacionais_para_Educacao_Ambiental.pdf)>.

A educação ambiental (EA) é marcada, muitas vezes, por características conservacionistas, individualistas e comportamentalistas; concepções estas que reduzem a questão ambiental à ideia de sustentabilidade física/biológica e de gestão

dos recursos naturais e esquecem a sustentabilidade política e ambiental desses recursos e das condições de vida como processos intrinsecamente articulados.

Segundo a Lei nº 9.975, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (EA):

Educação Ambiental é o processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e para sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

A EA traz a possibilidade de formar **sujeitos éticos**, capazes de reconhecer que há uma vida “não humana” pulsando no ambiente e que ela tem direito a existir e a durar além das necessidades imediatas do consumo humano.



**ÉTICA:** Conjunto de valores e princípios que utilizamos para decidir nossa conduta em sociedade. É o que orienta nossas ações em relação às três grandes questões da vida humana – querer, poder e dever –, que são exatamente os territórios de nossa ação (CORTELLA, 2007).

A EA busca fomentar novas atitudes nos sujeitos (sociedade como um todo) e novos critérios de tomada de decisões por parte dos governos, conduzidos pelos princípios da sustentabilidade. O que isso quer dizer? Quer dizer que é preciso educar para formar um pensamento crítico, prospectivo, criativo e ético, conduzido a analisar relações complexas das realidades natural e social, para atuar no ambiente não de forma pontual, mas sim de forma global, porém diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que o definem (FRANK, 2009).

O desafio da EA é formar pessoas engajadas na transformação das relações da sociedade com o meio ambiente. Assim, conforme Frank (2009), considera-se como principal desafio da EA:

- aliar a educação sensibilizadora, que procura formar pessoas amorosas e sensíveis à natureza, a uma educação para a cidadania;
- formar sujeitos conhecedores, questionadores e atentos aos problemas socioambientais capazes de interferir nas decisões que venham atender às demandas socioambientais;
- formar um ser humano portador de direitos e deveres, tornando-se responsável na defesa da vida, no e do nosso planeta.

A EA está estreitamente ligada ao pleno exercício dos direitos e deveres da cidadania. Ela se destina a formar cidadãos que participam, que buscam alternativas e soluções para a melhoria da qualidade de vida.

## 3.2 AS POLÍTICAS AMBIENTAIS DO BRASIL

Você conheceu os principais marcos da evolução das políticas públicas ambientais no Brasil no item anterior, tais como: Conferências Rio-92, Rio+10, Rio+20, criação do Ministério de Meio Ambiente (MMA), da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), do IBAMA, do SISNAMA, do Instituto Chico Mendes, entre outros. Agora vamos conhecer que leis, decretos, estatutos foram criados no Brasil que orientam as atividades de exploração dos recursos naturais e de proteção ao meio ambiente. De forma resumida, podemos acompanhar a evolução histórica das principais Leis ambientais criadas, observando a figura a seguir.

FIGURA 24 – LEIS AMBIENTAIS BRASILEIRAS

1605	•Surge a primeira lei de cunho ambiental no País: o Regimento do Pau-Brasil.
1797	•Carta régia afirma a necessidade de proteção a rios, nascentes e encostas.
1799	•Regimento de Cortes de Madeiras
1850	•Lei nº 601 - Primeira lei de Terras do Brasil.
1919	•Código Civil Brasileiro
1934	•Código Florestal e o Código de Águas.
1964	•Lei nº 4.504, que trata do Estatuto da Terra.
1965	•Lei 4.771 - Código Florestal
1967	•Códigos de Caça e Pesca e de Mineração, bem como a Lei de Proteção à Fauna Lei (5.197).
1975	•Controle da poluição por atividades industriais pelo do Decreto-Lei 4.513.
1977	•Lei 6.453 - Atividades nucleares.
1981	•Lei 6.938 - Política Nacional de Meio Ambiente.
1985	•Lei 7.347 - Ação civil pública como instrumento processual específico para a defesa do meio ambiente .

1988	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição Federativa do Republica</li> <li>• Lei 7.661 - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro</li> </ul>
1989	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 7.802 - Agrotóxicos.</li> </ul>
1997	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 9.433 - Política Nacional de Recursos Hídricos</li> </ul>
1998	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 9.605 - Crimes ambientais.</li> <li>• Decreto 2.652 - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima</li> </ul>
1999	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 9.795 - Política Nacional de Educação Ambiental</li> </ul>
2000	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 9966 - Poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas.</li> </ul>
2000	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 9.985 - Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.</li> </ul>
2001	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estatuto das Cidades (Lei 10.257).</li> <li>• Lei 10.308 - Depósitos de rejeitos radioativos.</li> </ul>
2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 11.105 - Lei de Biossegurança.</li> </ul>
2006	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 11.284 - Gestão de florestas públicas para a produção sustentável cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.</li> </ul>
2006	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 11.428 - Utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.</li> </ul>
2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 11.445 - Lei do Saneamento Básico.</li> </ul>
2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 11.794 - Uso científico de animais - Lei Arouca.</li> </ul>
2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 12.187 - Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.</li> </ul>
2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei 12.305 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.</li> </ul>

FONTE: Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://www.stj.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

A importância dessas políticas não é questionável, fica claro o quanto avançamos no país em relação às políticas ambientais. Certamente temos muito caminho a percorrer. Mas o que podemos questionar é quanto à sua real aplicação: quando todas essas políticas estarão realmente em prática, implementadas, com fiscalização adequada para seu cumprimento? Vamos ver a seguir as respostas de políticas para enfrentar a escassez dos recursos naturais de forma a assegurar o meio ambiente.

### 3.3 RESPOSTAS DE POLÍTICA PARA ASSEGURAR O MEIO AMBIENTE

Para assegurar que as políticas públicas, vistas anteriormente, promovam a diferença ambiental em direção da sustentabilidade e para a qualidade de vida, deve-se levar em consideração um conjunto de fatores. Como respostas desse enfrentamento, veja o que diz o Relatório de Desenvolvimento Humano em um trecho a seguir.

#### RESPOSTAS DE POLÍTICA

As intervenções políticas para enfrentar a escassez de recursos naturais para as pessoas pobres do mundo – e para inverter os danos ambientais devidos ao excesso de consumo nos países ricos – devem ter em conta a diversidade do ambiente natural, as muitas e variadas causas de degradação ambiental e as complexas ligações entre pobreza e ambiente. As intervenções também deveriam considerar os esforços passados para melhorar a gestão ambiental:

- A gestão ambiental não pode ser tratada separadamente das preocupações de desenvolvimento. Para atingir resultados significativos e duradouros, deve ser integrada em esforços para reduzir a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável. Melhorar a gestão ambiental de forma que beneficie as pessoas pobres exige alterações políticas e institucionais que atravessam os vários setores e que residem principalmente no controle das instituições ambientais – incluindo mudanças na governação, na economia doméstica e políticas sociais e nas políticas internacional e dos países ricos.
- As políticas ambientais bem-sucedidas têm de ver as pessoas pobres não como parte do problema, mas como parte da solução. Os problemas ambientais têm de ser geridos ativamente como parte do processo de crescimento. As melhorias ambientais não podem ser adiadas até que o aumento dos rendimentos torne disponíveis mais recursos para a proteção ambiental.

Cinco princípios de política deviam orientar as políticas ambientais:

- Reforçar as instituições e a governação.
- Tornar a sustentabilidade ambiental parte de todas as políticas setoriais.
- Melhorar os mercados e eliminar os subsídios ambientalmente prejudiciais.
- Apoiar mecanismos internacionais de gestão ambiental.
- Aumentar os esforços para conservar os ecossistemas críticos.

## REFORÇAR AS INSTITUIÇÕES E A GOVERNAÇÃO

Muitos problemas ambientais baseiam-se em fracassos institucionais e má governação. Há três fracassos institucionais que são especialmente importantes para a gestão ambiental: direitos de propriedade e de utilização inadequados, informação e oportunidades insuficientes para os interessados locais participarem na tomada de decisão e fraca monitorização e imposição de normas ambientais.

Em nível internacional, são evidentes os problemas institucionais e de governação nos esforços para desenvolver sistemas justos e eficazes para gerir recursos mundiais como os oceanos e o clima. Em nível nacional, direitos de propriedade e de utilização fracos são uma causa vulgar de problemas ambientais como a desflorestação, excesso de pastorícia e excesso de pesca. Gerir o acesso livre a um recurso comum é difícil, porque as decisões de indivíduos e companhias baseiam-se nos custos e benefícios privados – e por isso podem reduzir o bem-estar ambiental e comunitário.

Para responder, as populações locais devem ter o poder de gerir os sistemas ambientais de que depende a sua subsistência. Como? Em parte, clarificando os direitos globais de propriedade e de utilização dos recursos comuns, o que pode exigir a reformulação de políticas e instituições que controlam o acesso à terra e a recursos naturais.

A descentralização pode melhorar a governação ambiental. Mas devia ser acompanhada de esforços que aumentem a capacidade comunitária de gerir recursos ambientais e influenciar o planejamento e a decisão política. É particularmente importante respeitar os direitos de grupos marginais e indígenas cujos rendimentos muitas vezes dependem, em grande parte, de recursos naturais.

Em muitos países em desenvolvimento, os recursos naturais são pilhados por corrupção, beneficiando elites poderosas à custa das pessoas pobres que dependem desses recursos. Para contrariar a corrupção é preciso reforçar a governação, com penas mais duras e maior envolvimento comunitário. Em vários países, os cidadãos estão a avaliar a maneira como os governos dão acesso à decisão ambiental e a acompanhar regularmente a governação ambiental. É provável que ambos os esforços estimulem maiores progressos.

## TORNAR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL PARTE DE TODAS AS POLÍTICAS SETORIAIS

A maioria das políticas setoriais afeta o ambiente, mas, muito frequentemente, as considerações ambientais não enformam a política. Mais aconselhamento científico pode assegurar que a compreensão do mundo natural se introduza no processo político, a todos os níveis. A análise econômica, incorporando avaliações de ativos ambientais, também devia informar a decisão política em todos os setores.

As políticas setoriais com efeitos significativos no ambiente deviam estar sujeitas a rigorosas avaliações de impacto ambiental. Além disso, os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza – bem como o desenvolvimento nacional e as estratégias setoriais – deviam tratar, explicitamente, da proteção e gestão ambientais. Os governos nacionais, organizações multilaterais e agências de ajuda bilateral precisam, sistematicamente, de incorporar avaliações de impacto ambiental nas suas políticas e programas.

As políticas sociais relacionadas com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio afetam a qualidade ambiental. Os investimentos em desenvolvimento humano, particularmente na educação de mulheres, oferecem numerosas vantagens ambientais, incluindo a redução da pressão populacional. Assim, as políticas ambientais precisam enfrentar as dimensões de gênero nas ligações entre pobreza e ambiente, integrando-as na formulação, execução e acompanhamento das Estratégias de Redução da Pobreza e reformas políticas correlativas.

Os enquadramentos nacionais, tais como as estratégias de desenvolvimento sustentável, deviam orientar políticas de gestão dos recursos naturais à luz dos recursos e das preocupações específicas do país. Muitos planos nacionais de ação ambiental não tratam os seus efeitos sobre outros setores e sobre as necessidades das pessoas pobres. Para melhorar a política ambiental, esses planos deviam tratar explicitamente estas preocupações – bem como as suas contribuições para atingir os objetivos.

FONTE: RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (2003)

# RESUMO DO TÓPICO 1

**Neste tópico, caro(a) acadêmico(a), você viu que:**

- Chamamos de produção sustentável a maior taxa em que podemos utilizar um recurso renovável indefinidamente sem reduzir sua oferta.
- A demanda mundial pelos recursos provém de uma formação econômica cuja base é a produção e o consumo desenfreado.
- A degradação ambiental é o esgotamento ou destruição de um recurso potencialmente renovável, que é usado mais rápido do que pode ser naturalmente regenerado.
- A essência da política pública está em torno de ideais e interesses, logo temos as políticas públicas como campo do conhecimento que coloca o governo em ação, ou ainda, analisa essa ação e, quando necessário, propõe alterações na trajetória dessas ações.
- O resultado das discussões da Rio+20 foi a homologação do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) do Brasil, que contém as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental para serem aplicadas por todas as escolas e instituições de ensino do país.
- Educação Ambiental é o processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e para sua sustentabilidade.
- Principais marcos da evolução das políticas públicas ambientais no Brasil, tais como: Conferências Rio-92, Rio+10, Rio+20, criação do Ministério de Meio Ambiente (MMA), da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), do IBAMA, do SISNAMA, do Instituto Chico Mendes.

## AUTOATIVIDADE



1 Você refletiu sobre as questões ambientais nesse tópico e se aprofundou sobre os problemas ambientais, então diga por que temos problemas ambientais?



2 Quais princípios de política deveriam orientar as políticas ambientais?



3 Qual é a importância das políticas públicas ambientais brasileiras e como você se percebe na participação dessas políticas? Reflita, discuta com seus colegas e responda.



## SUSTENTABILIDADE – DOS MARCOS HISTÓRICOS AOS PILARES DE ALICERCE

### 1 INTRODUÇÃO

Assegurar a sustentabilidade ambiental é assegurar um dos direitos humanos, que, conforme prevê o sétimo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio – assegurar a sustentabilidade ambiental –, exige o alcance de padrões de desenvolvimento sustentável e a preservação da capacidade produtiva dos ecossistemas naturais para futuras gerações. Ambas as metas requerem políticas públicas sérias e aplicáveis para inverter os danos ambientais, melhorar a gestão dos ecossistemas, prover o desenvolvimento sustentável (econômico, ambiental e social) e a qualidade de vida para todos.

Há muitos desafios na busca de uma sociedade sustentada e sustentável, ainda mais quando o cenário é dividido em duas dimensões: tratar a escassez de recursos naturais para as pessoas pobres do mundo e inverter os danos ambientais resultantes do elevado consumo das pessoas ricas.

A sociedade como um todo tem um papel importante nesse contexto: unir-se a favor do meio em que vive de forma dinâmica, sustentável e equilibrada, procurar alternativas propondo um mundo mais justo e humano, e desenvolver um trabalho coletivo, sério e produtivo. Atuando, sociedade e meio ambiente juntos, pouco a pouco uma mudança de cultura levará à redução dos problemas socioambientais causados pela falta de informação, de orientação e, principalmente, de responsabilidade.

É preciso conhecer e disseminar informações da importância de se ter e fazer sustentabilidade, de se cuidar e educar para o meio ambiente, só assim poderá ser mudada a forma de pensar do homem, pois o futuro da humanidade depende da relação que se estabelece entre sociedade/natureza, tanto na dimensão coletiva quanto na individual.

A partir desse tópico você vai se aprofundar no tema sustentabilidade socioambiental, do significado ao surgimento e suas relações internacionais e nacionais. Vamos lá?

## 2 SUSTENTABILIDADE: SURGIMENTO

O tema da sustentabilidade começou a ganhar corpo em 1968, quando um pequeno grupo de líderes da academia, indústria, diplomacia e sociedade civil se reuniram num pequeno vilarejo em Roma, Itália. Esse grupo passou a ser chamado de Clube de Roma.

A preocupação do Clube de Roma era identificar os maiores problemas perante o mundo, e o grupo desenvolveu um conceito chamado “*World Problematic*”. As questões discutidas naquele pequeno vilarejo em breve seriam reconhecidas mundialmente, fazendo parte da história e da ação como um grande catalisador de mudanças globais.



O Clube de Roma define-se como uma organização não governamental, sem fins lucrativos, de cunho internacional, e que congrega lideranças de vários âmbitos (ciência, indústria, chefes de Estado, entre outros) preocupadas com os principais problemas da humanidade. Sua missão é: “agir como catalisador de mudanças globais, livres de quaisquer interesses políticos, econômicos ou ideológicos”.

FONTE: Disponível em: <<http://www.clubofrome.at/brasil/about/index.html>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

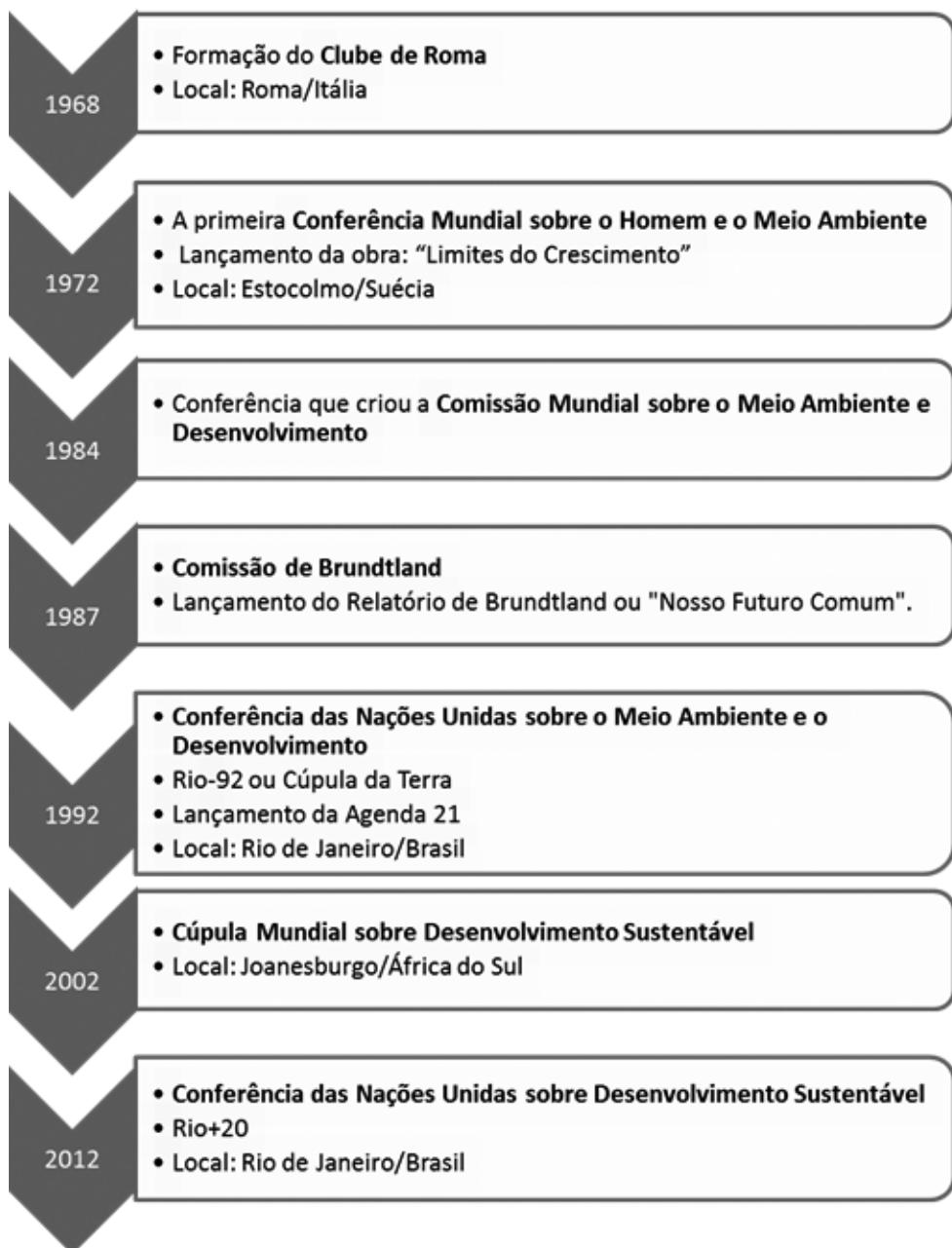
A obra “Limites do Crescimento”, desenvolvida a pedido do chamado Clube de Roma, foi uma produção de grande destaque por muitos anos, pois alertava para o paradoxo entre o crescimento mundial e a realidade dos recursos naturais limitados.



Conheça a obra “Limites do Crescimento”. Acesse: <<http://www.clubofrome.at/brasil/archive/index.html>>.

Partindo desse marco, o tema sustentabilidade foi pauta de conferências mundiais específicas em que se delinearam conceitos, ações, diretrizes e metas na busca de promover o chamado desenvolvimento sustentável. Veja a sequência cronológica dessas importantes trajetórias em âmbito mundial, pela figura a seguir.

FIGURA 25 – SEQUÊNCIA CRONOLÓGICA DAS IMPORTANTES TRAJETÓRIAS EM ÂMBITO MUNDIAL



FONTE: As autoras

Vamos conhecer a trajetória desses importantes marcos da sustentabilidade de acordo com a ONU, conforme apresentados na figura anterior.

## 2.1 A PRIMEIRA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE O HOMEM E O MEIO AMBIENTE

O espaço de discussões sobre os problemas ambientais agravados com a crescente industrialização levou a ONU (2013) a realizar a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972. Por mais que nessa conferência não se tenha apresentado grandes resultados práticos, o termo sustentabilidade recebeu maior visibilidade, adentrando definitivamente nos debates acerca do desenvolvimento das nações (ONU, 2013a).

A seguir, trechos da declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente que trazem um relato fundamental para direcionar as ações para a sustentabilidade. Veja:

“Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas...”

“Defender e melhorar o meio ambiente para as atuais e futuras gerações se tornou uma meta fundamental para a humanidade.”

FONTE: Declaração da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente. Disponível em: Programa das Nações Unidas – UNEP. <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&l=en>>. Acesso em: 27 mar. 2013.

A partir dessa conferência, criou-se um importante programa, denominado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Trata-se de uma agência do Sistema das Nações Unidas (ONU) com a responsabilidade de “promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável”. Define-se ainda como a “principal autoridade mundial em meio ambiente” (ONU, 2013b).



Para conhecer mais sobre o PNUMA e suas áreas de atuação, acesse o link <[www.pnuma.org.br/index.php](http://www.pnuma.org.br/index.php)>.

## 2.2 COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

Em 1984 realizou-se outra conferência, cujo principal resultado foi a criação de uma Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essa Comissão teve por objetivo:

- Analisar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas com foco na realidade.
- Propor formas de cooperação internacional visando orientar as políticas e ações no sentido de fazer as mudanças necessárias.
- Promover uma maior compreensão dos problemas existentes junto à sociedade, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos, auxiliando-os e incentivando-os a uma atuação mais firme.

Durante essa conferência, os trabalhos desenvolveram-se em torno do lema “Uma Agenda Global para a Mudança” (BOFF, 2012).

## 2.3 RELATÓRIO *BRUNDTLAND* OU “NOSSO FUTURO COMUM”

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, retratada anteriormente, recomendou que se criasse uma nova declaração universal sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. De tal forma, esse documento foi elaborado e intitulado *Relatório Brundtland*, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”. O relatório trouxe à comunidade global o conceito de desenvolvimento sustentável, que você vai ver mais adiante.

O “Nosso Futuro Comum” assim se delineou pelas medidas propostas para integrar a questão ambiental e o desenvolvimento econômico (CMMAD, 1991). Entre as medidas propostas no Relatório, podemos citar (figura a seguir):

FIGURA 26 – MEDIDAS PROPOSTAS PELO RELATÓRIO DE BRUNDTLAND OU "NOSSO FUTURO COMUM"

-  Preservação da biodiversidade e ecossistemas
-  Limitar do crescimento populacional
-  Garantir de alimentação em longo prazo
-  Promover o desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis
-  Diminuir o consumo de energia
-  Aumentar a produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias limpas
-  Criar estratégias de adaptação para o desenvolvimento sustentável
-  Implantar um programa de desenvolvimento sustentável

FONTE: CMMAD (1991)

Além dessas medidas, veja os trechos importantes selecionados do relatório que traçam a linha da sustentabilidade que se quer seguir:

“Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso a crises ecológicas, entre outras... O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos.”

“Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia... No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos.”

“Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas.”

FONTE: Relatório “Nosso Futuro Comum” (Brundtland). Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

## 2.4 CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO – RIO-92

As recomendações relatadas pela comissão acima descrita levaram à convocação de uma nova conferência – a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 3 a 14 de julho de 1992.

Essa Conferência ficou conhecida como Cúpula da Terra ou popularmente chamada de Rio-92. Como principais resultados podemos elencar a introdução do assunto da sustentabilidade diretamente na agenda pública e a adoção da Agenda 21 e da Carta do Rio de Janeiro.

### 2.4.1 Agenda 21

A “Agenda 21” criada pela Cúpula da Terra, organizada pela ONU em 1992, é utilizada no mundo todo para nortear discussões de políticas públicas e também para ser um “guiado para o planejamento de ações locais que fomentem um processo de transição para a sustentabilidade”, conforme relatado pela ONU.

Além das questões ambientais e suas problemáticas, a Agenda 21 inclui outros importantes assuntos, tais como: a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento; padrões insustentáveis de produção e consumo; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional.

A Cúpula da Terra ainda adotou a Convenção sobre a **Diversidade Biológica** (1992) e a Convenção da ONU de **Combate à Desertificação** em países que sofrem com a seca, particularmente na África (1994).



A Cúpula da Terra levou ao comprometimento das nações em adotar os princípios da sustentabilidade no seu processo de crescimento. Infelizmente isso não aconteceu da forma como deveria, ficando mais no discurso. Ocorreu ainda uma sessão especial, a chamada "Cúpula da Terra +5", ocorrida em 1997, também no Rio de Janeiro. Sua função básica foi fazer uma revisão e avaliação da implementação da Agenda 21 no mundo.

FONTE: Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

## 2.5 CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A ONU, em 2002, convocou mais uma Assembleia, intitulada Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johanesburgo. Essa se deu devido às notórias contradições entre o que se tinha na realidade e o que se acordara nos documentos.



Um número significativo de nações estiveram presentes nessa Assembleia, chegando a 150 que buscavam revisar as questões sugeridas pela Cúpula da Terra, de 1992, e fazer um balanço das conquistas e desafios futuros, conforme relatado nos documentos da ONU.

FONTE: Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

O que se tem percebido nessa conferência, mencionado por Boff (2012), é que foi frustrante, já que ao invés de ser permeada por um espírito solidário, acabou pautada por grandes disputas de interesses econômicos corporativos,

predominando as decisões dos países ricos, apoiados pelas grandes corporações e os países produtores de petróleo.

Posturas baseadas em interesses de grupos privados e de países desenvolvidos atravancaram um processo mais vigoroso de mudança. Porém, todos estes esforços somaram-se a muitos outros, o que certamente permitirá o crescer da consciência e da sensibilização da sociedade para a sustentabilidade.

## 2.6 CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – RIO+20

Depois de dez anos, uma nova conferência foi realizada – a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como **Rio+20**. Essa conferência foi realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro, e teve como temas principais:

- A **economia verde** no contexto do desenvolvimento econômico sustentável e da erradicação da pobreza; e
- A estrutura institucional para o **desenvolvimento sustentável**.

Como objetivo central, a Rio+20 definiu em seu relatório a seguinte questão: “A renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes” (CGEE, 2012).



Veja relatório completo da Conferência Rio+20 pelo site: <<http://www.rio20.gov.br>>.

CURIOSIDADE: A conferência foi intitulada como “Rio + 20” porque marca o vigésimo aniversário da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

## 3 SUSTENTABILIDADE EM DEFINIÇÃO

O termo sustentabilidade é empregado por vários profissionais, das mais diversas áreas, desde ecólogos, biólogos, engenheiros ambientais a economistas, empresários, sindicalistas, publicitários, políticos e tantos outros. As mídias a

utilizam com muita frequência e os discursos políticos atuais não seriam os mesmos se não tivessem como “pano de fundo” a palavra sustentabilidade.

Além de muitos a utilizarem, também há uma gama de autores que a descrevem e conceituam. Para Ruscheinsky (2003), sustentabilidade possui uma perspectiva dinâmica, o que não a caracteriza como estática. Para Miller e Spoolmann (2012), é a capacidade dos sistemas naturais da Terra e dos sistemas culturais humanos de sobreviver e se adaptar às mudanças nas condições ambientais a longo prazo, conceito que também se refere a pessoas preocupadas em transmitir um mundo melhor para as gerações vindouras.

Por apresentar ampla conceituação, admite variações e por isso é pouco consensual na academia. O que não significa relativizá-lo ao adjetivo de inutilidade, mas sim, significa que seu uso requer cuidado e atenção (SCHEFFER, 2012).

Se formos analisar todas as conceituações, certamente ficaríamos um bom tempo discutindo a respeito, pois são distintas as conotações para esse termo, quase sempre em comunhão com os desejos e interesses, se assim podemos afirmar, do indivíduo ou grupo que o emprega. De fato, o termo sustentabilidade tornou-se flexível e seu uso muitas vezes foi “flexibilizado” aos interesses de classes e desejos individuais.

Porém, possui um significado intrínseco, histórico, que revela muito mais do que uma palavra “politicamente correta”. Apesar de não ser uma tarefa fácil, já que sua definição não é consenso na academia, o que precisamos é, como se faz com uma pedra preciosa bruta, polir este termo atual e descobrir seu verdadeiro significado.

Assim, apesar de um tema controverso, vejamos como a ONU comprehende a sustentabilidade no seu relatório, associando ao desenvolvimento sustentável.

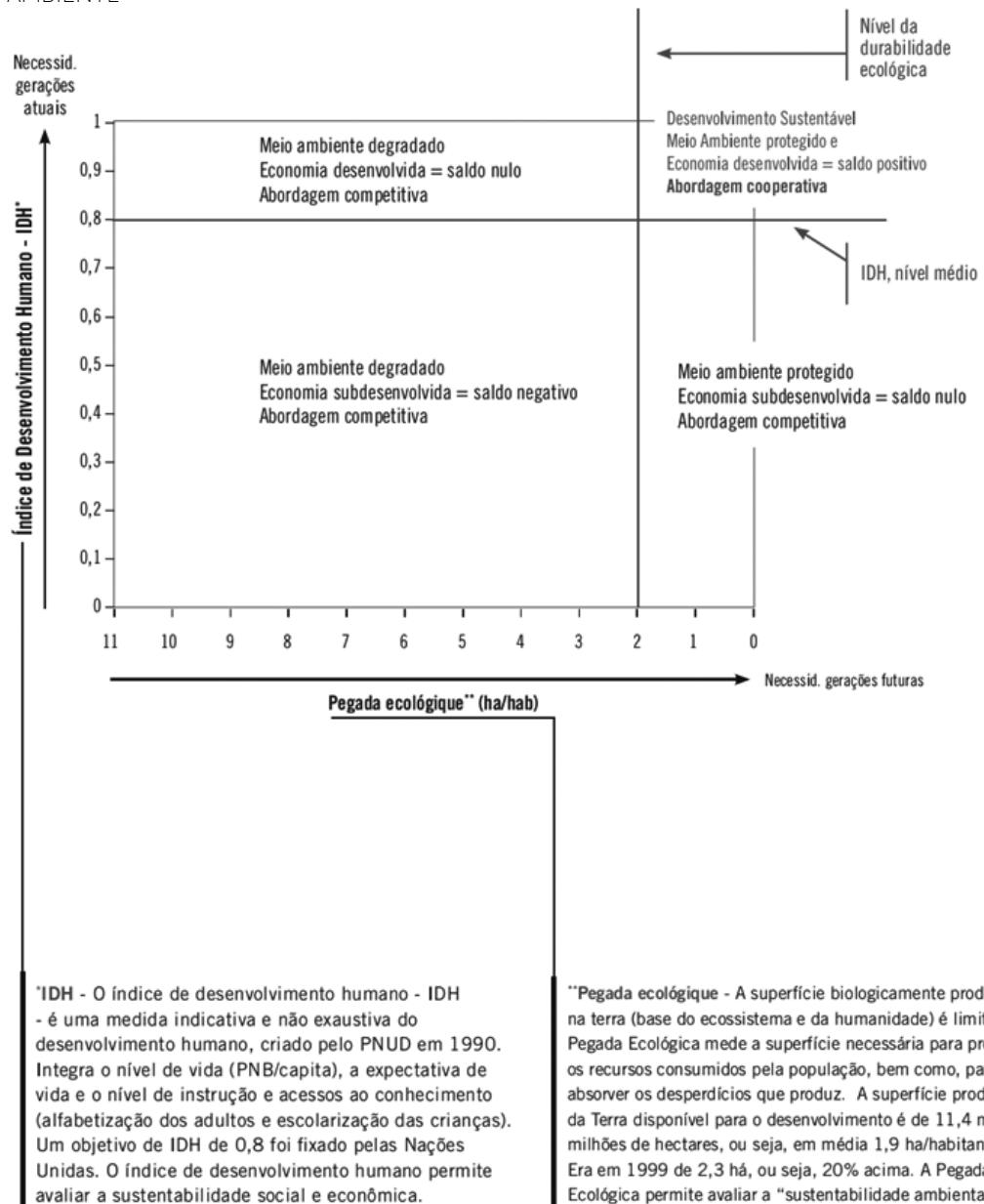
Mas será o que isso realmente representa? Atender às necessidades atuais sem comprometer as futuras, certo? Vamos entender isso melhor observando a figura a seguir.



Desenvolvimento Sustentável: “é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.”

FONTE: Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

FIGURA 27 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ÍNDICES E SUAS RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE

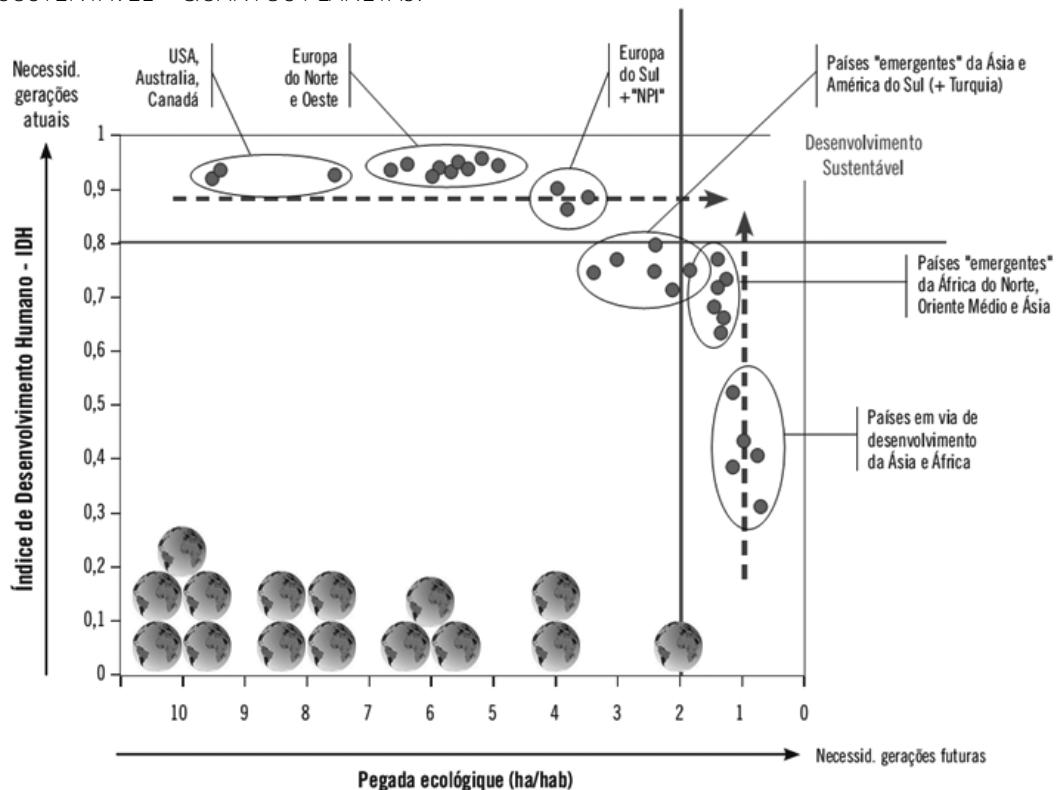


FONTE: Louette (2007)

Agora que você analisou a figura, deve ter percebido que para se alcançar o desenvolvimento sustentável é preciso associar vários índices que contribuem para o não comprometimento dos recursos das próximas gerações. Esses índices estão relacionados com o IDH (condizente com o crescimento populacional), índice de durabilidade ecológica (condizente com os recursos renováveis e não renováveis) e o índice de degradação ambiental (condizente com a exploração desenfreada). Todos esses contextos já estudamos anteriormente e agora se somam para esse conceito.

A figura a seguir exemplifica essa situação e nos mostra a relação do número de planetas necessários conforme o IDH e a exploração dos recursos. Também traz quais países se encontram fora do “real” conceito de desenvolvimento sustentável. Veja:

FIGURA 28 – PERFORMANCE DAS NAÇÕES COM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – QUANTOS PLANETAS?



Obs.: Ecológique = ecológica.

FONTE: Louette (2007)

Conforme você pôde perceber, a ONU não trata a sustentabilidade como termo isolado, e sim agregado ao desenvolvimento e com esse os demais índices, por isso a tem como desenvolvimento sustentável.

Diante disso, nossa primeira impressão é que o conceito de sustentabilidade tem origem recente? Ainda mais quando o conceito vem das publicações da Organização das Nações Unidas (ONU). Porém, as raízes do termo às quais nos referimos já têm mais de 400 anos e tem seu berço na silvicultura, onde a sustentabilidade estava em garantir floresta para as futuras gerações (BOFF, 2012). Ou seja, retirava-se madeira e na mesma quantidade deveria ser reposta.



Silvicultura é a ciência que se ocupa das atividades ligadas à implantação e regeneração de florestas. Seu objetivo básico é o "aproveitamento e manutenção racional das florestas, em função do interesse ecológico, científico, econômico e social."

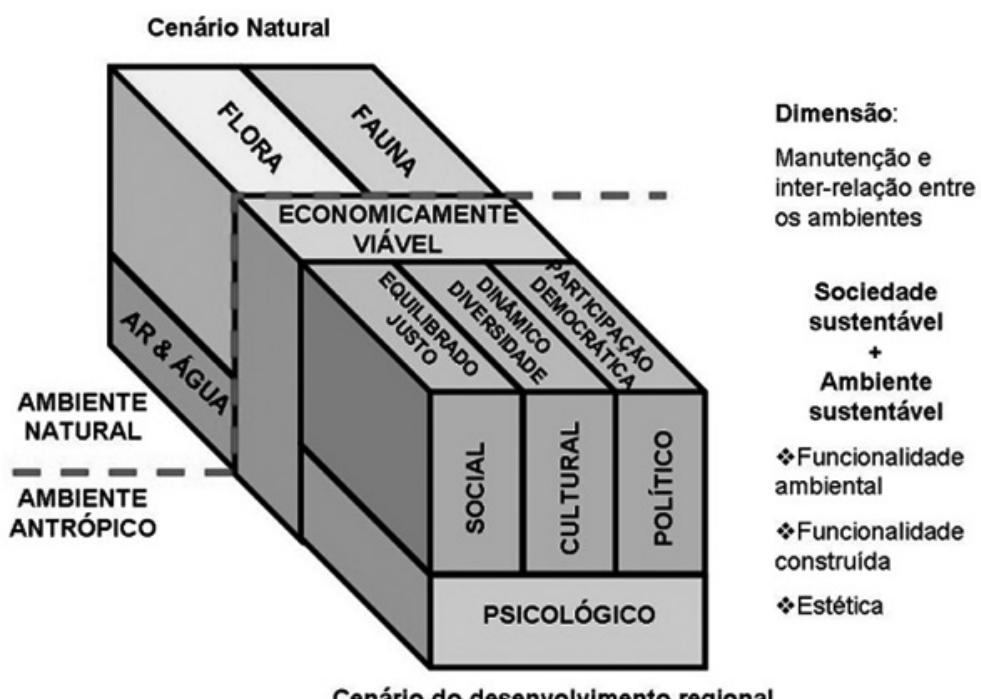
FONTE: Disponível em: <<http://home.furb.br/lscorn/index.html>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Mas o contexto conceitual da sustentabilidade não para por aqui. A sustentabilidade está alicerçada em pilares centrais, os quais vamos ver a partir desse momento, ampliando assim seu entendimento sobre esse tema.

### 3.1 OS PILARES DA SUSTENTABILIDADE

Vamos começar o estudo e entendimento dos importantes pilares da sustentabilidade de uma forma diferente. Analise a figura a seguir e reflita que dimensões você encontra para formar os pilares da sustentabilidade. Vamos lá!

FIGURA 29 – REPRESENTAÇÃO DAS DIMENSÕES E SUA RELAÇÃO COM A SUSTENTABILIDADE



FONTE: Sach (1993). Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Você analisou a figura? O cenário ajudou a ampliar seu entendimento sobre o que é sustentabilidade? E as dimensões, conseguiu identificá-las?

Então vamos nos aprofundar mais a respeito das dimensões identificadas nessa figura que alicerçam o desenvolvimento sustentável (SACHS, 2002). Vamos abordar as seguintes: **econômica, social, ambiental, cultural, espacial, política e psicológica**.

- **Sustentabilidade econômica:** (conhecida pelo dito popular economicamente viável): significa uma alocação eficiente dos recursos, respeitando o meio ambiente e o bem-estar das pessoas. A principal medida dessa dimensão é dada justamente por critérios sociais, que pressupõem o investimento equilibrado de recursos privados e públicos na economia.
- **Sustentabilidade social:** (conhecida pelo dito popular socialmente justo): consiste em um desenvolvimento que reduza as desigualdades sociais e promova a igualdade. As ações devem abranger não só as necessidades materiais das pessoas, mas também não materiais.
- **Sustentabilidade ecológica e ambiental:** (conhecida pelo dito popular ambientalmente correto): Na ecológica implica em ações que respeitem a biodiversidade, permitindo o equilíbrio dos ecossistemas. Pressupõe a manutenção da vida na Terra, permitindo sua continuidade. Atitudes que, além de atender às necessidades dos indivíduos, preservam os recursos naturais. Na ambiental trata-se de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- **Sustentabilidade espacial ou geográfica ou territorial:** as ações buscam desenvolver equitativamente todas as regiões, inclusive, com ações que evitem a concentração excessiva de população em determinadas regiões, em detrimento de outras. Procura ainda equilibrar a população urbana com a do campo e desenvolver ações locais.
- **Sustentabilidade cultural:** pressupõe um desenvolvimento que respeite a pluralidade cultural existente. As ações devem respeitar a especificidade de cada sistema, de cada local, inclusive na resolução dos problemas.
- **Sustentabilidade política:** (nacional e internacional) tem por base a democracia e a apropriação universal dos direitos humanos; além do desenvolvimento da competência do Estado para implementar os projetos em parceria com empreendedores. No aspecto internacional, tem sua eficácia na prevenção de guerras, garantia da paz, aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente, recursos naturais e preservação da biodiversidade e da diversidade cultural; gestão do patrimônio global como herança da humanidade.

Ressalta-se, por fim, que a dimensão **psicológica** é incorporada ao estudo devido ao relacionamento com o ser humano e com as dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas (MENDES, 2009).

Agora que você conheceu o histórico de surgimento e o conceito de sustentabilidade em sua amplitude, vamos, nessa seção, ainda fazer a leitura e uma breve reflexão sobre um trecho do artigo de Poker (2011). O trabalho trata de uma crítica ao modelo que rege o *conceito de desenvolvimento sustentável* e suas relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (subdesenvolvidos).

Esse é um momento de refletir, discutir com os colegas e ampliar a visão a respeito do tema em questão. Vamos lá!

## LEITURA COMPLEMENTAR

### A CRISE AMBIENTAL E LIMITES DA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

José Geraldo A. B. Poker

#### **A insuficiência do conceito de desenvolvimento sustentável**

Embora haja uma quantidade considerável de definições para o conceito de desenvolvimento sustentável, pode-se encontrar nelas um ponto comum, qual seja, a determinação de que se deve buscar o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. Nesse sentido é que se propõe o desenvolvimento presente que não esgota os recursos para o futuro.

A fórmula do desenvolvimento sustentável aparentemente é carregada de sentido lógico, e neste aspecto permite aventar a possibilidade de que, uma vez sendo respeitada pelos agentes econômicos privados e implementada como política pública pelo Estado, não haverá mais as condutas predatórias. Mas esta conclusão é falsa, e tal constatação é possível quando se evidencia as contradições no princípio lógico que sustenta a fórmula.

O primeiro ponto a ser observado como fator de contradição consiste no conceito de *desenvolvimento*. Buscado no campo de conhecimento historicamente produzido pela Biologia, desenvolvimento é um conceito formulado para compreender e explicar as diferentes fases que compõem o percurso da vida dos seres animados.

A vida de qualquer ser animado pode ser descrita conforme uma expectativa traçada para sua existência mediante a construção do modelo padrão derivado da observação científica. Portanto, conforme o modelo teórico, todo ser vivo tem sua vida dividida nas seguintes fases: qualquer ser vivo nasce, cresce, amadurece, definha e morre.

O importante a se ressaltar da formulação do conceito de desenvolvimento é a ideia de que a vida de qualquer ser segue uma trajetória predefinida conforme um modelo construído pela razão sobre constatações observáveis. Trata-se de uma descrição da vida numa perspectiva que não considera a influência de fatores históricos, quer dizer, da possibilidade de os próprios seres interferirem com suas ações e modificarem sua trajetória existencial, desviando das expectativas decorrentes dos modelos preconcebidos.

E é isso que ocorre com o *conceito de desenvolvimento* emprestado da Biologia e aplicado às sociedades humanas. Começa-se por estabelecer determinadas sociedades como modelos a serem alcançados por todas as demais sociedades. Depois, retira-se das sociedades a condição de serem elas resultantes de processos históricos movidos por sujeitos contextualizados. Isto torna possível evidenciar as características estruturais das sociedades-modelo de forma a poderem elas ser implementadas pelo Estado (também ele um modelo de administração pública) em qualquer outra sociedade.

De fato, a ideia de desenvolvimento pode ser materializada na forma de uma escala, na qual pode-se classificar os países conforme a proximidade ou distanciamento deles em relação ao modelo. Numa das extremidades da escala do desenvolvimento há os *países desenvolvidos*, na parte intermediária os *em desenvolvimento*, e na outra extremidade estão os países subdesenvolvidos.

O ponto problemático do conceito de desenvolvimento localiza-se especificamente no modelo estabelecido de país desenvolvido. Qualquer que seja o adjetivo empregado para qualificar o tipo de desenvolvimento aludido, se é econômico, humano ou social, o que de fato importa é observar que o modelo concebido sustenta-se num padrão de consumo de certos bens, que pode ser encontrado notadamente em alguns países da Europa, no Japão, Estados Unidos, Canadá, Austrália, os chamados países ricos.

A contradição na lógica do conceito se evidencia quando se questiona sobre a possibilidade de todos os países do planeta adotarem efetivamente o modelo de desenvolvimento dos ricos, e passarem a consumir a mesma quantidade de bens.

Não é preciso mais do que isso para demonstrar a inviabilidade do modelo diante da quantidade de bens de consumo a ser demandada em relação à capacidade dos recursos naturais disponíveis. Esta contradição leva a outra, observada à medida que se ressalta a impossibilidade de todos os países adotarem o mesmo modelo de desenvolvimento: existe o desenvolvimento dos ricos, já consolidado conforme o *modelo ideal*, e o desenvolvimento dos outros, o desenvolvimento *apenas possível*, que deve considerar a quantidade de recursos naturais disponíveis para não ultrapassar a barreira da depredação, da insustentabilidade.

Dante disso, é preciso considerar a disposição das pessoas que vivem nos países já desenvolvidos em diminuir suas exigências de consumo, de forma a respeitar a fórmula da sustentabilidade. Caso não haja a decisão pela adequação

do consumo dos bens a partir do cálculo da universalidade, quer dizer, da possibilidade de todos os habitantes do planeta poderem consumir os mesmos bens em quantidade e qualidade, disto resultará uma outra contradição. É aquela que impõe aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento a responsabilidade pela sustentabilidade. Deverão as pessoas que moram nestes países contentarem-se em consumir apenas os bens possíveis ao planeta, calculados mediante a consideração do consumo ilimitado e diferenciado das pessoas nos países desenvolvidos. Em síntese, cria-se assim dois modelos de desenvolvimento: um *ideal* para os países ricos e outro real para os países pobres.

A despeito da amplitude das contradições inerentes à formulação do conceito de desenvolvimento sustentável, é possível ainda identificar outra fonte de problemas neste conceito. Trata-se da perspectiva antropocêntrica radical em torno da qual se estabelecem os conteúdos das *necessidades* presentes e futuras.

A palavra *necessidade* é carregada de subjetividade, e por isso é praticamente impossível estabelecer uma condição universal de satisfação, dado que cada sociedade, e ainda cada indivíduo podem produzir para si significados diferentes para designar a mesma expressão. Certos bens considerados *necessários* numa sociedade, ou para algumas pessoas, podem ser *supérfluos* a outras. Mas isso não é propriamente o aspecto mais complicado do conceito.

Complicado é o fato de que a concepção de necessidade considera apenas e tão somente as necessidades humanas, desprezando por completo as necessidades de tudo o mais que existe sobre o planeta. Isto equivale a pretender que todas as formas de vida e todos os recursos do planeta devem ser subordinados às necessidades humanas, quaisquer que sejam elas.

A fórmula do **desenvolvimento sustentável** encontra o limite lógico de sua aplicabilidade por não conseguir superar a irresponsabilidade predatória da racionalidade instrumental capitalista na sociedade moderna. Mesmo que seja formulado a partir de um princípio de direito, que é a consideração acerca da necessidade das futuras gerações, isto não é suficiente para propor uma outra forma de relação com a natureza que seja qualitativamente diferente da anterior. Ainda se insiste na apropriação dos recursos que considera unilateralmente os interesses e intenções humanas, a despeito de tudo o mais que existe.

Um bom exemplo desta distorção pode ser buscado na Constituição Federal (CF) brasileira, elaborada segundo as recomendações dos acordos e tratados internacionais. Todo o Capítulo VI da CF é dedicado à regulamentação da relação com o meio ambiente, à forma de tratamento dispensada à natureza e seus recursos. Não é preciso ir além do artigo 225 para encontrar a pretensão antropocêntrica-utilitarista que legitima a devida proteção ao meio ambiente. Redigido de forma semelhante ao conceito de desenvolvimento sustentável, o artigo determina que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida,

impõe ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Pelo enunciado do artigo fica clara a razão pela qual deve o poder público defender e proteger o meio ambiente. Trata-se de um bem necessário à qualidade de vida de pessoas. É somente nesta condição que se pode legitimar um direito ambiental. Quer dizer, o ambiente somente pode ser defendido e protegido à medida que os danos causados a ele se desdobram em danos causados a pessoas, e é isto que obriga o poder público a agir na proteção e defesa.

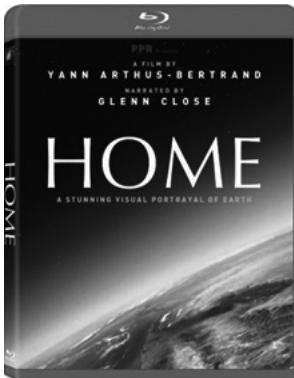
É evidente, portanto, que, de fato, não existe direito ambiental algum. A natureza, os recursos naturais, os animais e plantas, todos eles podem ser revestidos pela proteção legal em função dos benefícios que proporcionam aos seres humanos. Se eventualmente não houver a demonstração da vinculação com a qualidade de vida de seres humanos, isto implica a perda do direito do ambiente e de tudo aquilo que o constitui.

Para finalizar esta parte, pode-se concluir afirmando que o conceito de desenvolvimento sustentável constitui-se num imperativo hipotético que permite uma enorme elasticidade quanto ao tempo e à forma da preservação do ambiente. Também o conceito não possibilita a elaboração de formas de equacionar ou de distribuir equitativamente em âmbito global as privações de produção e consumo inerentes às formas não predatórias de relação com a natureza. E mesmo o princípio normativo empregado nas restrições legais à depredação (liberdade negativa), reforça a submissão de tudo que existe à vontade humana unilateral, que pode determinar o que e quanto deve ser protegido. Enfatizando o que já foi dito, preserva-se o ambiente à medida que o seu equilíbrio, ou a continuidade da existência de algo é útil ao bem-estar humano, ou que sua depredação provoque prejuízos à qualidade da vida humana.

FONTE: Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/a%20\(in\)sustentabilidade.indd.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/a%20(in)sustentabilidade.indd.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2013.



### Sugestão de filme:



### HOME – O MUNDO É A NOSSA CASA

#### Sinopse e detalhes

Em 200 mil anos na Terra, a humanidade tem perturbado o equilíbrio do planeta, estabelecido por quase quatro bilhões de anos de evolução. O preço a pagar é alto, mas é tarde demais para ser pessimista: a humanidade tem apenas 10 anos para inverter esta tendência e tornar-se consciente da extensão total da destruição da Terra e alterar os seus modelos de consumo. Yann Arthus-Bertrand, o realizador, traz-nos imagens aéreas únicas de mais de 50 países para partilhar esperanças e receios num filme que lança a primeira pedra do edifício que, todos juntos, teremos de reconstruir.

#### FICHA TÉCNICA

- Lançamento: 2009
- Gênero: Documentário
- Realização: Yann Arthus-Bertrand
- Nacionalidade: França

FONTE: <<http://cinema.sapo.pt/filme/home/detalhes#sinopse>>.

# RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico você viu que:

- Assegurar a sustentabilidade ambiental é assegurar um dos direitos humanos, conforme prevê o sétimo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio – assegurar a sustentabilidade ambiental.
- O tema sustentabilidade foi pauta de conferências mundiais específicas em que se delinearam conceitos, ações, diretrizes e metas na busca de promover o chamado desenvolvimento sustentável.
- O “Nosso Futuro Comum” foi um importante relatório que delineou medidas propostas para integrar a questão ambiental e o desenvolvimento econômico.
- A “Agenda 21” criada pela Cúpula da Terra, organizada pela ONU, em 1992, é utilizada no mundo todo para nortear discussões de políticas públicas e também para ser um guia para o planejamento de ações locais que fomentem um processo de transição para a sustentabilidade.
- Rio+20 foi a conferência realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro, e teve como temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento econômico sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.
- O termo sustentabilidade é empregado por vários profissionais, das mais diversas áreas, contudo se define como Desenvolvimento Sustentável: é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades.
- Importantes pilares da sustentabilidade são os seguintes: econômico, social, ambiental, cultural, espacial, político e psicológico.
  - **Sustentabilidade econômica:** (conhecida pelo dito popular economicamente viável).
  - **Sustentabilidade social:** (conhecida pelo dito popular socialmente justo).
  - **Sustentabilidade ecológica e ambiental:** (conhecida pelo dito popular ambientalmente correto).
  - **Sustentabilidade espacial ou geográfica ou territorial:** as ações buscam desenvolver equitativamente todas as regiões.

- **Sustentabilidade cultural:** pressupõe um desenvolvimento que respeite a pluralidade cultural existente.
- **Sustentabilidade política:** (nacional e internacional) tem por base a democracia e a apropriação universal dos direitos humanos.
- A dimensão **psicológica** é incorporada ao estudo devido ao relacionamento com o ser humano e com as dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas.

## AUTOATIVIDADE



- 1 O termo sustentabilidade é flexível, dinâmico e não consensual na academia. Em meio às inúmeras definições e controvérsias do termo, esse ainda possui um sentido próprio, que nós (empresas, organizações, sociedade) buscamos alcançar. Fale a respeito de seu real significado.
- 2 A palavra sustentabilidade traz consigo a relação do desenvolvimento sustentável. Dessa forma, pergunta-se: o que é uma sociedade sustentável? É possível atrelar desenvolvimento sustentável e sociedade sustentável?
- 3 A leitura complementar trouxe uma importante reflexão sobre o conceito e o modelo de desenvolvimento sustentável. Qual é sua opinião quanto à crítica lançada diante das diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento?
- 4 O desenvolvimento sustentável não pode se pautar apenas em mecanismos econômicos e, por se tratar de sustentabilidade, também não é apenas alicerçado no foco ambiental. Como o desenvolvimento sustentável é promovido? Fale sobre os pilares que o compreendem.



## FERRAMENTAS INTERNACIONAIS PARA A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS

### 1 INTRODUÇÃO

Os princípios e diretrizes internacionais dão suporte e direcionam as organizações na busca do desenvolvimento sustentável. Além do mais, fornecem algumas ferramentas e tecnologias que, dependendo da estratégia corporativa, podem ser essenciais no desenvolvimento da sustentabilidade.

Para isso, surgem os diversos organismos internacionais, organizações não governamentais, associações de empresas privadas, entre outros, que desenvolvem metodologias, padrões, diretrizes, indicadores, protocolos com finalidade de utilização pelas organizações para a gestão sustentável. E atreladas às ferramentas, temos as tecnologias que vêm ao encontro com o meio ambiente, a economia e sociedade.

As diretrizes nos remetem a orientar a executaçāo de ações, e em se tratando de diretrizes de promoção de sustentabilidade, já se pode relacionar com o âmbito corporativo privado e público. Como o sistema econômico e político em que estamos inseridos está fundamentado no capitalismo e o desenvolvimento segue a regra da industrialização, temos a necessidade de criar estratégias por meio de diretrizes e normas para nortear as organizações à sustentabilidade.

Por isso, é imprescindível que tenhamos conhecimento das diversas diretrizes que compõem o leque de ações que levam as organizações, e consequentemente toda a sociedade, ao desenvolvimento sustentável e sustentado.

Por isso, vamos iniciar esse tópico estudando as diretrizes fundamentais para o desenvolvimento sustentável, pois é dessas diretrizes que parte o arcabouço de ferramentas de gestão sustentável que podem abrir o caminho para as diferentes tecnologias sustentáveis. Vamos lá!

## 2 DIRETRIZES DE SUSTENTABILIDADE E DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A maioria das diretrizes e princípios sobre a sustentabilidade nasce das pesquisas e trabalhos da Organização das Nações Unidas (ONU), que é uma organização internacional formada por países que se reuniram para trabalhar pela paz e pelo desenvolvimento mundial. Afinal, um dos propósitos da ONU é realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

A responsabilidade socioambiental das organizações inicia por meio de um âmbito internacional onde são amplamente discutidos temas como direitos humanos e do trabalho, meio ambiente e sustentabilidade. Estas discussões acontecem principalmente com os países que fazem parte da Organização das Nações Unidas, que resultam quase sempre em diretrizes sobre responsabilidade socioambiental no âmbito principalmente empresarial (LOUETTE, 2007).

As discussões se tornam fundamentais, pois ajudam a compreender e a situar a responsabilidade socioambiental como tema eminentemente necessário para as organizações continuarem a se desenvolver, porém de maneira sustentável. Geralmente estas diretrizes são os documentos da Organização das Nações Unidas e de seus organismos, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (LOUETTE, 2007).

Os principais documentos internacionais desenvolvidos para orientar as organizações (públicas e privadas dos mais variados setores) para o desenvolvimento de práticas de responsabilidade socioambiental estão elencados na figura a seguir.

FIGURA 30 – DOCUMENTOS INTERNACIONAIS PARA PRÁTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

<b>Documentos internacionais para o desenvolvimento de práticas de responsabilidade socioambiental</b>				
Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho e seu seguimento	Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU	Declaração Tripartite sobre Empresas Multinacionais da OIT	Diretrizes para Empresas Multinacionais da OCDE*	Declaração do Rio-92 e Agenda 21

\* Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

FONTE: ONU (2013a)



Estes documentos são aceitos mundialmente e são direcionados para o setor empresarial. As obrigações contidas neles atribuem às empresas responsabilidades na promoção e cumprimento de direitos (LOUETTE, 2007).

O meio ambiente, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são amplamente discutidos nos programas de responsabilidade social, atingindo seu ápice de importância e preocupação universal pela Organização das Nações Unidas (LOUETTE, 2007). Deste modo, com o surgimento das diretrizes para o desenvolvimento sustentável, completa-se o ciclo de diretrizes baseadas nas dimensões da sustentabilidade.

Algumas das principais convenções que direcionam a sustentabilidade às ações socioambientais nas empresas podem ser vistas na figura a seguir.

FIGURA 31 – PRINCIPAIS CONVENÇÕES E/OU PROTOCOLOS QUE SUBSIDIAM AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

- █ **Diretrivas da OCDE para multinacionais (1976)**
- █ **Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio (1985)**
- █ **Relatório IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) (1990)**
- █ **Cúpula da Terra (1992)**
- █ **Convenção sobre Diversidade Biológica (1992)**
- █ **Protocolo de Kyoto (1995)**
- █ **Convenção Aarhus relaciona direitos humanos com os direitos ambientais (1998)**
- █ **Convenção de Roterdã sobre o Consentimento Prévio Informado - PIC (1998)**
- █ **Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (2000)**
- █ **Convenção de Estocolmo sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes (2001)**

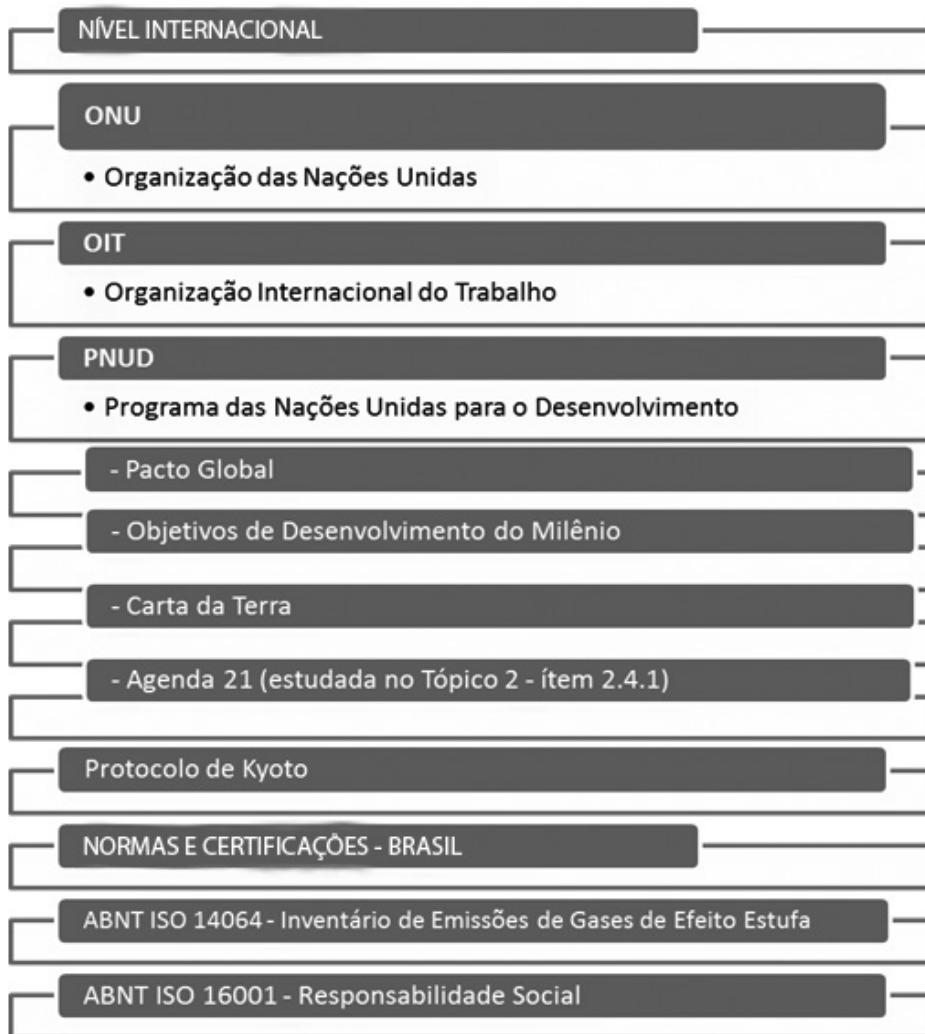
FONTE: Louette (2007)

Portanto, as diretrizes da ONU têm por objetivo a concessão de poderes aos governos para exigirem das organizações o respeito aos direitos humanos, à soberania, desenvolvimento econômico local e proteção ambiental. É necessário que as organizações assumam a sua responsabilidade socioambiental, que cumpram, respeitem e promovam as diretrizes estabelecidas internacionalmente, fazendo-as integrantes de todos os âmbitos organizacionais (LOUETTE, 2007).

### 3 AS FERRAMENTAS PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL

Dentre algumas ferramentas e organismos internacionais e as normas brasileiras que auxiliam as organizações a desenharem seu caminho para o desenvolvimento sustentável, temos as seguintes, conforme figura a seguir.

FIGURA 32 – ORGANISMOS E FERRAMENTAS INTERNACIONAIS E NORMAS E CERTIFICAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



FONTE: Louette (2007)

Os organismos (ONU, OIT e PNUD) e as ferramentas mencionadas nos dão direcionamentos para uma gestão sustentável nas organizações. Partindo desse ponto, é necessário estudá-las e analisá-las para então poder implementar na organização, conforme características que mais se adaptam à estratégia de sustentabilidade que se pretende desenvolver, relacionando ação e benefícios para com o meio.

Vamos estudá-las nesse momento. Vamos lá!

### 3.1 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU

A ONU, criada em 1945, está representada por 192 países e tem por objetivo “promover a cooperação internacional e conseguir a paz e a segurança”. Um dos principais documentos concebidos pela ONU foi a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 (LOUETTE, 2007).

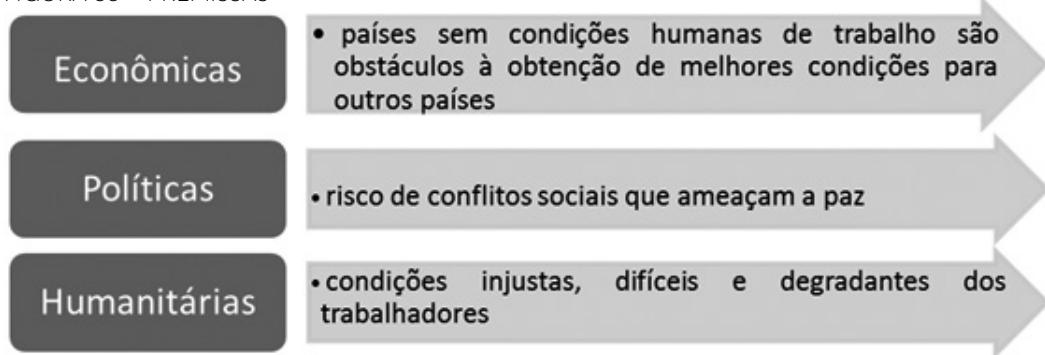
No Brasil, a ONU está representada por várias agências, fundos, programas e comissões regionais, tais como: FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura); FMI (Fundo Monetário Internacional); Banco Mundial; OIT; OMS/OPAS (Organização Mundial da Saúde e Organização Pan-Americana de Saúde); PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente); UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids); UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura); UNICEF; UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher); entre outras (LOUETTE, 2007).

### 3.2 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT

A OIT, concebida pela Conferência de Paz depois da Primeira Guerra Mundial, é uma agência multilateral ligada à ONU voltada a atender às questões relativas ao trabalho em todos os continentes (LOUETTE, 2007).

Com as ações em prol de uma agenda social que viabilize a continuidade do processo de globalização de forma justa (social) e eficiente (econômica), reflexões éticas e econômicas sobre o custo humano, durante a Revolução Industrial, deram início à criação de uma legislação trabalhista internacional visando a melhorias nas relações de trabalho (LOUETTE, 2007). Assim, a criação dessa organização internacional para as questões do trabalho foi baseada nas seguintes premissas:

FIGURA 33 – PREMISSAS



FONTE: Louette (2007)

### 3.3 PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD

O PNUD é uma entidade das Nações Unidas que tem por objetivo promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo. Por meio de seus relatórios, expõe sobre o desenvolvimento humano sustentável e as condições de vida das populações. Além disso, é uma organização executora de projetos que contribuem para melhorar as condições de vida de 166 países em que possui representação e elabora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2003).

Esse organismo tem um importante papel no processo de monitorar e disseminar as Metas de Desenvolvimento do Milênio, uma ferramenta para a gestão sustentável que iremos conhecer a seguir.

### 3.4 PACTO GLOBAL

O Pacto Global, concebido em 1999, é uma ferramenta criada pela ONU na forma de um “acordo” para empresas que pretendem conciliar a força do mercado aos ideais dos direitos humanos, levando-se em conta os impactos sociais e ambientais produzidos pela sociedade globalizada. Anualmente, lideranças políticas, organizações não governamentais e empresas se reúnem firmando uma parceria entre as Nações Unidas, o que se configura como o chamado Pacto Global (LOUETTE, 2007).

O Pacto Global adotou dez princípios universais, derivados dos direitos humanos, dos direitos do trabalho e do conceito de sustentabilidade, que fazem parte da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) e de Copenhaguen (2004).

Os dez princípios do Pacto Global constam na figura a seguir:

FIGURA 34 – PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

**PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL**



FONTE: Disponível em: <[http://relatorioanual2010.oi.com.br/wp-content/uploads/2011/05/D2\\_01\\_tabela-pacto-global.gif](http://relatorioanual2010.oi.com.br/wp-content/uploads/2011/05/D2_01_tabela-pacto-global.gif)>. Acesso em: 20 mar. 2013.



Qualquer organização interessada em colocar em prática os dez princípios pode participar do Pacto Global.

### 3.5 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO – ODM

É uma ferramenta estabelecida na forma de um documento que estabelece um conjunto de oito objetivos, 18 metas e 48 indicadores para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza em todos os países do mundo (RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2003). Esses devem ser cumpridos até 2015, conforme definido pelos países membros da ONU no ano de 2000 (LOUETTE, 2007).

Os oito objetivos estabelecidos (figura a seguir) são importantes para a comunidade internacional, uma vez que podem ser medidos e delimitados.

FIGURA 35 – OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO



FONTE: Disponível em: <[http://www.portalodm.com.br/images/noticias/2011-01-20\\_especialista-propoe-novos-objetivos-do-milenio-pos-2015\\_gg.jpg](http://www.portalodm.com.br/images/noticias/2011-01-20_especialista-propoe-novos-objetivos-do-milenio-pos-2015_gg.jpg)>. Acesso em: 20 mar. 2013.



Veja alguns projetos que trabalham com os objetivos do milênio no Brasil pelo link: <<http://www.portalodm.faculdadeam.edu.br/projetos.php>>.

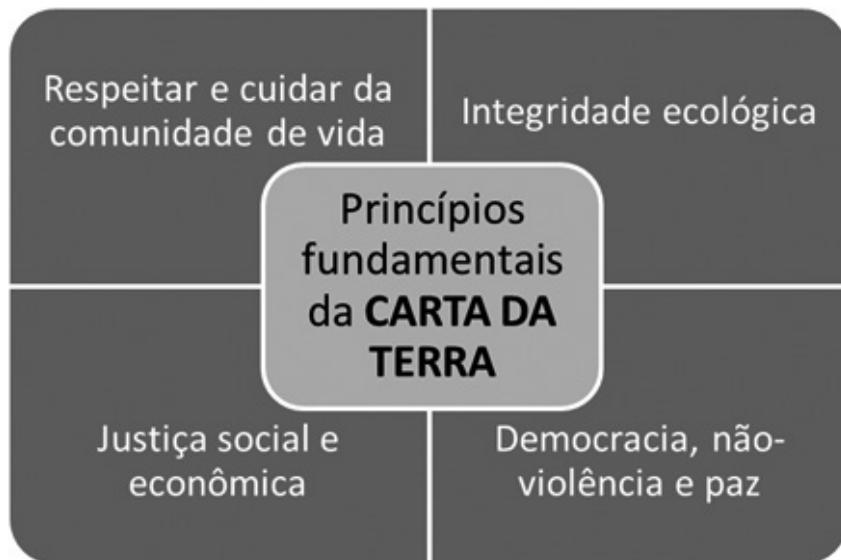
### 3.6 CARTA DA TERRA

A Carta da Terra surgiu como uma resposta às ameaças que assolam o planeta como um todo, como forma de se pensar articuladamente os muitos problemas socioambientais (LOUETTE, 2007).

A Carta da Terra se refere a um dos textos mais completos que se tem escrito atualmente, contemplando o melhor discurso ecológico já produzido, os resultados mais seguros das ciências da vida e do universo, com forte densidade ética e espiritual. Seu texto final foi aprovado em uma reunião no ano 2000, no espaço da UNESCO, em que se envolveram 46 países e mais de 100 mil pessoas, desde favelas, comunidades indígenas, universidades e centros de pesquisa (LOUETTE, 2007).

O documento é estruturado em quatro princípios fundamentais. Veja-os na figura a seguir.

FIGURA 36 – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CARTA DA TERRA



FONTE: Louette (2007)

### 3.7 PROTOCOLO DE KYOTO

O Protocolo de Kyoto é um tratado internacional com compromissos compulsórios para a redução das emissões dos gases que provocam o efeito estufa, legitimados por crescentes pesquisas científicas, como causa do aquecimento global e consequente variabilidade climática.



Os seis gases de efeito estufa monitorados pelo Protocolo de Kyoto são o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), metano (CH<sub>4</sub>), óxido nitroso (N<sub>2</sub>O), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorocarbonos (PFCs), e hexafluoreto de enxofre (SF<sub>6</sub>).

O tratado originou-se em Toronto em 1988, seguido pelo IPCCs (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) e culminou com a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (UNFCCC) na Rio-92 (LOUETTE, 2007).



O IPCC é o principal organismo internacional responsável pelas pesquisas e informações sobre a evolução das mudanças climáticas no mundo, seus potenciais impactos ambientais e socioeconómicos. Foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM).

O objetivo do Protocolo de Kyoto é obrigar os países desenvolvidos a reduzirem a quantidade de gases poluentes, com metas de curto, médio e longo prazo (LOUETTE, 2007).

### 3.8 ABNT NBR 14064 – INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

A ABNT NBR ISO 14064 é uma série de normas que estabelecem diretrizes e procedimentos para ações, a saber:

- P - Projetos MDL: Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.
- I - Inventários de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): documento que relata as fontes e sumidouros de gases de efeito estufa e quantifica-os em uma organização.
- P - Projetos de redução de emissões de gases e a verificação e gestão dos GEE.



MDL: projetos previstos no Protocolo de Kyoto, criados para ajudar os países Anexo I (países desenvolvidos com grandes emissões de GEE históricas e que aderiram ao Protocolo de Kyoto) a atingirem suas metas de reduções de emissões de gases de efeito estufa a menores custos e com maior efetividade. Os projetos de reduções de emissões de GEE são realizados em Países Não Anexo I (países em desenvolvimento com reduzida emissão histórica de GEE), sendo financiados pelos Países Anexo I, por meio da compra dos créditos de carbono (valor monetário correspondente a um volume determinado de emissões de GEE que são reduzidos por meio da implementação de Projetos MDL). As reduções de emissões podem ser utilizadas para cumprimento de metas pelo país investidor e podem ser comercializadas.

A referida norma está intimamente ligada às ações para a diminuição dos efeitos do aquecimento global e consequentemente a variabilidade climática, e assim se fazem importantes para as organizações, pois orientam na sua gestão de carbono (ABNT NBR ISO 14064-1, 2007) (LOUETTE, 2007).

### 3.9 ABNT NBR 16001 – RESPONSABILIDADE SOCIAL

A ABNT NBR 16001 é uma ferramenta de responsabilidade social. Publicada em 2004, essa norma brasileira estabelece os princípios para um sistema da gestão da responsabilidade social, que permite à organização formular e implementar diretrizes que observem os requisitos legais, compromissos éticos e preocupação com o favorecimento da cidadania, desenvolvimento sustentável e a transparência das suas atividades (LOUETTE, 2007).

Os objetivos devem contemplar: boas práticas de governança; combate à pirataria, sonegação e corrupção; práticas leais de concorrência; direitos da criança e do adolescente e o combate ao trabalho infantil; direitos do trabalhador; combate à discriminação; desenvolvimento profissional; promoção da saúde e segurança; promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo; proteção ao meio ambiente; e ações sociais de interesse público (LOUETTE, 2007).



A sustentabilidade não está atrelada unicamente à área ambiental e sim essa somada ao equilíbrio dinâmico do conjunto das relações sociais, econômicas, culturais, espaciais e psicológicas, ou seja, é esse conjunto que alicerça o desenvolvimento sustentável de fato. Os organismos e ferramentas aqui apresentados orientam para esse processo tão fundamental para assegurar recursos para as presentes e futuras gerações.

## 4 TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS

Existem inúmeras ferramentas e tecnologias que contribuem para um desenvolvimento mais sustentável. Para abordar esse assunto, vamos tratar brevemente sobre economia de baixo carbono ou economia verde. Você já ouviu falar a respeito?

A economia de baixo carbono está atrelada a uma nova configuração de como as tecnologias modernas contribuem com a preservação do meio ambiente.

Logo, podemos dizer que são tecnologias sustentáveis que contribuem para aumentar a eficiência do processo e redução das emissões de gases de efeito estufa, principalmente o dióxido de carbono, por isso, então, economia de baixo carbono.



A economia de baixo carbono serve para que seja gerado o menor impacto possível sobre o clima do planeta Terra, e são as alternativas relacionadas à gestão em sustentabilidade (CGEE, 2012).

Entretanto, os debates sobre economia verde ou economia de baixo carbono precedem a definição precisa do conceito. Mesmo para especialistas engajados na discussão do termo, estabeleceu-se uma margem ampla de variação no entendimento do que sejam seus eixos principais, limites e alcances (CGEE, 2012).

Conforme o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2012), a economia verde é aquela na qual a finitude dos recursos naturais, os serviços ecossistêmicos e os limites planetários dados pela ciência são levados em consideração e constituem marcos dentro dos quais as atividades de produção, distribuição e consumo podem ter lugar. Numa economia verde, os serviços ecossistêmicos são considerados nos processos de tomadas de decisões e as extremidades ambientais são internalizadas, e questões como mudanças do clima, escassez do recurso água e eficiência energética são elementos centrais orientadores do comportamento dos agentes.



Leia o livro **Economia verde para o desenvolvimento sustentável** (CGEE, 2012). Esse livro foi organizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e você pode solicitá-lo gratuitamente pelo site: <[www.cgee.org.br](http://www.cgee.org.br)>.

Com esse contexto, partimos para a importante leitura complementar que irá tratar a respeito das tecnologias sustentáveis e suas relações com a economia de baixo carbono ou economia verde. Leia e discuta com seus colegas de classe.

## LEITURA COMPLEMENTAR

### **O SETOR ENERGÉTICO E A TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO**

*Energia, Impactos, Transição, Emissões, Baixo Carbono, Recomendações, Sustentabilidade, Eficiência Energética*

#### **Introdução**

A energia, em seu sentido mais amplo, exerce um papel fundamental para a sociedade. Ela é um elemento-chave para a inclusão social, o desenvolvimento e, consequentemente, para a melhoria da qualidade de vida. A sociedade contemporânea foi construída com base em energia de baixo custo: os combustíveis fósseis – carvão, petróleo e gás natural. As emissões produzidas pela queima desses combustíveis, seja em veículos, termelétricas, entre outros usos, são, no entanto, as principais causas das mudanças climáticas globais.

A concentração atual de CO<sub>2</sub> na atmosfera, o principal gás de efeito estufa, é a mais alta dos últimos 650 mil anos e, provavelmente, dos últimos 20 milhões de anos. As conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, por sua sigla em inglês) alertam que a alteração do sistema climático é indiscutível e concluem ainda, com 95% de certeza, que as principais causas da alteração do clima são associadas ao aumento de gases de efeito estufa (GEE) de natureza antropogênica.

É nesse cenário que se discute o desafio para a matriz energética brasileira. O Brasil é o quarto maior emissor de GEE do mundo. Segundo o relatório global da McKinsey, é um dos cinco países com maior potencial para reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>, podendo cortá-las em 70% até 2030. Além disso, estima-se que os custos associados à curva de abatimento das emissões brasileiras estejam na média de €9/tCO<sub>2</sub>e, enquanto a média mundial é de €18/tCO<sub>2</sub>e. Ou seja, temos um enorme potencial de reduzir emissões, e de fazê-lo com baixo custo.

Foi com essa posição que o Brasil apresentou o seu compromisso durante a COP-15 em Copenhaguen de reduzir voluntariamente em 38,9% suas emissões projetadas para 2020. Esse acordo foi efeito de um longo processo de discussão entre as agências do governo, ONGs, a comunidade acadêmica e empresas. O estabelecimento do compromisso em Copenhagen fortaleceu o papel de liderança do Brasil no âmbito das discussões climáticas, refletida na lei aprovada no Congresso, e que incorpora as metas do Plano Nacional de Mudança Climática. O Estado de São Paulo também estabeleceu suas próprias metas de redução de emissões em 20% para o mesmo ano. As emissões brasileiras se devem em grande parte aos elevados índices de desmatamento nos biomas brasileiros, em especial da Amazônia. De acordo com o inventário brasileiro, 75% das emissões resultam do desmatamento de florestas e de outros usos da terra. Apesar de o setor energético

não ser o principal responsável pelo desmatamento, ele também contribui com uma parcela significativa, 13,8%, do total das emissões do país.

Em termos corporativos, a matriz energética brasileira é uma das menos emissoras do mundo, consome cerca de 2% da energia mundial. Segundo dados preliminares do Balanço Energético Nacional (BEN, 2008), a matriz energética brasileira mostra uma elevada proporção de energia renovável, sete vezes a média da OECD (Organization for Economic Cooperation and Development) e três vezes e meia a média mundial. A participação da energia de fontes renováveis representou quase a metade do total da matriz energética brasileira em 2008. No que se refere à matriz elétrica, a participação das fontes renováveis é ainda mais expressiva. Dos 484,52 TWh ofertados, 86,7 % são de origem hidráulica e de biomassa. O setor energético brasileiro se destaca pela sua diversidade e por sua oportunidade diante do desafio global de reduzir as emissões de GEE. O Brasil conta com um enorme potencial por ser o segundo maior produtor de etanol no mundo e, de longe, o que reúne mais condições para ampliar a oferta do produto. De seu potencial de geração hidrelétrica de 260 GW, apenas 30% foram explorados. É o país com a maior área territorial dos trópicos e, consequentemente, recebe uma quantidade gigantesca de radiação solar que poderia ser aproveitada para energia. Devido ao seu regime de ventos, o potencial eólico estimado é de 143,5 GW ou 31 GW médios, o que equivale a 59% do mercado de energia elétrica nacional (CEPEL, 2001). Em função de sua diversidade em ecossistemas, o Brasil conta também com uma gama de possibilidades de oleaginosas para produção de biocombustíveis líquidos. Há, no entanto, muito espaço para melhorias. A intensidade *per capita* de emissões brasileiras era de 12 toneladas (t) CO<sub>2</sub>e em 2005, compatível a um país europeu (10 t CO<sub>2</sub>e/cap) (MCKINSEY, 2005). Estima-se que com o crescimento da economia brasileira a intensidade de emissões deva aumentar para 14 tCO<sub>2</sub>e *per capita* em 2030. Isso significa que, em uma perspectiva futura, mesmo que eliminadas as emissões do setor florestal, as emissões brasileiras permaneceriam relativamente altas se não forem introduzidas outras ações de mitigação. Destacam-se alguns pontos cruciais em relação aos desafios para reduzir as emissões de GEE no Brasil:

- (1) O país apresenta uma das maiores taxas de perdas energéticas na sua matriz elétrica, em torno de 17%.
- (2) No setor de transportes, 91,3% é rodoviário, e 80,6% é à base de combustíveis fósseis, sendo destes 51,6% diesel e 25,3% gasolina.
- (3) O desmatamento e a demanda reprimida de energia na zona rural ainda são entraves a serem superados.
- (4) A maior parte da energia hidrelétrica é originada no norte do país, longe dos centros de consumo, exigindo uma extensa rede de distribuição.
- (5) Quando discutimos energia no Brasil, graças à relevância dos recursos naturais do país, é preciso olhar além da pegada de carbono e contemplar também o impacto de diferentes opções na água, biodiversidade, insumos, resíduos, em comunidades locais, entre outros.

Mesmo frente a uma matriz limpa hoje, o Brasil precisará crescer para incorporar a população que ainda não tem acesso à energia. E as questões energéticas brasileiras devem ser resolvidas no âmbito de uma economia de baixo

carbono, considerando que a transição já se encontra em curso. Os países que visualizaram há mais tempo a necessidade de substituição de combustíveis fósseis disputam uma corrida tecnológica para ver quem obterá vantagens competitivas das inovações que surgiram e ainda estão por surgir desse processo.

Será necessário ampliar o leque de oportunidades, especialmente quando consideramos a exploração do pré-sal e as emissões consequentes. As recomendações que emergiram do seminário são listadas a seguir e foram divididas em duas categorias: (1) caminhos tecnológicos que permitirão o Brasil expandir sua matriz energética com baixas emissões, e (2) políticas necessárias para inserir as tecnologias emergentes no mercado brasileiro.

## Caminhos Tecnológicos

### Eficiência Energética

A eficiência energética deve ser a prioridade de todos os países, pois é a única iniciativa que não aumenta emissões ou causa novos impactos no meio ambiente. A eficiência energética proporciona mais bem-estar sem aumentar a produção de energia. Além de ser a fonte menos impactante, é também a mais econômica em termos financeiros. Tanto nos processos de transmissão e distribuição de energia, quanto nos processos de produção industrial, transporte, entre outros usos, foi destacada como a principal prioridade para o Brasil.

A perda energética no Brasil está em torno de 17%. Desse total, 5-6% da perda é devido ao sistema de transmissão de alta tensão, e entre 10-12% está atribuída à distribuição. Além da perda inerente ao sistema brasileiro, o desperdício é também marcante na cultura do país. A classe média brasileira desperdiça R\$ 1,00 para cada R\$ 4,00 consumidos. Da mesma forma, deve-se buscar a redução efetiva do desperdício através de mudança de padrões de consumo, assim como no investimento em políticas e programas que minimizem tais perdas.

Em 2008, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) economizou 1.000 MW, o que equivale à geração de energia prevista para Angra III, com investimentos de R\$ 45 milhões. Considerando os bilhões necessários para construir novas usinas e os impactos ambientais e sociais que estas acarretam, comprova-se a economicidade de eficiência energética.

Já no setor de transportes, iniciativas para aumentar a eficiência dos automóveis contribuíram para que fosse evitado o lançamento de milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>, respectivo ao volume de combustível economizado pelo ganho em rendimento dos veículos. Parcerias para aferir caminhões e ônibus e campanhas educativas para motoristas sobre o uso eficiente do veículo, são alguns exemplos. Em 2008, a Petrobras e o INMETRO (Instituto de Nacionais de Metrologia, Normalização e Qualidade Nacional) lideraram o lançamento do Programa de Etiquetagem Veicular, com o objetivo de estimular o uso e a produção de automóveis cada vez mais eficientes.

Outra iniciativa governamental existente é a linha de financiamento de apoio a projetos de eficiência energética – PROESCO do BNDES. O PROESCO tem como principais clientes empresas de serviços de conservação de energia, usuários finais de energia e empresas de geração, transmissão e distribuição de energia. O financiamento apoia intervenções que comprovadamente contribuam para a economia de energia, aumentem a eficiência global do sistema energético ou promovam a substituição de combustíveis de origem fóssil por fontes renováveis. Os programas criados para promover a eficiência energética também necessitam de mais relevância institucional, a exemplo do modelo em vigor atualmente nos Estados Unidos. Poderiam ser consideradas iniciativas como uma política de eficiência para veículos, que estabeleceria um consumo máximo por quilômetros rodados em carros, como foi feito no governo Carter e que agora retorna. Outro exemplo seria aproveitar oportunidades como a redução do IPI para veículos, exigindo uma contrapartida de eficiência do setor de automóveis, que se beneficiaria do incentivo fiscal, como foi feito com os eletrodomésticos em 2009.

Esses exemplos reforçam como políticas que podem impulsionar ações de eficiência energética. Um estudo do Banco Mundial (2010) aponta que o uso de lâmpadas fluorescentes compactas (LFC), luminárias reflexivas, reatores eletrônicos e lâmpadas trifósforo para iluminação junto com refrigeração mais eficiente seriam responsáveis pelos maiores ganhos em eficiência no uso de eletricidade no Brasil. Os maiores ganhos em termos de emissões estariam no uso de combustíveis pela indústria, substituindo combustíveis de biomassa não renováveis (carvão vegetal e lenha) por renováveis, melhoria nos processos de combustão, recuperação e otimização dos sistemas de calor e de cogeração de energia.

### Substituição de Combustíveis Fósseis Automotivos

Os combustíveis fósseis têm grande participação no mercado brasileiro. Existem alternativas em uso no Brasil e no mundo para substituí-los, porém a escala dessa ampliação necessita de maior estudo. Duas alternativas que visam à minimização da participação de combustíveis fósseis para o abastecimento automotivo foram apontadas durante o seminário: o etanol como uma fonte de combustível renovável e o carro elétrico.

O etanol não é novidade no mercado brasileiro. Segundo Tolmasquim (EPE), o Brasil é um dos países com menor custo para a produção de etanol, assim como também é o país com a maior produtividade por área, o que o coloca em uma posição competitiva favorável. Em 1975 foi lançado o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), um programa governamental que visava à substituição em larga escala da gasolina pura, com o objetivo de reduzir as importações de petróleo. Em 1988, a oferta de álcool não foi capaz de acompanhar o crescimento da demanda e foi instaurada a crise de abastecimento da entressafra, afetando a credibilidade do programa. Trinta anos depois, o Brasil volta a expandir os canaviais com o objetivo de oferecer, em grande escala, o combustível alternativo. Dessa vez a iniciativa não é apenas governamental, mas também da iniciativa privada, que vislumbra o uso cada vez maior do etanol como combustível no Brasil e no mundo. Em 2008, a produção nacional de energia da cana-de-açúcar superou a da gasolina.

Um dos principais fatores para a retomada da credibilidade do álcool como combustível automotor foi o lançamento de carros flex, ou seja, carros que podem ser abastecidos tanto por gasolina como por álcool. Houve uma evolução da venda de veículos de 2003 a 2009 por tipo de combustível. Otimizar a utilização de terras para o plantio e minimizar o desperdício é o principal desafio para o setor sucroalcooleiro brasileiro. São hoje ocupados pela cana-de-açúcar 8,24 milhões de hectares, e em 10 anos deverão ser 11,93 milhões de ha. Para atender à demanda de etanol em 2019 será necessária a utilização de 2,18% da área agricultável do país e 7,71% da área apta à expansão da cana, de acordo com o Zoneamento Agroecológico. É preciso, entretanto, buscar o aumento da produtividade da cana, através do aumento de sua produção sem depender da expansão em área. A EPE ressalta também que se o aumento da eficiência continuar no atual ritmo, poderiam ser economizados 2,1 milhões de hectares até 2019.

A eficiência de um motor de combustão interna, como os utilizados em veículos automotores, é, na melhor das hipóteses, de 20%. Em vista da limitação tecnológica dos motores automotivos, o etanol deve ser estudado tanto para aplicação em motores de combustão interna, motores de ciclo diesel que podem usar etanol, e até mesmo empregar o hidrogênio do etanol para células de hidrogênio em carros de células combustíveis.

O seminário reforçou que, dado o enorme potencial brasileiro para produzir etanol, deve-se explorar diversas formas de produzir etanol, não só por processos enzimáticos, mas também termoquímicos, butanol, entre outros. O investimento em pesquisa e desenvolvimento para produção de etanol de segunda a geração é essencial para a continuidade do etanol como combustível mundial, inclusive para amenizar as preocupações relativas à competição dessas áreas para a produção de alimentos.

### Biomassa

No Brasil, hoje, existem 20 usinas termelétricas a biomassa em operação, viabilizadas pelo PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica), totalizando cerca de 514 MW. Adicionalmente, 58 usinas foram leiloadas entre 2005 e 2009, correspondentes a 3.515 MW, que estão agora em fase de construção. Na recente abertura para o leilão de fontes alternativas, foram cadastradas mais 68 usinas com potencial de geração de 4.170 MW.

Grande parte da geração através da biomassa é proveniente do bagaço de cana. Outras fontes, que incluem papel, celulose e lenha, representam menos que um terço do total de geração da biomassa (Banco Mundial, 2010). A geração de eletricidade a partir dos resíduos sólidos urbanos, fonte de energia renovável que é pouco utilizada no Brasil, pode ser muito interessante. O país produz diariamente 375 mil toneladas de resíduos urbanos que poderiam ser usados para a geração de eletricidade (20).

Duas grandes barreiras foram apontadas durante o seminário para o aumento da inclusão de energia a partir do bagaço de cana na matriz elétrica.

A primeira é o custo de interconexão com a matriz de transmissão. As usinas que ficam distantes de linhas de transmissão optam, muitas vezes, por vender o bagaço para outros fins. Schaeffer et. al. sugerem criar políticas que exijam que as concessionárias comprem o excesso de energia das usinas de açúcar e álcool a custo evitado de geração, transmissão e distribuição, via contratos de longo prazo.

A segunda barreira é a tecnologia atualmente empregada no setor sucroalcooleiro de turbinas a vapor, em que a geração de eletricidade é subproduto do processo de produção de etanol e se dá apenas durante a safra. Por não ser o negócio principal dos usineiros a geração de energia, muitos não estão familiarizados com as tecnologias disponíveis para esse fim. Se o governo quiser estimular a inserção dessa fonte na matriz energética, recomenda-se incentivar o uso de tecnologias mais sofisticadas que podem aumentar substancialmente a geração de energia elétrica a partir do bagaço. Porém, tecnologia de ruptura, ou seja, a que realmente faria a diferença na geração de energia elétrica a partir de biomassa, seria a tecnologia integrada de gaseificação de biomassa e de ciclo combinado, e para isso são necessários investimentos específicos para esse fim.

### Sequestro Geológico de Carbono

As reservas estimadas do pré-sal podem emitir, ao longo dos próximos 40 anos, em torno de 1,3 bilhão de toneladas de CO<sub>2</sub>, considerando refino, abastecimento e queima de petróleo. Os campos explorados hoje no Brasil têm a presença de aproximadamente 5% CO<sub>2</sub> associado ao gás natural e ao petróleo. No pré-sal, em função das características geológicas, estima-se que o CO<sub>2</sub> associado poderá variar de 10% a 15%. Para que essas emissões sejam neutralizadas, deve-se portanto considerar o Sequestro Geológico de Carbono (CCS) como uma tecnologia de mitigação, principalmente quando se leva em conta a futura exploração do pré-sal.

Os programas de CCS são voltados para grandes fontes estacionárias de CO<sub>2</sub> pela queima de combustíveis fósseis (exemplo: termelétricas, refinarias, produção de petróleo e gás natural e siderúrgicas). Sequestro de carbono através da captura, transporte e armazenamento geológico de CO<sub>2</sub> está baseado no princípio de “devolver o carbono de volta ao subsolo”.

A primeira etapa do processo de sequestro de carbono é a captura e separação do dióxido de carbono gerado em fontes estacionárias. Após sua captura, o CO<sub>2</sub> precisa ser comprimido e transportado até o local de injeção em formações geológicas apropriadas. O armazenamento geológico pode ser feito principalmente em três tipos de reservatórios: campos de petróleo, aquíferos salinos e em camadas de carvão.

O armazenamento de gases e líquidos em campos de petróleo aquíferos salinos é uma atividade exercida há décadas pela indústria do petróleo. No Brasil, a injeção de CO<sub>2</sub> em pequena escala em campos de petróleo é usada pela Petrobras desde 1987 para aumentar a produção de hidrocarbonetos, através de uma técnica conhecida como EOR (Enhanced Oil Recovery). No mundo existem atualmente

três projetos de CCS em escala industrial: o projeto Sleipner que injeta o carbono em um aquífero salino *offshore* na Noruega, o projeto Weyburn EOR no Canadá, e o projeto In Salah em um campo de gás na Argélia. Em 2009, a Petrobras criou o PROCO<sub>2</sub> – Programa Tecnológico de Gerenciamento do CO<sub>2</sub> no desenvolvimento do Pré-sal, com foco direcionado para as questões de CO<sub>2</sub> no desenvolvimento do Polo Pré-sal da Bacia de Santos.

Um dos aspectos mais importantes com relação ao armazenamento de carbono é a segurança desta atividade. A segurança está relacionada à eficiência com que a formação geológica é capaz de reter o CO<sub>2</sub> e, portanto, evitar vazamentos para a superfície ou outras unidades geológicas, além dos riscos envolvidos com as atividades de injeção em plataformas na superfície. Outro aspecto importante para viabilização do CCS é o preço da tonelada do carbono, que de acordo com algumas estimativas, teria que triplicar para viabilizar a tecnologia. Esses fatores precisam ser criteriosamente avaliados para que essa seja uma resposta viável do setor de energia ao aumento das emissões referentes à exploração do pré-sal.

### Energia Eólica

Devido ao regime de ventos, o potencial estimado para geração de energia eólica no Brasil é de 143,5 GW ou 31 GW médios, o que é equivalente a 59% do mercado de energia elétrica nacional. Esse potencial, no entanto, poderia ser dobrado, com torres mais altas, já que as estimativas apresentadas foram realizadas assumindo torres de 50 m de altura e turbinas com potência unitária de 0,5 MW.

A tecnologia atual permite captar ventos em uma altura de até 100 metros, que são mais intensos do que os ventos mais próximos da camada terrestre, aumentando em até 2 MW a potência unitária das turbinas. Em vista desse enorme potencial, o Brasil precisa estimular a presença dessa tecnologia na matriz energética. No primeiro leilão de energia eólica, ocorrido em dezembro de 2009, foram contratados 783 MW médios de energia eólica a preços compatíveis aos de geração de biomassa. Três grupos que venceram os últimos leilões do governo federal se comprometeram a investir cerca de R\$ 5 bilhões nos próximos três anos. Essas empresas buscam recursos para financiar seus projetos através do mercado de capitais. Os empreendedores reclamam, no entanto, da falta de regularidade dos leilões, que inibe um planejamento de longo prazo.

### Energia Solar

O potencial brasileiro para a geração de energia solar é maior que o dos grandes usuários de painéis solares no mundo, em decorrência da extensão e localização tropical do país. Existe uma demanda reprimida de 2 milhões de habitantes em lugares remotos que se encontram sem energia elétrica no Brasil e que não serão abastecidos pela expansão da rede elétrica na Amazônia nem pelo gás natural.

A tecnologia solar fotovoltaica tem o potencial de substituir grupos de geradores a diesel/óleo que hoje abastecem essas comunidades isoladas, além

de ser uma ótima opção econômica, devido ao preço do diesel e dificuldade de seu transporte. A energia solar também seria uma solução economicamente atraente para a geração de energia de edificações em regiões urbanas. Os preços dos painéis fotovoltaicos estão decrescendo, e já existe paridade tarifária para regiões isoladas na Europa.

No Brasil a energia solar não é contemplada na legislação nacional em vigor. Consequentemente, não se tem acesso a linhas de crédito diferenciadas para essa tecnologia. Esse quadro deve ser alterado para que o Brasil não dependa da importação de tecnologias de painéis.

FONTE: FOCUS - VISÃO BRASIL. Financiamento e oportunidades de conservação e uso sustentável. Disponível em: <[http://www.visaobrasil.org/wp-content/uploads/2010/09/focus\\_julho2010\\_Energia.pdf](http://www.visaobrasil.org/wp-content/uploads/2010/09/focus_julho2010_Energia.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2013.



#### Sugestão de filme:



#### UMA VERDADE INCONVENIENTE

##### Sinopse e detalhes

O ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore apresenta uma análise da questão do aquecimento global, mostrando os mitos e equívocos existentes em torno do tema e também possíveis saídas para que o planeta não passe por uma catástrofe climática nas próximas décadas.

#### FICHA TÉCNICA

- Lançamento: **3 de novembro de 2006** (1h 40min)
- Dirigido por Davis Guggenheim
- Com Al Gore, Charles Berling
- Gênero: Documentário
- Nacionalidade: EUA

# RESUMO DO TÓPICO 3

**Neste tópico você viu que:**

- Diretrizes e princípios sobre a sustentabilidade nascem das pesquisas e trabalhos da Organização das Nações Unidas (ONU).
- Os principais documentos internacionais desenvolvidos para orientar as organizações (públicas e privadas dos mais variados setores) para o desenvolvimento de práticas de responsabilidade socioambiental são: Declaração da OIT; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Tripartite sobre Empresas Multinacionais da OIT; Diretrizes para Empresas Multinacionais OCDE; Declaração da Rio-92 e Agenda 21.
- Estudou algumas das principais convenções que direcionam a sustentabilidade às ações socioambientais nas empresas.
- Estudou algumas ferramentas e organismos internacionais e as normas brasileiras que auxiliam as organizações a desenharem seu caminho para o desenvolvimento sustentável.
- O Pacto Global, concebido em 1999, é uma ferramenta criada pela ONU na forma de um “acordo” para empresas que pretendem conciliar a força do mercado aos ideais dos direitos humanos, levando-se em conta os impactos sociais e ambientais produzidos pela sociedade globalizada.
- OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO – ODM: é uma ferramenta estabelecida na forma de um documento que estabelece um conjunto de oito objetivos, 18 metas e 48 indicadores para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza em todos os países do mundo.
- O Protocolo de Kyoto é um tratado internacional com compromissos compulsórios para a redução das emissões dos gases que provocam o efeito estufa, legitimados por crescentes pesquisas científicas, como causa do aquecimento global e consequente variabilidade climática.
- A economia de baixo carbono está atrelada a uma nova configuração de como as tecnologias modernas contribuem com a preservação do meio ambiente.
- A economia de baixo carbono serve para que seja gerado o menor impacto possível sobre o clima do planeta Terra.

## AUTOATIVIDADE



- 1 Com relação às ferramentas e organismos internacionais e às normas brasileiras que auxiliam as organizações a desenharem seu caminho para o desenvolvimento sustentável, relacione as colunas:



- |                        |  |
|------------------------|--|
| A – PACTO GLOBAL       | Ferramenta para desenvolvimento de inventários<br><br><input type="checkbox"/> de emissões de GEE e projetos de mitigação de GEE.  |
| B – PROTOCOLO DE KYOTO | <input type="checkbox"/> Agência multilateral ligada à ONU, especializada em tudo o que envolve o trabalho.  |
| C – ONU                | <input type="checkbox"/> Estabelece um conjunto de objetivos para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza no mundo.   |
| D – ISO 16001          | <input type="checkbox"/> Resposta às ameaças que assolam o planeta, como forma de se pensar articuladamente os muitos problemas socioambientais  |
| E – PNUD               | <input type="checkbox"/> Compromissos com a redução das emissões dos gases que provocam o efeito estufa.   |
| F – NBR ISO 14064      | <input type="checkbox"/> Organização das Nações Unidas que trata da paz e a segurança no mundo.  |
| G – CARTA DA TERRA     | <input type="checkbox"/> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.  |
| H – METAS DO MILÊNIO   | <input type="checkbox"/> Ferramenta ou acordo para empresas que pretende conciliar a força do mercado aos ideais dos direitos humanos, levando-se em conta os impactos sociais e ambientais. |
| I – OIT                | <input type="checkbox"/> Norma brasileira de responsabilidade social que tem caráter de sistema de gestão e é certificável.  |

- 2 As ferramentas e organismos citados na questão anterior vêm ao encontro da gestão da sustentabilidade. Mas sabemos que sua aplicação deve ser ampla para se ter resultados. Discuta sobre o potencial do Brasil na implantação de tecnologias sustentáveis para ampliar o gerenciamento e promover um desenvolvimento sustentável.





# REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR ISO 14064**: especificação e orientação a organizações para quantificação e elaboração de relatórios de emissões e remoções de gases de efeito estufa. Rio de Janeiro, 2007.

ALMEIDA, Fernando Barcellos. **teoria geral dos direitos humanos**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1996.

AQUINO, Rubim Santos Leão de et al. **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_. **História das sociedades**. Das comunidades primitivas às sociedades medievais. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAUJO, P. R. da R. Novos cenários das políticas públicas na questão ambiental: os entornos eco-sócio-territoriais. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 1, jan./jun. 2005.

ASSADOURIAN, E. **Ascensão e queda das culturas de consumismo**. In: Estado do Mundo 2010: estado do consumo e o consumo sustentável, Worldwatch Institute. Erik Assadourian (org.); Claudia Strauch (trad.). Disponível em: <[www.worldwatch.org.br/estado\\_2010.pdf](http://www.worldwatch.org.br/estado_2010.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2013.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm)>. Acesso em: 18 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e Resolução CNE/CP nº 1, de 17/06/04. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Ético-Raciais e Ensino de História e Cultivo Afro-brasileiro e Indígena. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/cne](http://portal.mec.gov.br/cne)>. Acesso em: 24 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. BRASIL. Resolução CNE 01, de 30 de maio de 2012. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/cne](http://portal.mec.gov.br/cne)>. Acesso em: 24 jan. 2013.

BUENO, Eduardo. **Brasil**: uma história. São Paulo: Ática, 2003.

BUARQUE, Cristovam. A desordem do progresso. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, ano 2, n. 1, jul. 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/014/14cbuarque.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

BURRIEZA, Angela Fugueruelo et al. **Direitos humanos**: questões em debate. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CARVALHO, Edson Ferreira de. **Meio ambiente e direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 2012.

CARDOSO, C. F. **Sociedades do antigo oriente próximo**. São Paulo: Ática, 1984.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Terras de negros no Vale do Ribeira. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 19., 1997, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUH, 1997.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. **Economia verde para o desenvolvimento sustentável**. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) (org.). Brasília: CGEE, 2012.

COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. **Relatório Brundtland**: nosso futuro comum. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CORTELLA, Mario S. **Qual é a tua obra?**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2004.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIREITOS HUMANOS NO COTIDIANO. Manual. Ministério da Justiça. Secretaria de Direitos Humanos. UNESCO. Universidade de São Paulo. 2. ed. – Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Cidadão de papel**. São Paulo: Ática, 2006.

DIMENSTEIN, Gilberto; GIANANTI, Álvaro Cesar. **Quebra-cabeça Brasil**. Temas de cidadania na história do Brasil. São Paulo: Ática, 2005.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação**. Crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 1995.

EIGENHEER, E. M. **História do lixo**. Rio de Janeiro: ELS2 Comunicação, 2009.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: USP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes. **A sociedade do lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental**. Piracicaba: Unimep, 1995.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica: 2000.

FRANK, B. **Caderno de Educação Ambiental**. Fundação Agência de Água do Vale do Itajaí. Blumenau: FURB, 2009.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 1999.

HERKENHOFF, João Baptista. **Curso de direitos humanos**. Gênese dos direitos humanos. São Paulo: Acadêmica, 1994.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

JURIS, Lumen. **Direitos humanos: questões em debate**. Lumen Juris, 2009.

LEAKEY, Richard. **A origem da espécie humana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

LOUETTE, A. (Org.). **Gestão do conhecimento**: compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental. São Paulo: Antakarana Cultura, Arte e Ciência, 2007.

LOUREIRO, Carlos F. B. et al. **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2010.

MARUM. Meio ambiente e direitos humanos. In: **Direitos humanos**. Doutrinas essenciais. Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. v. 3.

MENDES, J. M. G. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, Santa Cruz, v. 7, n. 2, jul./dez. 2009.

MILLER, G.; SPOOLMAN, S. E. **Ecologia e sustentabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2004.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.

MORAES, S. R. R. de; TOROLLA; F. A. Visão geral dos problemas e da política ambiental no Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 4, abr. 2004.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. **Cidadania para principiantes**. A história dos direitos do homem. São Paulo: Ática, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. A ONU e o meio ambiente. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>>. Acesso em: 20 mar. 2013a.

\_\_\_\_\_. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/pnuma/>>. Acesso em: 20 mar. 2013b.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média**: textos e testemunhas. São Paulo: Unesp, 2000.

PINOTTI, Rafael. **Educação ambiental para o século XXI**. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Contexto, 2011.

PIOVESAN, Flávia; GARCIA, Maria. **Direitos humanos**. Doutrinas essenciais. Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. v. 3.

POKER, JOSÉ GERALDO A. B. A Crise Ambiental e Limites da Proposta de Desenvolvimento Sustentável. In.: SIMONETI, M. C. L. (Org.). **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento:** meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais. Marília: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <[http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/a%20\(in\)sustentabilidade.indd.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/a%20(in)sustentabilidade.indd.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2013.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

REIGOTA, M. A. do S. Ciência e sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental. **Revista de Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, 2007.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2003. **Objetivos de desenvolvimento do milênio: um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana.** Relatório 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

RUSCHEINSKY, Aloísio. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade.

**Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 10, p. 29-50. jan./jun. 2003. Disponível em: <[http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:ps8vksWHE-oJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as\\_sdt=0](http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:ps8vksWHE-oJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0)>. Acesso em: 15 maio 2012.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCHAEFFER, F. Desenvolvimento sustentável e modernidade: uma incompatibilidade anunciada. ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE: INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, 2012, Joinville. **Anais...** Joinville: Univille, 2012

SCHILLING, Flávia. **A sociedade da insegurança e a violência na escola.** São Paulo: Moderna, 2004.

SOUZA, Marina de Melo. **África e Brasil africano.** São Paulo: Ática, 2008.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 20-45, 2006.

TAVARES, E. M. F. Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos. *Holos*, Natal, ano 21, v. 1, maio 2005.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

# **ANEXO A**

## **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**

Adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

### **Preâmbulo**

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum, Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebeldia contra a tirania e a opressão, Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades, Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

### **A Assembleia Geral proclama**

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

### **Artigo I**

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

## **Artigo II**

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

## **Artigo III**

Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

## **Artigo IV**

Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

## **Artigo V**

Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

## **Artigo VI**

Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

## **Artigo VII**

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

## **Artigo VIII**

Toda pessoa tem direito a receber dos tributos nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

## **Artigo IX**

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

## **Artigo X**

Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

## **Artigo XI**

1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

## **Artigo XII**

Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

## **Artigo XIII**

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

## **Artigo XIV**

1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

## **Artigo XV**

1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

## **Artigo XVI**

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.
2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

## **Artigo XVII**

1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.
2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

## **Artigo XVIII**

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

## **Artigo XIX**

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

## **Artigo XX**

1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.
2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

## **Artigo XXI**

1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

## **Artigo XXII**

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

## **Artigo XXIII**

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

## **Artigo XXIV**

Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.

## **Artigo XXV**

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.
2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.

## **Artigo XXVI**

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

## **Artigo XXVII**

1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.
2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

## **Artigo XVIII**

Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

## **Artigo XXIV**

1. Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.
3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

## **Artigo XXX**

Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

FONTE: Disponível em: <[http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. Acesso em: 25 mar. 2013.

# ANOTAÇÕES

